


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

DAIANA APARECIDA DEL BIANCO

# **O TRABALHO DO PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO NA REDE ESTADUAL PAULISTA DE ENSINO**



ARARAQUARA – S.P.  
2019

DAIANA APARECIDA DEL BIANCO

# O TRABALHO DO PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO NA REDE ESTADUAL PAULISTA DE ENSINO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

**Linha de pesquisa:** Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas.

**Orientadora:** Professora Dra. Maria José da Silva Fernandes.

ARARAQUARA – S.P.  
2019

**[verso da folha de rosto]**

Bianco, Daiana Aparecida Del  
O trabalho do Professor Mediador Escolar e  
Comunitário na Rede Estadual Paulista de Ensino /  
Daiana Aparecida Del Bianco – 2019  
168 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Maria José da Silva Fernandes

1. Mediação de Conflitos. 2. Professor Mediador Escolar  
e Comunitário. 3. Rede Estadual Paulista de Ensino. I.  
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com  
os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DAIANA APARECIDA DEL BIANCO

# **O TRABALHO DO PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO NA REDE ESTADUAL PAULISTA DE ENSINO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

**Linha de pesquisa:** Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas.

**Orientadora:** Professora Dra. Maria José da Silva Fernandes.

Data da defesa: 20/02/2019

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:**      **Profa. Dra. Maria José da Silva Fernandes**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

---

**Membro Titular:**                **Profa. Dra. Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

---

**Membro Titular:**                **Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan**  
Universidade Estadual de Campinas

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

## **AGRADECIMENTOS**

Concluir uma pesquisa não é uma tarefa fácil, exige muito trabalho e apoio de quem divide conosco esse grande sonho. Nesse momento gostaria de expressar meu agradecimento e gratidão a algumas pessoas que acompanharam essa jornada:

Agradeço primeiramente a Deus por não me deixar desistir diante das dificuldades, e quem acompanhou o caminho sabe que foram muitas. É muito bom saber que temos Naquele em quem confiar sempre;

Agradeço também minha família: meus pais Milton e Cleuza, por confiarem em meu objetivo e entenderem minhas ausências, mesmo enquanto estávamos sob o mesmo teto e meus estudos impediam uma participação maior. Também sou imensamente grata por me acompanharem, em regime de revezamento, nas viagens até Araraquara ou Bauru e aguardarem, pacientemente, minhas reuniões ou aulas do mestrado. Quero que saibam que tudo o que sou foi graças aos dois;

Gostaria de agradecer, de maneira especial, minha orientadora, Profa. Dra. Maria José da Silva Fernandes, pela sabedoria e competência em realizar nossas orientações e pelo exemplo de profissional que soube ter calma e perseverança quando eu mais necessitei;

Meu profundo agradecimento para a banca examinadora, Profa. Dra. Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo e Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan, por terem aceitado meu convite desde o primeiro momento e contribuir, dessa maneira, com a construção desse trabalho;

Meus profundos agradecimentos aos sujeitos da pesquisa por toda a colaboração, desprendimento, carinho e acolhimento. Quero que saibam que sem o auxílio de vocês nada disso teria sido possível. É muito importante saber que existem profissionais que acreditam na escola pública e na educação de qualidade;

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação pela assistência em todos os momentos de dúvidas com a questão burocrática;

Aos integrantes do Grupo de Pesquisas “Trabalho docente na atualidade e suas implicações para a qualidade da escola: concepções, desafios e possibilidades” pelo compartilhamento de conhecimento;

Por fim agradeço à UNESP Araraquara e Bauru, que tem servido de ambiente onde tenho encontrado forças para crescer profissionalmente e pessoalmente.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) no contexto da Escola Pública Estadual Paulista tendo como local de análise uma escola pertencente a uma Diretoria Regional de Ensino no interior do estado de São Paulo. O tema foi definido após ser verificado que em alguns países europeus a mediação vem sendo utilizada como método alternativo para resolução de conflitos provenientes das relações interpessoais existentes na escola. Em outros países, os responsáveis pela mediação apresentam formação específica para realização das atribuições, bem como condições adequadas de trabalho que garantem intervenções mais precisas no espaço escolar. Entretanto, com as condições objetivas existentes na realidade paulista, onde a função foi criada no ano de 2010, o trabalho de Professor Mediador adquire outros contornos, uma vez que as condições básicas para o trabalho não têm sido garantidas. Com uma formação específica, inicial ou continuada fragilizada, e sem alterar problemas estruturais presentes na rede, a função tem incorporado muitas e amplas atribuições no contexto escolar. Desta forma, justificou-se a pesquisa como ação necessária ao conhecimento mais aprofundado da função que, apesar de recente, já despertou interesse do âmbito acadêmico. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de abordagem documental e empírica, em que o levantamento bibliográfico e documental surgiu como fator crucial para a realização da análise de dados, tendo ocorrido ao longo de todo o processo. A coleta de dados foi efetuada por meio de observação e de entrevistas semiestruturadas com o Professor Mediador, professores do fundamental II, equipe gestora e estudantes. Autores como Bonafé-Schmitt; Jares; Littlejohn e Domenici; Morgado e Oliveira; e Torremorell embasaram teoricamente a pesquisa sobre o tema mediação e mediação de conflitos no ambiente escolar. Como principais resultados constatou-se que a implementação da função de PMEC foi inserida nos ambientes escolares sem que houvesse um diálogo anterior com a comunidade escolar, acarretando pouco conhecimento, por parte dos sujeitos escolares, quanto à criação do Sistema de Proteção Escolar (SPE) e da função de PMEC. O professor que se candidata à função, normalmente, é do sexo feminino, pertencente à Categoria F e que precisa complementar sua carga horária e renda salarial, não sendo levado em consideração, em muitos casos, o perfil adequado. Identificaram-se também fragilidades na formação em mediação, não somente dos docentes que atuam como PMEC, mas de todos os integrantes da comunidade escolar, acarretando desconhecimento das reais funções e impedindo que a mediação seja, de fato, realizada dentro dos ambientes escolares. O PMEC ainda vem buscando seu espaço e sofrendo com o não reconhecimento do seu trabalho, que é aviltante e marcado pela interrupção, porém, mesmo com todas as dificuldades apontadas, após a criação da função, foram percebidas relativas mudanças nas relações interpessoais dentro desse ambiente.

**Palavras-chave:** Mediação de Conflitos. Professor Mediador Escolar e Comunitário. Rede Estadual Paulista de Ensino.

## **ABSTRACT**

The present research had the objective of analyzing the professional performance of the professors who work as Teacher School and Community Mediator (PMEC) in the context of the São Paulo State Public School having as a place of analysis a school belonging to a Regional Board of Education within the state from São Paulo. The theme was defined after being verified that in some European countries mediation has been used as an alternative method for resolving conflicts arising from the interpersonal relationships existing in the school. In other countries, those responsible for mediation have specific training to carry out the assignments, as well as adequate working conditions that guarantee more precise interventions in the school space. However, with the objective conditions existing in the state of São Paulo, where the function was created in the year 2010, the work of Teacher Mediator acquires other contours, since the basic conditions for the work have not been guaranteed. With specific, initial or continued formation weakened, and without altering structural problems present in the network, the function has incorporated many broad assignments in the school context. In this way, the research was justified as a necessary action to the more detailed knowledge of the function that, although recent, has already aroused interest of the academic scope. The methodology used was the qualitative research of documentary and empirical approach, in which the bibliographic and documentary survey emerged as a crucial factor for the accomplishment of the data analysis, having occurred throughout the entire process. The data collection was done through observation and semi-structured interviews with the Mediator Teacher, teachers of the fundamental II, management team and students. Authors like as Bonafé-Schmitt; Jares; Littlejohn and Domenici; Morgado and Oliveira; and Torremorell were theoretically based on research on mediation and conflict mediation in the school environment. As main results it was verified that the implementation of the PMEC function was inserted in school environments without previous dialogue with the school community, causing little knowledge on the part of the school subjects about the creation of the School Protection System (SPE) and the PMEC function. The teacher who is applying for the job is normally female, belonging to Category F and who needs to complement her workload and salary income, and in many cases, the appropriate profile is not taken into account. It was also identified weaknesses in mediation training, not only of teachers who act as PMEC, but of all members of the school community, causing a lack of knowledge of the real functions and preventing mediation from being actually carried out within school settings. The PMEC is still seeking its space and suffering with the non-recognition of its work, which is demeaning and marked by the interruption, but even with all the difficulties pointed out, after the creation of the function, it was perceived relative changes in the interpersonal relations within that environment.

**Keywords:** Conflict Mediation. Teacher School and Community Mediator. São Paulo State Education Network.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AOE</b>	Agente de Organização Escolar
<b>ASE</b>	Agente de Serviços Escolares
<b>ATPC</b>	Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>B.O.</b>	Boletim de Ocorrência
<b>CAAE</b>	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
<b>CAAS</b>	Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde
<b>CEE</b>	Conselho Estadual de Educação
<b>CEEJA</b>	Centro Estadual para Educação de Jovens e Adultos
<b>CEI</b>	Coordenadoria de Ensino do Interior
<b>CEJUSC</b>	Centro Judiciário de Solução de Conflitos em Segunda Instância e Cidadania
<b>CENP</b>	Coordenadoria de Normas e Estudos Pedagógicos
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CGEB</b>	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
<b>COGSP</b>	Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo
<b>CRE</b>	Centro de Referência em Educação – “Mário Covas”
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>DE</b>	Diretoria de Ensino
<b>DPE-FDE</b>	Diretoria de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EFAP</b>	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, "Paulo Renato Costa Souza"
<b>FDE</b>	Fundação para Desenvolvimento da Educação
<b>FPCEUP</b>	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
<b>GOE</b>	Gerente de Organização Escolar



<b>GSE</b>	Gabinete da Secretaria de Estado da Educação
<b>MASCs</b>	Métodos Alternativos de Solução de Conflitos
<b>OTs</b>	Orientações Técnicas
<b>PCNP</b>	Professora Coordenadora de Núcleo Pedagógico
<b>PEB I</b>	Professores da Educação Básica I
<b>PMEC</b>	Professor Mediador Escolar e Comunitário
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>QAE</b>	Quadro de Apoio Escolar
<b>QM</b>	Quadro do Magistério
<b>QSE</b>	Quadro da Secretaria da Educação
<b>RAD</b>	Resolução Alternativa de Disputas
<b>ROE</b>	Registro de Ocorrências Escolares
<b>SEE/SP</b>	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
<b>SPE</b>	Sistema de Proteção Escolar
<b>SPEC</b>	Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania
<b>SINASE</b>	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>TJSP</b>	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
<b>UEs</b>	Unidades Escolares
<b>UFSCar</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Modelos de Mediação .....	24
Figura 2 – Visão geral dos Objetivos de Comunicação.....	26
Figura 3 – Esquema geral do processo de mediação .....	28

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Ocorrência e Natureza .....	39
Quadro 2 – Síntese dos dados das pesquisas analisadas.....	48
Quadro 3 – Principais atividades exercidas pelos PMECs .....	61
Quadro 4 – Principais dificuldades apontadas pelos PMECs.....	64
Quadro 5 – Dimensão Física da Escola .....	78
Quadro 6 – Caracterização dos participantes das entrevistas – Equipe Gestora .....	82
Quadro 7 – Caracterização dos participantes das entrevistas – Alunos .....	83
Quadro 8 – Caracterização dos participantes das entrevistas – Professores.....	84
Quadro 9 – Modelo de Ficha de Registro de Ocorrências.....	103
Quadro 10 – Principais atividades exercidas pela PMEC .....	115

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Quantidade de Classes e alunos .....	79
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>SEÇÃO 1. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....</b>	<b>20</b>
1.1. Contextualização da Mediação de Conflitos .....	20
1.2. Mediação de Conflitos no ambiente escolar .....	32
1.3. Professor Mediador Escolar e Comunitário - Mediação de Conflitos na Rede Estadual Paulista de Ensino.....	36
<b>SEÇÃO 2. O QUE AS PESQUISAS SOBRE PMEC APONTAM? .....</b>	<b>48</b>
2.1. A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino .....	52
2.2. Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar .....	59
2.3. O PMEC e as atribuições previstas na legislação .....	61
2.4. Condições de trabalho dos PMECs no espaço escolar.....	63
2.5. Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua.....	66
<b>SEÇÃO 3. CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>73</b>
3.1. Opção Metodológica.....	73
3.2. Percursos metodológicos: o desenho da pesquisa.....	74
3.2.1. Instrumentos de coleta de dados .....	75
3.2.2. A escola escolhida .....	77
3.2.3. Os participantes da pesquisa.....	81
3.3. Procedimento de coleta de dados .....	84
3.4. Procedimento de análise de dados .....	86
<b>SEÇÃO 4. ANÁLISE DOS DADOS E PERCEPÇÕES.....</b>	<b>89</b>
4.1. A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino .....	89
4.2. Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar .....	99
4.3. O PMEC e as atribuições previstas na legislação .....	111
4.4. Condições de trabalho dos PMECs no espaço escolar.....	118
4.5. Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua.....	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>156</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se na linha de pesquisa *Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas* e apresenta como temática de análise a atuação profissional dos docentes que exercem a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) na Rede Estadual Paulista de Ensino. O interesse nesta temática provem das inquietações vividas por mim<sup>1</sup> durante um período de intercâmbio na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) onde cursei uma disciplina denominada “Mediação Social e Trabalho Educativo”. Quando regressei ao Brasil optei em realizar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a mediação escolar, tendo como objeto de análise o professor mediador.

A mediação, nos últimos anos, vem ganhando espaço no Brasil após ser explorada como tema de conhecimento em outras partes do mundo<sup>2</sup>, especialmente em alguns países europeus. Utilizada primordialmente nos meios judiciais, esse método tem sido adaptado e inserido em ambientes diversos. Um deles, e o que será o foco dessa pesquisa, é o ambiente escolar. A mediação surgiu conforme Littlejohn e Domenici (1999) como método alternativo para resolver e gerenciar conflitos. Seu surgimento, segundo os autores, pode ser vinculado ao fato das pessoas preferirem uma alternativa para o processo de resolução de determinados problemas levando em consideração a sua própria posição dentro do conflito e a da outra parte, passando a ter maior respeito pela outra pessoa. A mediação pode ser definida, conforme Morgado e Oliveira (2009, p. 48) como,

[...] uma negociação com a intervenção de um terceiro neutral, baseada nos princípios de voluntariedade das partes, da neutralidade e imparcialidade do terceiro (mediador) e na confidencialidade do processo, a fim de que as partes em litígio encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias.

Conforme Torremorell (2008), o processo de mediação possui três elementos básicos: as pessoas participantes, a situação conflituosa e o processo de comunicação. A função da mediação não é “[...] de determinar quem tem razão ou não, mas antes de restabelecer a comunicação [...]” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 50).

---

<sup>1</sup> A introdução será escrita na primeira pessoa do singular.

<sup>2</sup> Em Portugal tive a oportunidade de verificar que a mediação de conflitos encontra-se inserida em ambientes escolares e sendo explorada nas grades curriculares das principais universidades portuguesas. Em um breve levantamento realizado, verifiquei que a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP); Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE - Ulisboa); Instituto de Educação da Universidade do Minho (IE - Uminho) e Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa possuem nos Planos de Estudos Oficiais disciplinas sobre Mediação de Conflitos. Na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) essa temática foi encontrada na grade do Mestrado em Ciências da Educação.

A mediação está diretamente associada à resolução de conflitos que surgem durante a convivência diária, sendo inevitável uma vida sem eles. O conflito não deve ser visto como fator negativo na vida em sociedade, mas sim como algo que necessita ser trabalhado, uma vez que “[...] a chave não está na eliminação do conflito, mas sim na sua regulação, solução justa e não violenta. Trata-se de utilizar os meios adequados, enfatizando as estratégias de resolução pacífica e criativa do mesmo.” (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 47).

Os conflitos fazem parte do processo educativo existente nos ambientes escolares. Portanto, os sujeitos têm de saber lidar, da melhor maneira possível, com as mais variadas situações que possam surgir nesse contexto. O que tem ocorrido é que, com a complexidade dos sujeitos e das relações existentes nas escolas associada à crise social e à fragilização dos processos educativos, a escola vem perdendo essa capacidade de lidar com os conflitos.

Segundo Morgado e Oliveira (2009) a mediação, inicialmente realizada no campo jurídico, foi adaptada para o ambiente escolar devido ao crescimento de conflitos que envolviam crianças e jovens no contexto da escola. Portanto, efetuar a abordagem das disputas escolares com a mediação era uma maneira de mostrar aos jovens alternativas não violentas de resolução dos conflitos. Todavia, no ambiente escolar sempre houve por parte dos docentes, a prática de resolução dos mais variados casos, cabendo, portanto salientar, que mediações já ocorriam, mesmo que subjetivamente na escola.

No estado de São Paulo, a implementação da mediação na Rede Estadual Paulista de Ensino é recente e encontra-se respaldada por Resoluções que estabelecem as atividades relativas à função. Foi por meio da Resolução nº 19 da Secretaria da Educação do estado de São Paulo (SEE/SP), de 12 de fevereiro de 2010, que ficou instituído o Sistema de Proteção Escolar (SPE). A partir daí a SEE/SP atribuiu, aos docentes que mostrassem interesse em participar do processo seletivo, a possibilidade de desempenhar atividades como Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC), visando à melhoria das relações interpessoais no ambiente escolar (SÃO PAULO, 2010).

A Resolução SE nº 19/2010 estabelece que,

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar.

A Resolução SE nº 19/2010 estipulava também que a função deveria ser implantada de maneira descentralizada e de forma gradativa nas unidades escolares com maiores incidências

de conflitos, ou seja, nas mais vulneráveis do ponto de vista social e pedagógico. Segundo Possato (2014), a primeira ação realizada pela Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania (SPEC) foi a criação de um sistema eletrônico que possibilitou o registro de informações de fatos ocorridos nas unidades escolares, tais como: agressões físicas, roubos, furtos, uso e distribuição de drogas, dentre outras.

Posteriormente, a Resolução SE nº 07/2012 estipulou as atribuições para o PMEC, que são, resumidamente: adotar práticas de mediação de conflitos e Justiça Restaurativa; orientar pais e responsáveis; analisar fatores de vulnerabilidade, identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, além de orientar e apoiar alunos na prática dos estudos. Recentemente, a SEE/SP implementou a Resolução SE nº 08, de 31 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o Projeto de Mediação Escolar e Comunitária, dando providências correlatas e atualizando alguns pontos para dar continuidade ao trabalho dos PMECs dentro dos ambientes escolares. Esta função estabelecida legalmente será, portanto, objeto central de análise na dissertação.

Como fontes teóricas foram adotados, principalmente, os estudos realizados por Bonafé-Schmitt; Jares; Littlejohn e Domenici; Morgado e Oliveira; e Torremorell. Também foram identificados no decorrer do levantamento bibliográfico pesquisadores brasileiros dedicados à temática, tais como Possato (2014) e Scotuzzi (2012).

Parte-se da constatação de que a função de PMEC foi criada com a finalidade de contribuir para a prevenção e resolução de conflitos, atos de violência e indisciplina nos ambientes escolares da Rede Estadual Paulista de Ensino por meio da prática de mediação. Contudo, diferentemente de outras realidades educacionais fora do país, especialmente nos países europeus, nas quais o mediador tem uma formação mais específica, o PMEC foi inserido nos ambientes escolares com uma breve formação complementar inicialmente promovida pela SEE/SP e, posteriormente, foi “capacitado”<sup>3</sup> com cursos *on-line* e encontros presenciais nas Diretorias de Ensino (DE) que ocorriam em datas esporádicas. Sem uma preparação mais aprofundada e específica para o desempenho das atribuições supõe-se, e daí surge a **primeira hipótese** da pesquisa, que tal função acaba por servir para alterar questões relativas à responsabilidade e autonomia de outros agentes da escola, tais como direção e coordenação pedagógica no que concerne à resolução de conflitos. Também se supõe, **segunda hipótese**, que o PMEC assuma no cotidiano escolar outras funções que não são de

---

<sup>3</sup> O termo capacitação é bastante criticado no campo da pesquisa educacional, não sendo adequado para a área. O termo correto seria “formação” que abrange uma melhor concepção daquilo que o docente precisa obter para realizar um bom trabalho.



sua responsabilidade, deixando em segundo plano as atividades de resolução de conflitos por meio da mediação, por não ter formação para tal. E, por fim, imagina-se que por não haver por parte da SEE/SP uma preparação adequada dos sujeitos que desempenham no cotidiano escolar as atribuições da função, surgem dificuldades decorrentes da própria relação com a comunidade escolar na qual o PMEC está inserido, já que nem sempre há conhecimento sobre a referida função.

Essas inquietações e hipóteses iniciais foram refinadas a partir do levantamento bibliográfico realizado com a finalidade de conhecer melhor o objeto de estudo para definir os objetivos da investigação. Tal exercício de revisão bibliográfica tem elevado grau de importância, pois, é a partir dele que se torna possível conhecer o que vem sendo produzido no campo acadêmico para, posteriormente, encontrar lacunas que deem à pesquisa maior relevância na produção de conhecimento científico.

O levantamento que apresento reúne resultados das buscas efetuadas, primeiramente, no Banco de Teses & Dissertações da CAPES (que aparenta ser o mais abrangente devido ao número de trabalhos cadastrados) e, posteriormente, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Após esse primeiro momento optei por verificar possíveis trabalhos que, por algum motivo, não constassem nessas plataformas. Foi efetuado assim um levantamento diretamente nos repositórios das universidades do estado de São Paulo, uma vez que a função de PMEC foi criada pela SEE/SP. Tal busca ocorreu nas seguintes plataformas: UNESP, USP, UNICAMP, UFSCar e PUC-SP.

Observei que, apesar das pesquisas encontradas no levantamento bibliográfico serem relativamente numerosas frente ao tempo de existência da função, ainda existia muito a ser explorado no que concerne ao trabalho do PMEC na perspectiva dos alunos atendidos, que são aqueles que mais devem ser beneficiados com o processo de resolução de conflitos, além dos demais integrantes da comunidade escolar que têm suas atribuições entremeadas com as realizadas pelos Professores Mediadores. Desta forma, a partir das leituras já realizadas e da revisão bibliográfica concluída, elaborei as seguintes questões norteadoras:

- Como ocorreu a implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino?
- Quais as estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar?
- O PMEC consegue realizar o que é atribuído na legislação?
- Como são as condições de trabalho do PMEC no espaço escolar?

- Quais as características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua?

Para compreender as premissas discutidas até aqui e responder as questões de pesquisa, defini que o **objetivo geral** deste estudo é analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) no contexto da Escola Pública Estadual Paulista sob o olhar e as percepções de diferentes sujeitos que no cotidiano escolar convivem com a função.

Com a finalidade de atingir o objetivo geral foram estipulados como **objetivos específicos**:

- Analisar, por meio dos documentos legais e dados empíricos, a implantação e atuação da função de PMEC;
- Analisar a mediação como uma alternativa para solução de conflitos e melhoria das relações interpessoais no ambiente escolar;
- Confrontar as atribuições do PMEC estipuladas na legislação com as realizadas durante a atuação escolar;
- Analisar as condições de trabalho do PMEC na escola;
- Identificar as principais características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos que com ela se envolvem no ambiente escolar.

Em função dos objetivos elencados, a orientação metodológica escolhida foi a pesquisa qualitativa, pois segundo Lüdke e André (2014) tal método é rico em descrição de situações e acontecimentos, possibilitando um olhar mais real do que acontece dentro do ambiente escolar. A abordagem de pesquisa foi, portanto, documental e empírica em que o levantamento bibliográfico e documental surgiu como fator crucial para a realização da análise de dados, tendo ocorrido ao longo de todo o processo.

Como procedimento de pesquisa, inicialmente, buscamos informações sobre a implementação da mediação dentro do ambiente escolar utilizando-se do levantamento bibliográfico e documental a partir da legislação da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) que instituiu o Sistema de Proteção Escolar (SPE) e proporcionou a partir daí a criação da função de PMEC. Numa segunda etapa efetuamos a coleta de dados empíricos por meio de **observações** e de **entrevista semiestruturada** com os sujeitos de uma escola pública de uma Diretoria de Ensino (DE) pertencente a uma cidade do interior de São Paulo.

Ao realizar a pesquisa empírica, com observações e entrevistas, associadas ao levantamento bibliográfico e documental, tivemos maiores possibilidades de realizar a triangulação de dados, visando maior confiabilidade nos resultados obtidos.

Após a análise dos dados à luz da bibliografia adotada, foi organizado o presente trabalho em quatro seções apresentadas da seguinte maneira:

A primeira seção, *Mediação de Conflitos*, focaliza a origem e contextualização da mediação e posterior inserção no ambiente escolar, principalmente no Estado de São Paulo onde foi criada a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC).

A segunda seção, *O que as pesquisas sobre PMEC apontam?*, apresenta uma síntese das análises efetuadas a partir dos trabalhos localizados durante a revisão bibliográfica e que tem como temática o PMEC.

A terceira seção, *Caminhos para a construção da pesquisa*, destina-se à apresentar a metodologia adotada na elaboração da parte empírica da presente investigação, os procedimentos para coleta dos dados e os critérios de seleção da escola e dos participantes da pesquisa.

A quarta seção, *Análise dos dados e percepções*, apresenta a interpretação dos dados a partir das percepções dos sujeitos que com ela se envolvem no ambiente escolar.

Nas *Considerações finais* são retomadas as questões norteadoras, os objetivos propostos e as hipóteses iniciais, a fim de destacar os principais resultados obtidos.

## SEÇÃO 1. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Nesta seção, discorreremos sobre a mediação de conflitos, sua origem e posterior inserção no ambiente escolar, principalmente no estado de São Paulo.

### 1.1. Contextualização da Mediação de Conflitos

Para que seja possível tratar do enfoque “mediação no contexto escolar” faz-se necessário efetuar uma contextualização da mediação em seu âmbito geral, quem são os participantes desse método e as técnicas utilizadas para que a mesma atinja efetividade em seu processo de aplicação<sup>4</sup> (BIANCO, 2016).

A mediação teve sua origem no campo jurídico<sup>5</sup> como forma de resolver os “problemas” de uma maneira mais rápida possibilitando a restauração das relações entre os envolvidos em situações de conflitos. Posteriormente foi incorporada aos ambientes escolares. Porém, há divergências quando tenta-se transferir a mediação para ambientes diversos, como no caso das escolas onde lidar com o conflito demanda tempo. Na esfera jurídica otimiza o tempo, na área educacional ocorreria o contrário, uma vez que o mediador teria que ter mais abertura para ouvir as partes e fazê-las enxergar a situação de maneira que os envolvidos possam encontrar a solução e torne, dessa forma, o processo educativo. Aliás, aprender a conviver com os conflitos e as diferenças é parte inerente do processo educativo.

A mediação é um tipo de Resolução Alternativa de Disputas (RAD), que é utilizada no gerenciamento de conflitos:

A RAD, seja nos tribunais, escolas, comunidades, locais de trabalho, famílias ou nações, fornece processos que constituem alternativas aos métodos típicos utilizados para se determinar os vencedores e os perdedores, a culpa, o erro e a punição. Essas alternativas incluem a negociação direta, a conciliação<sup>6</sup>, a mediação e a facilitação de acordos. Até mesmo a arbitragem<sup>7</sup> é considerada preferível ao litígio<sup>8</sup> em muitos casos. (LITTLEJOHN; DOMENICI, 1999, p. 209).

---

<sup>4</sup> Primeiramente faz-se necessário esclarecer que, como pesquisadora, no final do ano de 2015 e início de 2016, elaborei a escrita do TCC para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências da UNESP de Bauru/SP. O tema abordado trazia informações sobre a função de PMEC, portanto, faremos referência nesta dissertação de algumas partes desse trabalho, principalmente as que tratam sobre a contextualização da Mediação de Conflitos, com complementações importantes realizadas durante o Mestrado em Educação Escolar.

<sup>5</sup> Foram localizados no levantamento bibliográfico cinco trabalhos pertencentes ao Mestrado Profissionalizante em Adolescente em Conflito com a Lei que pertencem à esfera jurídica.

<sup>6</sup> Ação ou efeito de conciliar; ato de harmonizar pessoas divergentes (MICHAELIS, 2015).

<sup>7</sup> Na arbitragem existe um terceiro alheio ao conflito, mas que tem o poder de decisão. As partes expõem o conflito e o árbitro que busca uma solução (JARES, 2002).

<sup>8</sup> Conflito de interesses, de ordem jurídica ou política entre dois ou mais que o resolvem pelos meios diplomáticos (MICHAELIS, 2015).

Conforme aponta Jares (2002) em seus estudos sobre educação, conflitos e convivência, a mediação surge como uma alternativa que pode ser aplicada para solucionar os mais diferentes tipos de situações que envolvem pessoas, porém a diferença consiste em contar com a participação de uma terceira pessoa:

A mediação é um procedimento de resolução de conflitos que consiste na intervenção de uma terceira parte, alheia e imparcial em relação ao conflito, aceite pelos litigantes<sup>9</sup> e sem poder de decisão sobre eles, com o objectivo<sup>10</sup> de facilitar um acordo por meio do diálogo e da negociação. É importante salientar que, no processo de mediação, a relação deixa de ser binária entre as duas partes e passa a ser ternária com a presença do mediador. Este, como dissemos, **não tem poder para impor uma solução**, mas são os litigantes que conservam o controlo, tanto do processo como do resultado. É esta característica que lhe confere, precisamente, o seu carácter educativo, dado que as partes mantêm a sua capacidade de actuação e aprendizagem, com vista à obtenção de um acordo. (JARES, 2002, p. 153, **grifo nosso**).

Acredita-se que utilizar a mediação seja uma maneira de resolver mais facilmente os diversos problemas, dos mais variados tipos e em diferentes ambientes, porém, acaba-se por ocorrer um choque de lógicas, uma vez que no ambiente jurídico os aspectos são voltados para a vertente mais punitiva e no ambiente escolar a mediação acaba por ocorrer visando um processo educativo. É importante ressaltar que o mediador não pode impor uma solução para o caso, pois justamente a mediação deve ter um carácter educativo na medida em que as partes que se encontram em conflitos vão criando a capacidade, durante o encontro de mediação, de refletirem e escutarem um ao outro para que em conjunto definam o melhor caminho para resolver o impasse. O papel do mediador é de criar um ambiente favorável ao diálogo e a partir daí ajudar os participantes a proporem soluções viáveis para ambos.

Conforme Torremorell (2008) é necessário definir objetivos diferenciados e formular o encontro mediador, pois assim a solução será mais brevemente alcançada. Para tanto, segundo a autora, é necessário que haja a compreensão e não somente a memorização de estratégias, recursos e dinâmicas. Tal fator pode ser justificado, pois cada caso atendido pelo mediador possui suas particularidades e de nada adiantaria apenas a memorização de estratégias. É necessário que, por meio do diálogo, a compreensão do verdadeiro motivo do conflito seja vislumbrada para que a mediação alcance os resultados esperados.

Nesse sentido, pode-se verificar que “[...] as partes em conflito, apoiadas por um terceiro elemento imparcial e tendencialmente neutro, procuram a solução para o seu diferendo de forma satisfatória para ambas as partes” (FREIRE, 2010, p. 65), demonstrando

---

<sup>9</sup> Relativo a litígio; Pessoa que litiga ou sustenta o litígio no foro (MICHAELIS, 2015).

<sup>10</sup> A grande maioria dos livros utilizados para elaboração desse trabalho são provenientes de Portugal, portanto algumas palavras utilizadas em citações seguiram os padrões normativos de grafia adotada naquele país, podendo ocorrer algumas divergências em relação a grafia Português do Brasil.

que a mediação realmente é vista como uma alternativa frente às abordagens tradicionais de solução de conflitos na esfera judiciária, pois apresenta características como “[...] eficácia, celeridade, simplificação, proximidade e participação dos destinatários na realização da própria justiça.” (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 45).

É importante salientar que a mediação está diretamente associada à resolução de conflitos que surgem durante a convivência diária, sendo inevitável uma vida sem eles. O conflito, portanto, sempre existiu, “a mediação, entendida como um recurso para enfrentar situações conflituosas própria da vida normal, não tem idade.” (TORREMORELL, 2008, p. 11). Six, citado por Torremorell (2008), expõe que sempre houve, em tribos ou povoações, determinados sábios a quem os integrantes recorriam com certo grau de naturalidade para buscarem alicerces que traduziam sossego, paz e justiça. Desta forma:

[...] a figura do mediador está associada a uma pessoa razoável, amante da paz e da justiça, dialogante e empática, possuidora de um senso comum relacional que habilita a participar em conflitos alheios sobre os quais exerce um influxo reestruturante. Este perfil consuetudinário<sup>11</sup> não costuma encaixar em qualquer pessoa da comunidade, estando ligado a posições de autoridade natural e reconhecimento social, ou seja, de prestígio. (TORREMORELL, 2008, p. 11).

A partir do momento em que fica claro que a mediação funciona como um processo para facilitar a comunicação, por meio do diálogo e da escuta ativa dos participantes, é possível identificar que a função da mediação não é “[...] de determinar quem tem razão ou não, mas antes de restabelecer a comunicação [...]” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 50), uma vez que “[...] o papel dos mediadores limita-se a ajudar as partes em conflito a encontrar uma solução para o seu problema.” (ibid, p. 51). Desta maneira, os participantes do conflito tem a possibilidade de desenvolverem suas capacidades de comunicação e encontrarem uma solução para o problema.

Cabe nesse momento salientar outra análise efetuada por Caetano et al. (2009) em que se explora o papel do mediador muito além da escuta, já que em seu contexto de intervenção possui variadas características ligadas à comunicação, imparcialidade e intervenção crítica. Essa neutralidade do mediador tem sido analisada e “[...] substituída por um comprometimento deste com o bem social.” (CAETANO et al., 2009, p. 349). Nesse estudo verifica-se grande dificuldade em caracterizar os mediadores nos contextos de trabalho, porém o que se acentua nos resultados da pesquisa é a “[...] orientação para a relação e a preocupação com o bem comum [...]” (ibid, p. 356). É a responsabilidade em conseguir um

---

<sup>11</sup> Costumado, habitual; Fundado em costumes, na prática ou uso (MICHAELIS, 2015).

processo de mediação que seja satisfatório para ambos que faz do mediador uma pessoa diferenciada. É função do mediador seguir ouvindo atentamente as partes e dessa forma ajudá-las no que for preciso para resolverem o diferendo.

Os campos de medição são diversos cabendo ao mediador analisar o contexto em que irá intervir para buscar os resultados esperados. Tais campos procuram atingir melhores relacionamentos entre culturas, socialização no ambiente escolar, reconstituição de estruturas entre indivíduos e o Estado, resolução de conflitos, participação na vida em comunidade além da melhoria de ambientes institucionais. Esses são alguns dos locais onde a mediação pode ser aplicada.

A partir dos estudos efetuados por Torremorell (2008), o processo de mediação pode ser definido por possuir três elementos básicos:

- As pessoas participantes;
- A situação conflituosa e;
- O processo de comunicação.

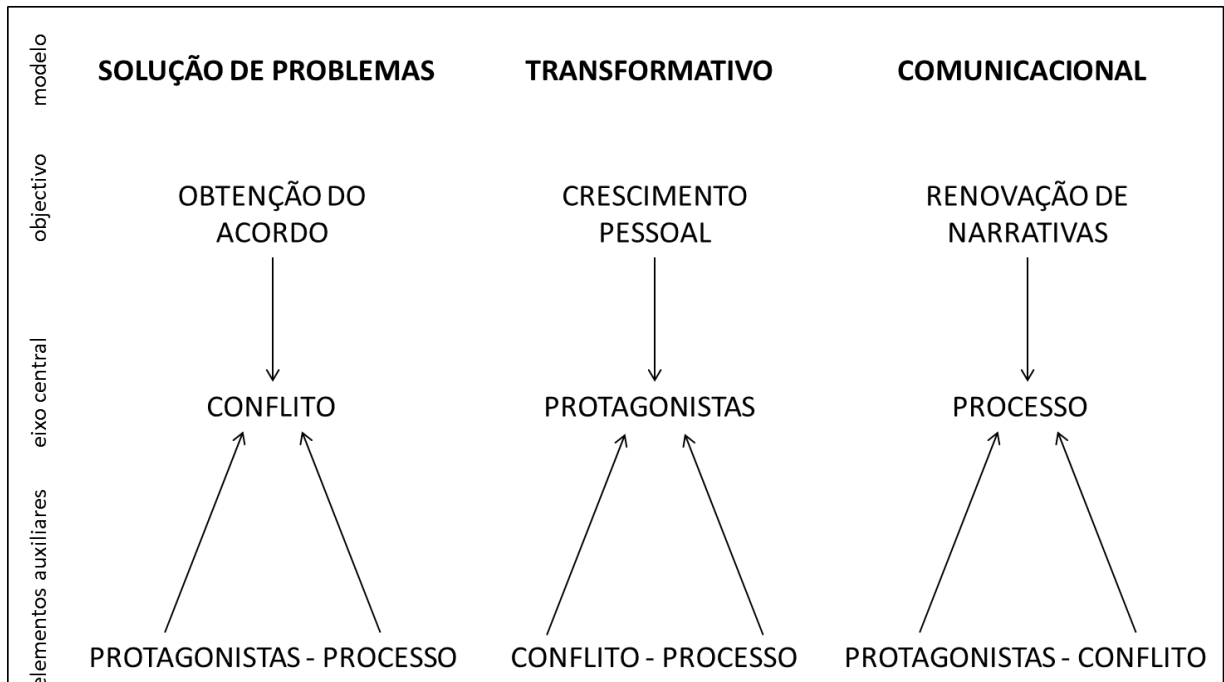
As pessoas que fazem parte desse processo de mediação normalmente buscam auxílio após vivenciarem alguma situação de conflito que se agrava pela perda de uma comunicação eficaz. O diálogo é extremamente importante na solução dos problemas e uma vez que ele esteja comprometido, pela exaustação dos ânimos, é quase impossível conseguir chegar a um acordo viável para ambos. Um método cada vez mais utilizado de RAD é a mediação, que consiste no “[...] uso de um terceiro que auxilia para que se atinja compreensão, facilitando a comunicação e negociando um acordo em situações de conflito.” (LITTLEJOHN; DOMENICI, 1999, p. 210). Esse terceiro é o mediador, que atuará diretamente nos processos de mediação.

É importante frisar que:

[...] mesmo quando existe a tendência para pensar que o acordo, numa determinada situação, é a meta a atingir, não se prescinde das pessoas nem do processo, uma vez que se interpreta que os protagonistas satisfarão melhor as suas necessidades e, caso resulte, considera-se que, com a melhoria das relações, o conflito será redimensionado e o processo, em si mesmo, será educativo. (TORREMORELL, 2008, p. 47).

Existem três modelos de mediação definidos por Torremorell (2008): o Modelo de Solução de Problemas, o Transformativo e o Comunicacional que podem ser utilizados conforme a Figura 1:

**Figura 1 – Modelos de Mediação**



Fonte: Torremorell (2008, p. 48)

O “modelo de solução de problemas” é guiado por um mediador neutro e imparcial que direciona as partes envolvidas no caminho de um acordo que possa ser mutuamente aceito. Nesse modelo as partes conservam todo o poder de decisão e focalizam os pontos comuns da comunicação para verificarem as necessidades de ambas (TORREMORELL, 2008). Normalmente, esse é o modelo utilizado nas soluções de pequenos problemas judiciais. O Centro Judiciário de Solução de Conflitos em Segunda Instância e Cidadania (CEJUSC), ligado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), seguindo o mesmo caminho traçado por outros países, utiliza os Métodos Alternativos de Solução de Conflitos (MASCs) que:

[...] são outras formas de solucionar um problema jurídico, além da decisão judicial. São chamados alternativos porque não excluem a atuação do Poder Judiciário, representam apenas mais uma porta aberta para o cidadão. E são consensuais porque a solução do conflito não é imposta pela autoridade, mas fruto da vontade das partes. Os MASCs mais conhecidos no Brasil são a conciliação e a mediação, que podem ser utilizadas antes e depois do ajuizamento do processo, enquanto se aguarda o seu julgamento final. (SÃO PAULO, 2011, p. 4).

O segundo modelo, conforme Torremorell (2008) é a chamada “mediação transformativa”. Esse modelo permite que os indivíduos envolvidos abordem os conflitos como oportunidade de crescimento e desenvolvimento moral nas relações interpessoais. Nesse caso, a mediação não aparece como uma alternativa, mas sim como uma mudança de paradigma, pois compreende que o elemento humano ocupa um lugar em relevo, efetuando a



co-construção das situações de conflito que são entendidas como mudanças. Tais mudanças podem ser interpretadas em termos descritivos, que são aquelas entendidas em nível social e os prescritivos que seriam as intervenções necessárias para chegar a tais mudanças, além de compor quatro dimensões interdependentes.

Na mediação transformativa, é possível verificar conforme Littlejohn e Domenici (1999, p. 211) que “[...] concentra a atenção do mediador nas necessidades dos disputantes e em sua relação [...], os mediadores facilitam um processo pelo qual os próprios disputantes determinam o rumo e o resultado da mediação [...]”. As mudanças desejadas visam mudanças nas dimensões pessoais, relacionais, estruturais e culturais dos indivíduos envolvidos no processo.

Por último temos o “modelo comunicacional”. Nele a comunicação é vista como elemento que abrange os conteúdos do conflito e que influenciam as relações, enfim, é centrado nas relações e nos acordos provenientes delas (TORREMORELL, 2008). É por meio de um processo de comunicação que as pessoas “[...] podem aprender a entender sua própria posição e a da outra parte de maneira mais clara e até mesmo passam a ter algum respeito pela outra pessoa” (LITTLEJOHN; DOMENICI, 1999, p. 210).

É importante frisar que, no ambiente escolar, a mediação deveria ser utilizada para resolver os casos que extrapolam os limites do processo pedagógico, porém, conforme veremos na Seção 2 e 4, os mais variados tipos de situações são encaminhados para os mediadores.

Os objetivos e métodos da comunicação na mediação podem ser mais bem explicados por meio de uma visão geral dos objetivos de comunicação expressos na Figura 2:

**Figura 2 – Visão geral dos Objetivos de Comunicação**

<b>OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO</b>	
<b>Entendimento</b>	<i>“Eu tenho meus motivos”.</i>
<b>Reconhecimento e Respeito</b>	<i>“Eu vejo que você também tem seus motivos”.</i>
<b>Consciência Social</b>	<i>“Nós fizemos esse conflito juntos e determinaremos juntos seu resultado”.</i>
<b>Movimento Progressivo</b>	<i>“Nós precisaremos de novos padrões para sair dessa situação”.</i>
<b>Definição da Questão</b>	<i>“Estas são as questões que nos dividem”.</i>
<b>Deliberação</b>	<i>“Todas as questões têm seus prós e contras”.</i>
<b>Decisão</b>	<i>“Agora nós escolhemos”.</i>

Fonte: Littlejohn e Domenici (1999, p. 210)

Escutando atentamente cada uma das partes, os mediadores poderão, conjuntamente, reconstruir uma nova história que seja entendida de uma maneira melhor e que proporcione maior clareza e percepção do conflito vivido. Desta maneira, “[...] os diálogos que se estabelecem no processo mediador permitem projectar novas possibilidades, criar a partir de incertezas e especular a partir daquilo que ainda não existe” (TORREMORELL, 2008, p. 52). Os objetivos de comunicação são uma espécie de ferramentas essenciais para que o mediador consiga guiar os conflitantes e assim, possam perceber que estão agindo conjuntamente dentro de uma relação que, necessariamente, necessita de uma definição do conflito que os dividem para chegarem a uma decisão.

O ato da mediação é complexo e requer vários conhecimentos técnicos. Além disso, o processo de mediação não é uma atividade linear e exige do mediador uma postura adequada quanto à adaptabilidade, confiabilidade e sigilo. Por ser uma atividade em que a base consiste em um método comunicativo, o diálogo é parte fundamental do processo, uma vez que ele irá delimitar a aceitação pelo acordo criado e a posterior conclusão dos casos atendidos. Nesse contexto, a figura do mediador deve possuir características diversas para assumir tamanha responsabilidade.

Partindo desses quesitos, a pergunta que surge é: Qual seria o perfil ideal para que uma pessoa seja um mediador? Essa questão norteia parte dos estudos sobre a mediação. Não é só de técnicas que vive o profissional, ele precisa ter capacidades e competências comunicativas para atuar nessa área, pois “o mediador é a pessoa, pessoas, até instituições, que assumem a

função de ponte, ligação, catalisador nos processos de mediação” (TORREMORELL, 2008, p. 22).

Morgado e Oliveira (2009) afirmam que o mediador é um terceiro neutral que não tem a capacidade de impor uma solução, mas também não é passivo, pois as soluções serão criadas pelas partes em conflito no decorrer da seção de mediação. Essa afirmação é verdadeira, porém o ser neutro não quer dizer que o responsável pelo processo seja passivo:

[...] o mediador não é um ente passivo que avança a reboque dos protagonistas do conflito. Muito pelo contrário, precisa de um elevado grau de maturidade emocional e de autoconhecimento, empatia, autenticidade e uma concepção positiva e liberal das relações humanas. Por isso acolher os protagonistas, mantendo-os activos e centrados no cumprimento dos propósitos anteriormente mencionados – diminuição de hostilidades, melhoria da comunicação, aumento da compreensão do conflito, de nós próprios e do outro, redefinição do conflito, renovação das relações interpessoais, fomento do pensamento criativo e trabalho cooperativo para a obtenção de consenso -, sem estar investido de nenhum tipo de poder, acarreta, sem dúvida uma grande responsabilidade (TORREMORELL, 2008, p. 63).

Nos estudos de Jares (2002) são apontadas as competências e princípios de atuação que o mediador deve seguir. Compreendem a dois tipos básicos: o de carácter geral e de procedimento.

De “**carácter geral**” são apontadas:

- a) A valentia e capacidade de resistência;
- b) O dinamismo e a preocupação com os outros;
- c) A prudência e discrição;
- d) A confidencialidade;
- e) A independência e a imparcialidade;
- f) A grande preparação no momento da análise dos conflitos e para a orientação dos processos de grupos e;
- g) A voluntariedade.

No que se refere ao “**procedimento**” são apontados os seguintes itens:

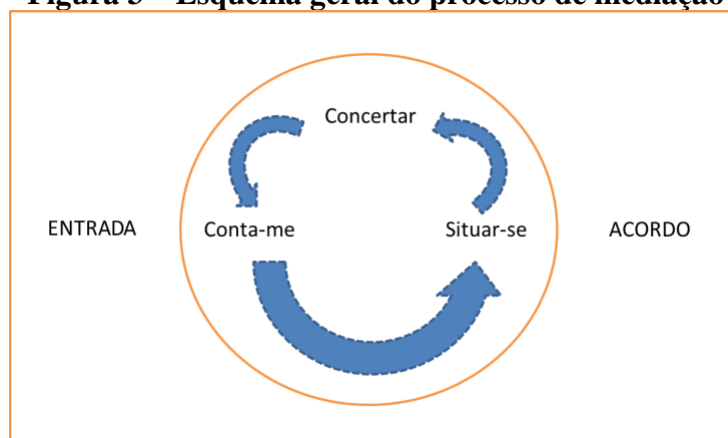
- a) Possuir uma escuta ativa;
- b) Capacidade de transmitir esperança e confiança nas possibilidades de alcance de sucesso dos litigantes;
- c) Ter paciência;
- d) Capacidade de redefinir o conflito;
- e) Capacidade de criar um ambiente propício para a mediação e;
- f) Sugerir, em caso de empasse e sofrimento, possibilidades de resolução do conflito.

É possível perceber que são várias as características que a pessoa que deseja atuar como mediador deve possuir. São características pessoais, mas algumas técnicas, que dependem de formação específica para que os processos de mediação realmente tenham efetividade. Além de ser um processo complexo, como será abordado a seguir, também necessita de tempo e paciência para alcançar um ambiente de comunicação favorável para todos os envolvidos.

O mediador, no exercício do trabalho, deve estar sempre atualizado no que se refere aos processos mediativos que são a base de sua atividade profissional. Segundo Vecchi e Greco (1999), é uma tendência dos mediadores buscar aquilo que deve ser feito, aquilo que é correto e verificar qual a melhor intervenção a ser aplicada para que o procedimento alcance os melhores resultados.

Como dito anteriormente, o processo de comunicação é indispensável para o sucesso da mediação, daí a importância do perfil adequado das pessoas responsáveis para tal. Saber ouvir e conseguir expressar-se de maneira adequada traz inúmeros benefícios resolutivos. A criação desse ambiente propício para o diálogo entre as partes fica a cargo do mediador, que utilizando um esquema geral do processo de mediação pode criar confiabilidade e respeito entre ele e as partes envolvidas. Sobre isso, será utilizado por base o modelo descrito por Lederach (1996) e que Torremorell (2008) utiliza em suas análises sobre o processo de mediação. Esse modelo diz respeito ao esquema geral de um processo mediador disposto na figura 3:

**Figura 3 – Esquema geral do processo de mediação**



Fonte: Lederach (1996, p. 5) e Torremorell (2008, p. 54)

Primeiramente, cabe explicar que no modelo original proposto por Lederach (1996) o momento denominado “Concertar” surge como “Arreglar”. No minidicionário Michaelis (2009) de Espanhol encontramos as definições de “Arreglar” como ajuste, combinação. Já a

palavra “Concertar” utilizada por Torremorell (2008) segue denominada como ajustar, combinar, harmonizar, acordar, pactuar. A fim de conseguirmos um melhor entendimento desse momento, utilizaremos o “Concertar” como harmonizar e ajustar.

O “modelo de esquema geral do processo de mediação” é interessante, pois adota uma linguagem clara e simples. A partir do momento em que é utilizada uma abordagem circular e dinâmica o diálogo é favorecido. Nessa perspectiva “[...] o processo de mediação começaria com alguns movimentos iniciais (entrada) que dariam lugar a uma interação (conta-me, situar-se, concertar) para finalizar com um último passo (acordo)” (TORREMORELL, 2008, p. 54).

Segundo Torremorell (2008), a “entrada” seria o momento em que as partes decidem ingressar no processo de mediação voluntariamente com a participação de um terceiro, o mediador. Esse fator também é reforçado na perspectiva de Jares (2002, p. 160), que aborda o quanto “é importante notar que a intervenção do mediador deve ser aceite pelas partes em conflito. As mediações forçadas ou impostas têm escassas probabilidades de sucesso”. Cabe aqui destacar que na escola esse processo nem sempre é voluntário, mas sim encaminhado para o Professor Mediador por outros sujeitos. Por vezes os envolvidos nos conflitos chegam com certa abertura para participar do processo de mediação, mas em muitos casos isso não acontece, o que acaba por interferir nas possibilidades de resolução dos casos.

É nesse primeiro contato que o mediador explica como funciona todo o processo e pede a cooperação de ambas as partes criando um ambiente de autoconfiança, pois sem ele o processo não trará resultados adequados. A confiança no profissional é essencial, uma vez que o conflito faz parte de uma situação particular de cada pessoa e estará sendo exposto para um terceiro, o mediador, que tratará de entender e buscar, conjuntamente, uma resolução adequada para a situação.

O objetivo da entrada é “[...] colocar as pessoas numa posição de não confrontação para que se sintam bastante cómodas e seja possível observar facilmente os elementos analógicos da comunicação” (TORREMORELL, 2008, p. 55). De todas as teorias que abordam como os conflitos devem ser tratados, Calcaterra (2002) afirma que existem três passos para melhor administração dos mesmos: a desconstrução do conflito, a restauração da relação social e a co-construção das soluções. Nessa perspectiva, somente depois do momento em que as partes conseguem administrar seus conflitos é que poderão atuar sobre ele.

O “Conta-me” é o momento em que o mediador se dispõe a ouvir atentamente a história que desencadeou o conflito. Talvez esse seja o primeiro momento em que a história completa é realmente ouvida mediante a ótica da outra pessoa. Cabe ao mediador estar atento

às reações não verbais das partes, pois no início pode ser um pouco difícil apreciar todas as perspectivas (TORREMORELL, 2008).

Nesse momento é necessário atitudes em que:

O mediador parafraseia, reformula, esclarece, pergunta, mantém o silêncio...e assim vai se perfilando um 'temário' ou agenda das preocupações dos protagonistas. Eles próprios vão aprendendo um com o outro e assinalam questões que não tinham considerado anteriormente, modificam-se perspectivas e desperta-se a curiosidade em relação à alteridade. (ibid, p. 56).

Os objetivos dessa fase, conforme Jares (2002, p. 165) são “por um lado, facilitar o reencontro das partes mediante o conflito que as une; por outro, permitir que cada parte exteriorize a sua visão particular do conflito e os sentimentos que guarda dentro de si”. Deve-se levar em conta que nem sempre esse é um momento neutro, pois normalmente as posições e diferentes perspectivas surgirão “[...] envoltas em fortes emoções e sentimentos.” (ibid, p. 166). Uma alternativa que pode ser considerada é de efetuar reuniões individuais com o objetivo central de “[...] esclarecer informação, emoções, percepções, interesses, etc., que são mais difíceis de revelar nas reuniões conjuntas.” (TORREMORELL, 2008, p. 56).

Nesse momento também é importante para o mediador descobrir quais os contributos e concessões que as partes envolvidas estão dispostas a fazer, pois essa percepção irá auxiliar na redefinição do conflito e sua transformação para a próxima etapa (ibid, p. 56), o momento do “Situarse” no qual:

[...] trata-se agora de enquadrar áreas de trabalho, de criar um quadro comum. Um quadro de avanço que ajude a esclarecer em que é que consiste o conflito, e que, ao mesmo tempo, dê algumas pautas sobre as quais temos de continuar a trabalhar. Tentamos chegar a um entendimento comum do conflito. (LEDERACH, 1996, p. 8 *apud* TORREMORELL, 2008, p. 56-57).

É importante para o mediador que haja uma definição conjunta do conflito para que assim os envolvidos saibam quais os aspectos que podem ser modificados. A postura do mediador deve ser abrangente, uma vez que é necessário aproveitar todas as ocasiões para se identificar os sentimentos implícitos e “[...] subjacentes, neutralizar ataques, pedir a especificação de generalizações, aproveitar as ofertas, os acordos e os pontos comuns encobertos, assim como evidenciar contradições” (TORREMORELL, 2008, p. 57). Segundo Jares (2002), os objetivos deste momento são dois: ajudar as partes a identificar a estrutura do conflito e torná-las conscientes do significado emocional que o mesmo tem para elas. Como dito anteriormente, em muitos casos, pela comunicação deficitária e o atrito criado por brigas e desentendimentos, as partes não conseguem se lembrar do real motivo de terem começado

um conflito. Esse momento do situar-se é importante para que os sujeitos possam realmente filtrar aquilo que é importante e que deve ser resolvido entre eles.

No momento do “Concertar” é normal iniciar o trabalho pelos temas mais simples que foram abordados durante todo o processo. Dessa maneira as partes envolvidas poderão fortalecer o reconhecimento e colaboração, além de tentar reduzir as hostilidades. O mediador pode optar em retornar ao momento do Conta-me para poder Situar-se novamente e delinear o caminho para a finalização da situação (TORREMORELL, 2008). O objetivo fundamental dessa fase é fazer as partes identificarem a estrutura do conflito e torná-las mais conscientes sobre o impacto emocional que tal conflito está causando para as mesmas (JARES, 2002). O ato de concertar tem sentido de conciliação, harmonização e ajustar, ou seja, reforçar o assunto principal do conflito.

Após a exploração desses momentos finalmente o mediador poderá chegar à fase dos possíveis “acordos” a serem escolhidos. O objetivo dessa fase é fazer com que as partes envolvidas pensem no futuro e façam suas próprias propostas de resolução do conflito. Ambos devem analisar tudo o que for proposto no acordo, que pode ser aceito ou recusado (JARES, 2002). Normalmente elabora-se um plano de ação e, em quase todos os casos, segundo Torremorell (2008), é redigido um documento que pode ser formal ou informal para que o acordo fique visível e cada envolvido saiba qual será a parte a cumprir.

Para finalizar todo o processo, nesse último momento, os autores expõem que podem ocorrer oportunidades de perdão e reconciliação. Deve-se levar em consideração que um bom mediador sabe adaptar e variar as fases conforme o andamento do processo, pois, “[...] uma das capacidades mais importantes de um bom mediador será a de se sintonizar com o meio através da sua linguagem, aparência e comportamento” (TORREMORELL, 2008, p. 58).

Acreditamos ser importante expor uma fase constante nos estudos de Jares (2002) que não encontra-se nesse esquema proposto por Lederach (1996) e citado por Torremorell (2008) – a avaliação do processo – afinal como saber se a mediação obteve um resultado significativo?

Segundo Jares (2002), é importante que a avaliação seja efetuada durante todo o processo mediativo e com todos os participantes envolvidos. Cabe ao mediador ficar atento a todo tipo de comunicação verbal e não verbal, além de analisar as propostas de acordo que vão sendo expostas durante o processo. Seria, portanto, uma avaliação formativa que não deve olhar somente os resultados obtidos, mas do ponto de vista educativo é importante observar os procedimentos utilizados, os tipos de relações estabelecidas e o mais importante, as relações reestabelecidas. Como auxílio após o término da mediação, pode-se marcar reuniões de

avaliação que verifiquem se os acordos estão sendo cumpridos, ou até mesmo definir sistemas de controle dos mesmos que ficaram a cargo de cada mediador.

Na perspectiva da mediação na escola as avaliações também ocorrem durante o processo e, principalmente, após o conflito no acompanhamento das relações reestabelecidas entre os envolvidos.

## **1.2. Mediação de Conflitos no ambiente escolar**

A mediação foi adaptada para ser realizada nas escolas devido ao “[...] crescimento na utilização da mediação em disputas que envolviam crianças e jovens, nomeadamente em contexto escolar.” (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 45). Dessa forma, “abordar as disputas escolares através da mediação origina um contexto onde o conflito é encarado como natural [...]” (ibid, p. 43) e possibilita “mostrar aos jovens alternativas não violentas aos conflitos reais da sua vida” (ibid, p. 46).

É importante frisar que a inserção da mediação na escola funciona como uma “[...] forma de prevenir futuros conflitos, pois apela a um espírito de colaboração, respeito e responsabilidade [...]” (ibid, p. 46) e pode também “[...] ser assimilada a um processo educativo” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 46), uma vez que “[...] a escola representava o lugar relevante para esta aprendizagem.” (ibid, p. 50).

No Brasil, a instituição escolar, até meados da década de 1990, foi marcada pela disseminação do “[...] autoritarismo e das práticas centralizadoras” (HORA, 2002, p. 33). Em ambientes autoritários os conflitos são menos evidentes, uma vez que a liberdade de se expressar acaba por ficar em segundo plano, o que não quer dizer que eles não existam. Portanto, a escola “[...] deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais. (ibid, p. 34).

Libâneo (1994) afirma que a democratização se sustenta em princípios de igualdade e de diversidade, portanto, todos deveriam ter o direito do acesso, mas também da permanência na escola. Nessa perspectiva, o ensino tem de se adequar às condições sociais, culturais e individuais dos alunos. Todavia, o processo de democratização da escola, do ponto de vista pedagógico e administrativo, esteve relacionado à democratização do acesso. Hora (2002) aponta que os órgãos oficiais entendiam a democratização do ensino como a facilidade de acesso às camadas mais pobres. Para tanto, desenvolviam programas com o objetivo principal de aumentar o número de vagas, construindo escolas e aumentando o número de salas de aula.



Esse era o discurso da universalização do ensino, porém, conforme a autora, na prática essa universalização não atendia as condições mínimas para que um processo de democratização ocorresse.

Com maiores demandas e com equipes cada vez mais reduzidas as escolas têm funcionado em condições precárias, a formação dos professores é deficiente, os salários são baixos e o processo de ensino acaba por ser influenciado negativamente (LIBÂNEO, 1994). Verificamos, nessa perspectiva, que a escola pública está longe de atender suas finalidades educativas. Cabe nesse momento, portanto, abordarmos a questão da didática. Libâneo (1994, p. 52) aponta que:

A Didática é, pois, uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através dos seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem – para, com o embasamento numa teoria da educação, formular diretrizes orientadoras da atividade profissional dos professores.

A didática é orientadora da prática dos professores, portanto, não deve ser uma atividade restrita ao espaço da sala de aula. Cordeiro (2007, p. 105) indica que:

A Didática tem um papel decisivo na configuração da relação pedagógica, na medida em que essa relação acaba se expressando diretamente nos próprios dispositivos pedagógicos e nas maneiras como eles são mobilizados.

Nessa perspectiva, a didática é indispensável para que haja, dentro dos ambientes escolares, o ensino e a aprendizagem dos alunos, uma vez que “[...] o ensino e a aprendizagem se dão *como* e resultam *de* uma *relação social*, de um conjunto de interações humanas, portanto, que não se podem resumir a simples procedimentos técnicos isolados.” (CORDEIRO, 2007, p. 98, grifo do autor).

A valorização da autonomia e da gestão democrática nas escolas ganhou destaque provocando debates, reflexões e iniciativas públicas (CURY, 2004). Nesse contexto o ambiente escolar tornou-se mais participativo, colaborativo, responsável e menos centralizado, uma vez que:

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos (ibid, p. 19).

Dessa maneira, os ambientes democráticos proporcionam maiores possibilidades de construção coletiva e participação da comunidade escolar (HORA, 2002). Com maior liberdade para se expressarem, conseqüentemente, os conflitos ficaram mais evidentes do que

em ambientes autoritários, exigindo um novo posicionamento da escola frente às relações interpessoais e ao diálogo.

Libâneo (1994, p. 16) defende que “o trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social”, portanto, muito além de levar os alunos à aprendizagem de conteúdos, o que se busca em ambientes mais democráticos é a preparação para a vida social, que envolve saber lidar com as relações interpessoais existentes nas mais variadas esferas da vida do aluno.

Nesse contexto, segundo Fernandes (2009), os diretores passaram a contar com a participação dos coordenadores pedagógicos que contribuíam para tarefas de cunho pedagógico, mas acumulavam também tarefas administrativas e organizacionais, na grande maioria do tempo. Esses profissionais possuem uma série de desafios no exercício de sua função/cargo<sup>12</sup> dentro das instituições de ensino, e uma das maiores dificuldades é a que se refere a resoluções de conflitos de natureza interpessoal.

Em relação a este último aspecto, podemos dizer que ele se destaca como uma atribuição que pode ser identificada também como desafio ao trabalho dos profissionais da gestão, já que a resolução de conflitos (de diversas ordens e envolvendo os diferentes sujeitos escolares) e a atuação na melhoria das relações interpessoais no âmbito da escola ocupam boa parte do tempo cotidiano que é deslocado das atividades formativas e articuladoras<sup>13</sup>.

A mediação encontra-se inserida em ambientes escolares de diversos países, visando combater alguns tipos de problemas como o abandono escolar, trabalho infantil, insucesso escolar e exclusão social (FREIRE, 2010). Percebe-se, por exemplo, em Portugal, um esforço para “[...] disseminar a presença de mediadores socioeducativos/socioculturais por várias escolas do país, integrados em projetos diversos [...]” (ibid, p. 63), com o intuito de tentar prevenir e atenuar os problemas oriundos da escola e “[...] encontrar novas respostas aos problemas da indisciplina e da conflitualidade [...]” (ibid, p. 66).

---

<sup>12</sup> Dois esclarecimentos se fazem necessários: 1) a coordenação pedagógica, em algumas redes de ensino é cargo público decorrente de aprovação em concurso público de ingresso. Em outros casos é uma função ocupada temporariamente por um professor aprovado em processo seletivo. Como encontramos ambas as situações, optamos por manter a função/cargo. 2) A função/cargo recebe diferentes denominações, sendo as mais comuns coordenador pedagógico, professor coordenador pedagógico e professor coordenador. Com base no artigo de Fernandes (2009), optamos por usar “coordenador pedagógico”.

<sup>13</sup> As atividades formativas e articuladoras são tarefas de responsabilidade do coordenador pedagógico, porém, muitas vezes acabam ficando em segundo plano para que o mesmo possa resolver situações emergenciais do cotidiano.

As finalidades da mediação socioeducativa são de criar ambientes seguros e construtivos, e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos a partir da intervenção proporcionada pelos mediadores (MORGADO; OLIVEIRA, 2009), além de desenvolver a “[...] escuta ativa, o diálogo, a auto regulação e autocontrole, a empatia e a responsabilização [...]” (FREIRE, 2010, p. 67). A fim de obter melhores formas de relacionamento, a mediação favorece a “[...] aprendizagem para a cidadania e participa nesta recomposição das relações entre a escola e o bairro.” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 52). O ambiente escolar é ideal para desenvolver nos mediadores e mediados “[...] a capacidade de respeito mútuo, comunicação assertiva e eficaz, compreensão da visão do outro e aceitação da diferente percepção da realidade.” (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 48-49).

O processo de mediação socioeducativa necessita de uma análise do contexto em que irá ser aplicado para que seja eficaz, porém essa relação não é direta nem imediata. Segundo Morgado e Oliveira (2009) é necessário efetuar o diagnóstico das necessidades da escola, elaborar ações de sensibilização para envolver as pessoas no projeto, criar uma equipe de apoio multidisciplinar, formá-la e capacitá-la a fim de melhor atender os conflitos, implementar e monitorar o projeto, além de efetuar a avaliação constante para verificar o grau de alcance dos objetivos estipulados e as possíveis adequações. A participação de todas as áreas da escola garante o sucesso do processo, pois “de pouco servirá que as crianças e jovens estudantes sejam sensibilizados e treinados [...] se o discurso de educadores e docentes for incoerente com esta postura.” (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 50). Verifica-se assim que a mediação ganha relevância em contexto de maior autonomia e democracia nas relações escolares.

Outros fatores são importantes para a fluidez do processo. A voluntariedade e a confidencialidade, por exemplo, são princípios de atuação para a mediação tornando “[...] ambas as partes do conflito mais disponíveis para se manifestarem acerca do conflito [...]” (ibid, p. 49), pois os mediadores não podem “[...] forçar as partes a aceitar a mediação, assentando a sua participação no voluntariado e é por essa razão que os mediadores insistem no caráter confidencial do processo de mediação.” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 49).

Segundo Morgado e Oliveira (2009) devido à organização hierárquica da escola, nem sempre existem relações harmoniosas. Já “[...] o desenvolvimento da mediação escolar defronta-se com dificuldades, ligadas tanto à oposição de certos professores, quanto à resistência de alunos [...]” (BONAFÉ-SCHMITT, 2000, p. 147 *apud* BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 51), e talvez o processo de introdução da mediação seja lento devido a “[...] visão conservadora da relação pedagógica e das relações de poder [...]” (FREIRE, 2010, p. 66).

Nessa via, o que se espera das práticas de mediação nas escolas é “[...] uma constante análise dialética entre o instituído e os processos de mudança que tal introdução impõe, designadamente no campo das relações de poder nos mais diferentes níveis.” (ibid, p. 60). Para diminuir essa resistência torna-se propício a introdução da mediação desde cedo no ambiente escolar para o desenvolvimento da aprendizagem, pois “[...] a mediação ainda não é identificada, pela grande maioria da população, como um modo natural de resolução de conflitos.” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 56).

### **1.3. Professor Mediador Escolar e Comunitário - Mediação de Conflitos na Rede Estadual Paulista de Ensino**

Para melhor entendermos como ocorreu a implementação da mediação de conflitos nos ambientes escolares realizamos no mês de dezembro de 2016 um levantamento de dados junto às Secretarias Estaduais de Educação de 25<sup>14</sup> Estados Brasileiros e do Distrito Federal. Tal contato foi realizado por meio do acesso aos sites das referidas Secretarias. Elaboramos um texto explicativo sobre o que é a função de PMEC no estado de São Paulo e, posteriormente, questionamos se havia alguma função parecida no Estado contatado. Das 26 Secretarias pesquisadas apenas 11 retornaram o contato: Alagoas; Bahia; Distrito Federal; Maranhão; Mato Grosso; Paraná; Pernambuco; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Sergipe e Tocantins.

As respostas recebidas das Secretarias de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe, foram de que **NÃO** existe nenhum cargo ou função semelhante dentro das escolas das referidas redes estaduais. Apenas três estados responderam que possuem projetos semelhantes, sendo eles: Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins.

No Estado de Pernambuco existe um projeto para formação de “Alunos Mediadores” que, conforme resposta da referida Secretaria, consistia em “capacitar” alunos para atuarem como mediadores de conflitos nas escolas, prevenindo e contendo a violência no ambiente escolar. No Estado do Rio Grande do Sul observamos que existe um projeto semelhante ao PMEC, implementado no ano de 2015, em que foi criada a função de “Professor Gestor de Conflitos” para atuarem nas escolas de tempo integral visando à gestão dos conflitos e combate ao *bullying*. Já no Estado de Tocantins encontramos uma função semelhante

---

<sup>14</sup> O Estado de São Paulo não entrou nessa contagem, pois temos conhecimento de que a função de Professor Mediador existe nas escolas da Rede Estadual Paulista de Ensino desde o ano de 2010.

denominada “Orientador Educacional”, que também atuaria com a mediação de conflitos, mas que não possuímos maiores informações fornecidas pelo poder público.

As outras 15 Secretarias não responderam nem a nossa segunda tentativa de contato. Portanto, por meio desse levantamento podemos perceber que em apenas um Estado (Rio Grande do Sul) existe uma função semelhante ocupada por um docente. Tais dados nos fazem refletir sobre a expansão, ainda que tímida, de outras maneiras para resolver os conflitos existentes nos ambientes escolares das escolas brasileiras.

Já no Estado de São Paulo a função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino foi implementada nas escolas por meio de Resoluções que regulam as atividades a serem realizadas. A Resolução nº 19 da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), de 12 de fevereiro de 2010, instituiu o Sistema de Proteção Escolar (SPE). Foi a partir da criação desse sistema que a SEE/SP atribuiu, aos docentes que mostrassem interesse no processo seletivo, a possibilidade de desempenhar atividades como PMEC, visando à melhoria das relações interpessoais no ambiente escolar (SÃO PAULO, 2010).

A Resolução SE nº 19/2010 estabelece que,

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar.

Alguns órgãos ligados à SEE/SP ficaram encarregados de determinadas funções que visavam o acompanhamento de todo o processo. Conforme Art. 2º da Resolução SE nº 19/2010 as atribuições ficaram distribuídas da seguinte maneira:

- I – ao GSE - Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, a coordenação e a gestão geral do Sistema;
- II – à FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, a execução das ações do Sistema;
- III – às DEs- Diretorias de Ensino, a gestão do Sistema, em nível regional;
- IV – às UEs - Unidades Escolares, a observância das diretrizes e a execução local e diária das ações implementadas pelo Sistema.

Como forma de garantir o adequado funcionamento do Sistema, a execução das atividades ficou delegada para a Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania (SPEC). Foi instituído um grupo de trabalho que contou com a participação de um representante de cada órgão a seguir, segundo a Resolução SE nº 19/2010:

- I – do Gabinete do Secretário;
- II – da Coordenadoria de Normas e Estudos Pedagógicos (CENP);

- III – da Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI);
- IV – da Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGSP);
- V – da Diretoria de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (DPE – FDE);
- VI – do Centro de Referência em Educação – CRE “Mário Covas”;
- VII – do Conselho Estadual de Educação – CEE

Em nível regional, cada Diretoria de Ensino (DE) indicou dois representantes, sendo que um deles necessariamente deveria ser um Supervisor de Ensino. Estes representantes, após receberem orientação do Dirigente Regional de Ensino, foram responsáveis pela gestão do SPE no âmbito de atuação da DE. Estes ficaram responsáveis, segundo a referida resolução, em articular as atividades entre órgãos, entidades públicas, sociedade civil e atendimento ao público escolar; dar suporte ao diretor na identificação de fatores de vulnerabilidade em determinada escola e acompanhar o desenvolvimento de projetos e ações de prevenção aos fatores de vulnerabilidade e riscos identificados (SÃO PAULO, 2010).

A Resolução SE nº 19/2010 estipulava também que a função deveria ser implantada de maneira descentralizada e de forma gradativa nas unidades escolares com maiores incidências de conflitos, ou seja, nas mais vulneráveis do ponto de vista social e pedagógico. Segundo Possato (2014), a primeira ação realizada pela Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania (SPEC) foi a criação de um sistema eletrônico que possibilitasse o registro de informações de fatos ocorridos nas unidades escolares, tais como: agressões físicas, roubos, furtos, uso e distribuição de drogas, dentre outras. O sistema foi denominado de Registro de Ocorrências Escolares (ROE), disponível no portal da Fundação para Desenvolvimento da Educação (FDE). Segundo a Resolução SE nº 19/2010, esse sistema proporcionou o registro de informações sobre:

- I - ações ou situações de conflito ou grave indisciplina que perturbem sobremaneira o ambiente escolar e o desempenho de sua missão educativa;
- II - danos patrimoniais sofridos pela escola, de qualquer natureza;
- III - casos fortuitos e/ou de força maior que tenham representado risco à segurança da comunidade escolar;
- IV - ações que correspondam a crimes ou atos infracionais contemplados na legislação brasileira.

De acordo com Possato (2014, p. 28):

O ROE se constituía num banco de dados que demonstraria estatisticamente as unidades mais problemáticas, que necessitavam de ações reparadoras. Seria possível conhecer o cotidiano das escolas e de acordo com o histórico de cada instituição, a proposta seria que futuramente, equipes multidisciplinares pudessem intervir, propondo ações preventivas e saneadoras desenvolvidas pela SEESP, articulando-se com outras instituições que auxiliam a escola na proteção escolar e/ou desenvolvendo projetos pedagógicos.

O sistema é confidencial e os dados cadastrados são de responsabilidade do Diretor da Unidade Escolar. O ROE oferece uma plataforma em que podem ser cadastrados sete tipos de ocorrências que se desdobram em variáveis naturezas. O quadro 1 permite um conhecimento da plataforma:

### Quadro 1 - Tipos de Ocorrência e Natureza

<p><b>Danos e outros crimes contra o patrimônio:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Vandalismo / Depredação</li> <li>➤ Invasão</li> <li>➤ Roubo</li> <li>➤ Furto</li> </ul> <p><b>Agressões, ameaças e outros problemas de convivência (violência interpessoal):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Agressão física</li> <li>➤ Agressão verbal</li> <li>➤ Ameaça</li> <li>➤ Discriminação</li> <li>➤ <i>Bullying</i> / humilhação sistemática</li> <li>➤ Ação violenta de Grupos / Gangues</li> </ul> <p><b>Consumo / Venda de álcool e outras drogas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Uso de álcool, tabaco e outras drogas lícitas</li> <li>➤ Uso de drogas ilícitas</li> <li>➤ Venda de álcool ou tabaco para menores</li> <li>➤ Tráfico / Venda de drogas ilícitas</li> <li>➤ Encontro de álcool e/ou outras drogas</li> </ul> <p><b>Posse ou encontro de armas e/ou outros objetos perigosos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Posse ou encontro de armas e/ou outros objetos perigosos</li> </ul> <p><b>Assédio e/ou abuso sexual:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Assédio e/ou abuso sexual</li> <li>➤ Violência sexual e/ou estupro</li> </ul> <p><b>Questões disciplinares:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Episódio de indisciplina recorrente</li> <li>➤ Utilização indevida de aparelhos eletrônicos</li> <li>➤ Saída injustificada de atividade pedagógica / sala de aula</li> </ul> <p><b>Outros problemas de vulnerabilidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ausência não autorizada pelos pais e/ou responsáveis</li> <li>➤ Evasão</li> <li>➤ Aluno vítima de maus tratos e/ou abandono</li> <li>➤ Desaparecimento de aluno comunicado por familiares / responsáveis</li> <li>➤ Violência auto infligida</li> <li>➤ Acidentes ou casos fortuitos</li> <li>➤ Óbito</li> </ul>
---

Fonte: São Paulo (2013, p. 4)

A partir dos apontamentos das ocorrências é que as escolas passavam a fazer parte do sistema, uma vez que um ambiente com muitos conflitos acabava por influenciar o andamento de toda a atividade pedagógica. Dessa maneira, como método resolutivo, opta-se por inserir um profissional, no caso o PMEC, com o objetivo de diminuir a incidência desses registros e, posteriormente, atuar nos métodos preventivos. Foi mediante os dados cadastrados no ROE

que os responsáveis pela SPEC conseguiriam intervir nesses casos. Dependendo do nível de vulnerabilidade da unidade escolar, por meio das ocorrências registradas no sistema, seria possível obter um levantamento das escolas que necessitavam de um PMEC atuando em seu interior, fator esse que acabou por não se concluir como veremos nas análises deste trabalho, visto à falta de cadastros exatos na plataforma.

Segundo o artigo 4º da Resolução SE nº 07, de 19 de janeiro de 2012, as escolas também podiam solicitar a atuação de um docente na função de PMEC:

As escolas interessadas em contar com docentes para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário deverão encaminhar solicitação à respectiva Diretoria de Ensino contendo:

I - manifestação de interesse acompanhada de exposição de motivos que contemplem, no histórico da unidade escolar, elementos indicativos da existência e recorrência de situações de conflito ou de graves problemas de indisciplina;

II - plano básico de trabalho, elaborado em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela unidade escolar em sua proposta pedagógica, a ser desenvolvido pelo docente que irá atuar como Professor Mediador Escolar e Comunitário, observado o disposto nos incisos I a VI do artigo 7º da Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, com a redação dada pelo artigo 10 desta resolução.

Parágrafo único - As escolas interessadas serão selecionadas pela Diretoria de Ensino, com base na avaliação dos documentos referidos nos incisos I e II deste artigo e na disponibilidade de docentes candidatos com perfil aprovado.

Conforme a Resolução SE nº 07/2012, o processo seletivo de docentes para exercer a função de PMEC poderia ser aberto a qualquer tempo, sempre levando em consideração as necessidades das escolas “a Diretoria de Ensino poderá abrir, a qualquer tempo e de acordo com o grau de necessidade de suas escolas, novo período de inscrições para a atribuição do projeto, até a data-limite de 30 de novembro do ano em curso”, sendo possível também reconduzir<sup>15</sup> o PMEC para o próximo ano.

A Resolução SE nº 19/2010, indicava os professores que poderiam desempenhar a função de PMEC na seguinte prioridade:

- 1 - titular de cargo docente, da própria escola, que se encontre na condição de adido, sem descaracterizar essa condição;
- 2 - titular de cargo docente, de outra unidade escolar mesma Diretoria de Ensino, que se encontre na condição de adido, sem descaracterizar essa condição;
- 3 - docente readaptado, da própria escola, com perfil adequado à natureza das atribuições de que trata os incisos deste artigo, portador de histórico de bom relacionamento com alunos e com a comunidade, e desde que respeitado o rol de atribuições estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde – CAAS;

---

<sup>15</sup> Segundo Resolução SE nº 07/2012, “Artigo 6º - Poderão ser reconduzidos para o ano letivo subsequente os docentes que se encontravam no exercício dessas atribuições no ano anterior, desde que, na avaliação de seu desempenho, este seja considerado satisfatório, observada a carga horária prevista no artigo 1º desta resolução”.



4 - docente ocupante de função-atividade da mesma Diretoria de Ensino, de que trata o inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009.

No entanto, a Resolução SE nº 07/2012, apresentou alterações na ordem de prioridade para seleção desses docentes, estabelecendo o seguinte:

- I - titular de cargo docente da disciplina de Psicologia, que se encontre na condição de adido, classificado na própria escola, sem descaracterizar essa condição;
- II - titular de cargo docente da disciplina de Psicologia, que se encontre na condição de adido, classificado em outra unidade escolar da mesma Diretoria de Ensino, sem descaracterizar essa condição;
- III - titular de cargo docente de qualquer disciplina, que se encontre na condição de adido, classificado na própria escola, sem descaracterizar essa condição;
- IV - titular de cargo docente de qualquer disciplina, que se encontre na condição de adido, classificado em outra unidade escolar da mesma Diretoria de Ensino, sem descaracterizar essa condição;
- V - docente readaptado em exercício na escola, que seja detentor de perfil adequado à natureza das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário e que apresente histórico de bom relacionamento com alunos e com a comunidade, verificada a compatibilidade do seu rol de atribuições, estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde - CAAS;
- VI - titular de cargo docente, classificado preferencialmente na própria escola, ao qual se venha atribuindo, por mais de um ano letivo, somente a carga horária correspondente à Jornada Reduzida de Trabalho docente;
- VII - docente ocupante de função-atividade, abrangido pelo disposto no § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, e que se encontre na situação prevista no inciso II do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009:
  - a) da própria escola;
  - b) de outra unidade escolar, da mesma Diretoria de Ensino;
- VIII - docente ocupante de função-atividade, abrangido pelo disposto no § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.010/2007, e que se encontre na situação prevista no inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.093/2009:
  - a) da própria escola;
  - b) de outra unidade escolar, da mesma Diretoria de Ensino.

Recentemente a SEE/SP implementou a Resolução SE nº 08, de 31 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o Projeto de Mediação Escolar e Comunitária, dando providências correlatas e atualizando alguns pontos como características e habilidades do candidato, atribuições, e quais docentes podem candidatar-se à função para dar continuidade ao trabalho dos PMECs dentro dos ambientes escolares. Nessa nova Resolução a ordem de prioridade de candidatura é a seguinte:

Artigo 6º - Para a implementação da cultura de paz, as unidades escolares que participaram do projeto em 2017, bem como as consideradas com alto grau de vulnerabilidade e as que têm registro recorrente de ocorrências graves, no Sistema de Registro de Ocorrência Escolar - ROE, do Sistema de Proteção Escolar, indicadas pelo Dirigente Regional de Ensino, com as devidas justificativas, e ratificadas por esta Pasta, contarão, com um Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, para o exercício das atribuições de mediação, observado o contido nos artigos 3º e 4º desta resolução, e de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I - docente readaptado, verificada a compatibilidade de seu rol de atribuições estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde- CAAS;  
 II - docente titular de cargo, na situação de adido, cumprindo horas de permanência na composição da jornada de trabalho;  
 III - docente ocupante de função-atividade, que esteja cumprindo horas de permanência correspondente à carga horária mínima de 12 (doze) horas semanais;  
 IV - docente com aulas regulares atribuídas, cuja carga horária total possa ser completada na conformidade da legislação pertinente.  
 Parágrafo único - O docente readaptado somente poderá exercer a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário- PMEC, em unidade escolar de sua classificação, devendo, em caso de escola diversa, solicitar previamente a mudança da sede de exercício, nos termos da legislação pertinente.

Analisando a última Resolução é possível perceber que a prioridade de candidatura à função de PMEC destina-se aos “docentes readaptados”. Segundo determina o artigo 1º da Resolução SE nº 12, de 18 de março de 2014, o docente readaptado é aquele que pode ser:

O integrante do Quadro do Magistério - QM, ou do Quadro de Apoio Escolar - QAE ou, ainda, do Quadro da Secretaria da Educação - QSE poderá ser readaptado, desde que se verifique alteração em sua capacidade de trabalho, por modificação do estado de saúde física e/ou mental, comprovada mediante inspeção médica, a ser realizada por intermédio da Secretaria da Educação, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 58.032/2012 e alterações posteriores.

Portanto, qualquer que seja o motivo pelo qual o professor deixe de ocupar determinado cargo, poderá concorrer no processo seletivo para PMEC, porém é importante frisar que na Resolução SE nº 07/2012, esse seria o profissional que sendo readaptado deve possuir também “perfil adequado” para exercer as funções. Em nenhuma das outras exigências consta tal definição.

Em seguida temos o “docente titular de cargo” (professores efetivos), na condição de adido. Os titulares de cargos efetivos são considerados servidores com responsabilidades específicas definidas, pois foram aprovados por meio de concurso público de ingresso. A situação “docente adido”, devido ao Programa de Reorganização das Escolas, propunha a designação de novas unidades de postos de trabalho dos integrantes do Quadro do Magistério em unidades escolares municipalizadas. O Decreto nº 42.966, de 27 de março de 1998, considerava que quando o número de cargos era menor que o de titulares era necessário transferi-los, portanto:

Artigo 1.º - Serão declarados adidos os titulares de cargos das classes de docentes e das classes de suporte pedagógico, quando o número de cargos providos destas categorias exceder a lotação prevista pelas normas legais para a unidade em que estiverem classificados. (SÃO PAULO, 1998).

Os “docentes ocupantes de função-atividade”, mais conhecidos como OFA ou Categoria F, são os professores que tem estabilidade na escola, porém não são efetivos. Os

direitos são garantidos pelas Leis Complementares nº 1.010/2007, de 01 de junho de 2007 e nº 1.093, de 16 de julho de 2009. Já os “docentes com aulas regulares atribuídas, cuja carga horária total possa ser completada”, podemos verificar na Resolução SE nº 08, de 19 de janeiro de 2012 como está disposta a composição da jornada semanal de trabalho docente:

- I – Jornada Integral de Trabalho Docente:
  - a) total da carga horária semanal: 40 horas (2.400 minutos);
  - b) atividades com alunos: 26h40min (1.600 minutos);
- II – Jornada Básica de Trabalho Docente:
  - a) total da carga horária semanal: 30 horas (1.800 minutos);
  - b) atividades com alunos: 20 horas (1.200 minutos);
- III – Jornada Inicial de Trabalho Docente:
  - a) total da carga horária semanal: 24 horas (1.440 minutos);
  - b) atividades com alunos: 16 horas (960 minutos);
- IV – Jornada Reduzida de Trabalho Docente:
  - a) total da carga horária semanal: 12 horas (720 minutos);
  - b) atividades com alunos: 8 horas (480 minutos).

Efetuando um comparativo, os docentes de Jornada Integral cumprem carga horária semanal de 40 (quarenta) horas sendo que 26h40min (vinte e seis horas e quarenta minutos) são de atividades com os alunos. Portanto, os docentes com jornada a ser completada poderiam ocupar as demais horas livres com as atividades de PMEC. Cabe lembrar que segundo a Resolução SE nº 07/2012 o limite máximo de carga horária que um PMEC pode atribuir é de 40 (quarenta) horas semanais de acordo com o horário de funcionamento da unidade escolar e que cabe ao diretor de escola distribuir esse horário de acordo com as necessidades da referida unidade. No Artigo 7º da Resolução SE nº 08/2018 encontramos maiores informações sobre a jornada de trabalho:

Artigo 7º - O Professor Mediador Escolar e Comunitário -PMEC, a que se refere o artigo 6º, exercerá suas atribuições pela carga horária correspondente à da Jornada Integral de Trabalho Docente ou Jornada Inicial de Trabalho Docente, de acordo com as necessidades da unidade escolar.

§ 1º - Para proceder à atribuição da carga horária referente à Jornada Inicial, a Comissão Regional da Diretoria de Ensino deverá compatibilizá-la com a carga horária de aulas que o docente já possua, observado o limite máximo legal de aulas passíveis de serem atribuídas. § 2º - Caberá ao Diretor de Escola, observado o horário de funcionamento da unidade escolar, incluídas as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo - ATPC, distribuir a carga horária do docente de acordo com o horário de funcionamento da unidade escolar, respeitado o limite máximo de 9 (nove) aulas diárias de trabalho.

No quesito “seleção dos candidatos mediante avaliação do perfil”, conforme a Resolução SE nº 07/2012, deverá ser efetuada a partir de critérios que estabelecem a apreciação, efetuada pelos responsáveis da Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar em conjunto com a Comissão de Atribuição de classes e Aulas da Diretoria de Ensino. Na Resolução SE nº 08/2018 foi adicionado no § 7º que a seleção também deverá ouvir a equipe

gestora da escola que, em conjunto com os demais responsáveis, deverão elaborar critérios próprios de avaliação e classificação dos docentes inscritos.

Além da avaliação das habilidades e competências, o candidato deverá apresentar uma carta de motivação, na qual o docente expõe os motivos para se candidatar à função de PMEC, participar de uma entrevista individual efetuada com a presença do diretor da unidade escolar e análise dos certificados que comprovem a participação em capacitações, cursos e projetos relacionados aos temas de direitos humanos, proteção escolar, mediação de conflitos, justiça restaurativa, articulação comunitária, *bullying*, dentre outros que sejam relevantes para sua atuação.

Depois de ocorrida a seleção dos candidatos vem a fase da capacitação. O termo capacitação é bastante criticado no campo da pesquisa educacional, não sendo adequado para a área, mas faz parte da política da SEE/SP. Segundo Marin (1995) capacitar leva a noção de tornar as pessoas capazes, que consigam adquirir as condições necessárias para desempenhar sua profissão. No referido caso o termo mais adequado seria o de “formação” que abrange uma melhor concepção daquilo que o docente precisa obter para realizar um bom trabalho. É importante frisar que um profissional bem formado poderá refletir no bom andamento das ações de mediação e nos resultados alcançados. Ao analisar tanto a Resolução SE nº 19/2010 quanto a SE nº 07/2012, pode-se verificar que o quesito “capacitação” não encontra-se explícito.

A Resolução SE nº 19/2010, que institui o Sistema de Proteção Escolar na Rede Estadual Paulista de Ensino, dispunha de apenas um parágrafo, alterado posteriormente, sobre a formação dos PMECs, o qual dizia que os ocupantes da função “seriam capacitados”, porém não abordava de que forma seria essa “capacitação”. No que se refere à Resolução SE nº 07/2012, temos o seguinte:

Artigo 7º - Os docentes selecionados para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão capacitados e observarão, no desenvolvimento dessas atribuições, metodologia de trabalho a ser definida por esta Pasta, estando previstas as seguintes atividades de supervisão e formação em serviço:

I - apresentação de relatórios sobre as atividades desenvolvidas, para análise e discussão pela equipe gestora da escola e pelos responsáveis pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar;

II - participação em cursos e orientações técnicas centralizadas e descentralizadas.

Parágrafo único - O desempenho e a frequência nos cursos e orientações técnicas centralizadas e descentralizadas, oferecidos com vistas à capacitação dos docentes selecionados para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, constituem elementos condicionantes para a recondução prevista no caput do artigo 6º desta resolução.

É possível verificar na referida resolução que o artigo 7º aborda que o P MEC será “capacitado” e participará em cursos e orientações técnicas, porém ela é mais normativa do que realmente orientadora de como será efetuada essa formação. Aparentemente o importante é definir instrumentos que avaliem a participação e o desempenho conseguido no exercício das atribuições para que o P MEC seja reconduzido à função no próximo ano letivo.

Somente na Resolução SE nº 08/2018 encontramos no Artigo 2º e no Artigo 7º informações sobre as ações formativas (verificamos aqui que o termo formação aparece no lugar de capacitação) e as Orientações Técnicas:

Artigo 2º - Para efeito do que dispõe esta resolução, a Secretariada Educação, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, "Paulo Renato Costa Souza" - EFAP, e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB, promoverá ações formativas, destinadas aos agentes promotores das unidades escolares e das diretorias de ensino, assistidos em suas práticas e orientações de soluções pacíficas, visando à aprendizagem emocional dos envolvidos.

Artigo 7º § 3º - A Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar organizará, anualmente, pelo menos 5 (cinco) orientações técnicas descentralizadas de formação, planejamento e avaliação, com os Professores Mediadores Escolares e Comunitários- P MECs, em exercício nas respectivas diretorias de ensino, com uma carga horária de, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 8 (oito) horas de atividades diárias.

Tais orientações ocorrem esporadicamente nos ambientes de aprendizagem *on-line*, nos encontros presenciais e normalmente são apenas para os P MECs, não abrangendo os demais integrantes da comunidade escolar.

Neste capítulo foram abordadas características que são importantes para a atuação dos P MECs. Verifica-se que o docente que assume essa responsabilidade necessita possuir um pluralismo de ideias e ter respeito às diversidades. Porém, nas Resoluções SE nº 19/2010 e SE nº 07/2012 não havia relatos sobre o perfil adequado do docente que deveria assumir essa função. Somente na Resolução SE nº 08/2018 é que encontramos, no Artigo 3º, as características e habilidades dos responsáveis em implementar ações de mediação de conflitos, que são:

- I - reconhecer-se, em sua atuação profissional, como protagonista e agente transformador;
- II - colocar-se no lugar do outro, sabendo ouvir e observar as perspectivas, os valores e as formas de pensar e agir;
- III - ser articulado e estabelecer diálogos com todos, comunicando-se com objetividade, coerência e coesão;
- IV - identificar o quanto a relação dos aspectos sociais, culturais e econômicos da comunidade afeta o desenvolvimento do processo educacional;
- V - aprimorar sua capacidade de aprender a aprender, de criar, de transformar e de inovar;

VI - compreender as características da sociedade como um todo, identificando sua composição heterogênea e plural, bem como respeitando as diferenças.

Tais características correspondem a um avanço, pois conforme a literatura referente à mediação de conflitos, o perfil do profissional é extremamente importante para realizar a mediação. Torremorell (2008) pontua que o mediador deve atuar como ponte entre as pessoas, além de ter capacidade de comunicação que possibilitem um diálogo claro. Jares (2002) aponta ainda que:

O mediador é alguém que tem capacidade e interesse em compreender a complexidade do conflito e em ajudar as partes a, pelo menos, tentar resolvê-lo. Não é, pois, o único protagonista da mediação, nem sequer o principal, na medida em que deve transferir para os contendedores o verdadeiro papel de protagonistas na busca de um acordo. (JARES, 2002, p. 158).

Verifica-se, portanto, que somente na Resolução SE nº 08/2018 houve uma preocupação em verificar o perfil e as características que o docente que pretende se candidatar à função deve possuir, situação essa não verificada nas resoluções anteriores e que fugia daquilo apontado como importante na literatura sobre mediação de conflitos.

No que se refere às atribuições legais delegadas aos PMECs, a Resolução SE nº 07/2012 estipulou, primeiramente, quais seriam tais atribuições que o docente que assume essa função deveria desempenhar dentro das unidades escolares:

- I - adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;
- II - orientar os pais dos alunos, ou responsáveis, sobre o papel da família no processo educativo;
- III - analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos;
- IV - orientar a família, ou responsáveis, quanto à procura de serviços de proteção social;
- V - identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;
- VI - orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos. (NR)

Porém, a legislação foi atualizada e na Resolução SE nº 08/2018 houve alterações relevantes conforme veremos a seguir:

- Artigo 4º - Caberá aos responsáveis pela implementação das ações de mediação:
- I - atuar de forma proativa, preventiva e mediadora desenvolvendo, diante de conflitos no cotidiano escolar, práticas colaborativas e restaurativas de cultura de paz;
  - II - promover a inclusão de atitudes fundamentadas por princípios éticos e democráticos;
  - III - articular-se com a equipe escolar na construção de ações preventivas relativas às normas de convivência que envolvem a comunidade escolar;
  - IV - colaborar, com o Conselho de Escola, gestores e demais educadores, na elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica;
  - V - assessorar a equipe escolar nas ações pedagógicas relacionadas à cultura de paz;

VI - planejar e organizar assembleias escolares sistemáticas para resolução dos conflitos coletivos;

VII - desenvolver ações junto ao Grêmio Estudantil;

VIII - esclarecer os pais ou responsáveis, sobre o papel da família e sua importância no processo educativo;

IX - mapear e estabelecer contato e parceria, em articulação com a equipe escolar e os gestores regionais, com os órgãos integrantes da Rede de Proteção Social e de Direitos, bem como com instituições culturais, sociais, de saúde e educativas, cuja atuação abranja a área territorial da unidade escolar, encaminhando estudantes e/ou pais ou responsáveis, na conformidade da necessidade detectada;

X - empenhar-se em sua formação contínua, reconhecendo a importância da autoavaliação e do aprimoramento profissional.

É possível verificar que nessa nova resolução a mediação de conflitos surge mais discretamente no primeiro item. O que nos chama a atenção é que foram adicionadas atribuições que visam o trabalho do PMEC em conjunto com os demais integrantes na escola na tentativa de promover uma articulação visando uma melhor convivência dos sujeitos escolares. Todavia, foram acrescentadas atribuições que fogem um pouco do que seria seu papel na escola, como colaborar na elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e desenvolver atividades com o Grêmio Estudantil.

Diante de tudo que foi exposto sobre mediação e, mais precisamente, sobre a implementação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino efetuamos, na próxima seção, análises das pesquisas que tratam especificamente sobre o tema e assim, traçamos um panorama dos resultados encontrados por outros pesquisadores da área.

## SEÇÃO 2. O QUE AS PESQUISAS SOBRE PMEC APONTAM?

O levantamento bibliográfico efetuado durante toda a elaboração desta dissertação mostrou caminhos percorridos por pesquisadores brasileiros e diversos resultados alcançados. Para tanto, fez-se necessário efetuar a leitura na íntegra, dos 25 trabalhos, entre teses e dissertações, com a finalidade de encontrar lacunas na produção do conhecimento científico que justificassem a elaboração de nossa pesquisa e também para conhecer com maior profundidade o que os pesquisadores de tais produções abordaram de forma a contribuir com a análise dos dados de nossa investigação.

Inicialmente, a partir da leitura dos resumos, foi possível perceber relações e contradições existentes nos trabalhos e, conseqüentemente, elaborar um quadro da produção da área estabelecendo pontos de convergência e divergência dos resultados sobre o trabalho do PMEC que foram apontados nos últimos anos. No quadro 2 a seguir apresentamos uma síntese dos trabalhos para que haja melhor visualização das produções que foram localizadas e analisadas em nossa investigação:

**Quadro 2 – Síntese dos dados das pesquisas analisadas**

<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Orientação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>	<b>Nível</b>	<b>Programa</b>
Avaliação das Concepções de Violência no Espaço Escolar e a Mediação de Conflitos	Sinara Mota Neves de Almeida	Maristela Lage Alencar	Universidade Federal do Ceará, Fortaleza	2009	Doutorado	Educação
Conflitos no ambiente escolar: indisciplina, ato infracional e mediação	Rafaela Ribeiro de Castro Silva	Lavínia Lopes Salomão Magiolino	Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo	2011	Mestrado	Profissionalizante em adolescente em conflito com a lei
Violência na escola: O Sistema de Proteção Escolar do Governo do Estado de São Paulo e o Professor Mediador Escolar e Comunitário	Lilia Maria Cardoso Esquierro	Luis Antonio Groppo	Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana	2011	Mestrado	Educação



Estratégias Escolares no combate à violência: a mediação em uma escola de São Sebastião - DF	Vicentina Maria Gaspar de Oliveira	Geraldo Caliman	Universidade Católica de Brasília, Brasília	2012	Mestrado	Educação
Mediação de Conflitos Escolares e Justiça Restaurativa	Silvana Ferreira Magalhães Costa	José Camilo Santos Filho	Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente	2012	Mestrado	Educação
O Sistema de Proteção Escolar na da SEESP e o Professor Mediador nesse contexto: análise de uma política pública de prevenção de violência nas escolas	Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi	Joyce Mary Adam de Paula e Silva	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara	2012	Doutorado	Educação Escolar
Um olhar socioeducativo: mediação de conflitos no ambiente escolar	Adenildo de Lima	Adalberto Botarelli	Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo	2012	Mestrado	Profissionalizante em adolescente em conflito com a lei
Violência e Indisciplina na escola, legislação e solução de conflitos: Um estudo de caso centrado no Professor Mediador Escolar e Comunitário	Carlos Alberto Ferreira de Souza	Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente	2012	Mestrado	Educação
Mediação de Conflitos nas escolas públicas da diretoria de ensino da região de Assis-SP: estudo de caso da função de Professor Mediador Escolar e Comunitário	Eva Cristina Aurélio Menezes	Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri	Universidade do Oeste Paulista , Presidente Prudente	2013	Mestrado	Educação
O Professor Mediador Escolar e Comunitário: desafios à violência escolar	Patricia Cristina Amorim de Carvalho	Elson Luiz de Araujo	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba	2013	Mestrado	Educação

O Sistema de Proteção Escolar na Rede Estadual de Ensino de São Paulo: análise de sua normatização	Roberto Alves Gomes	Ângela Maria Martins	Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo	2013	Mestrado	Educação
Professor mediador escolar e comunitário e a violência escolar: o que pensam os educadores.	João Paulo de Paula Luqui	Ana Paula de Freitas	Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto	2013	Mestrado	Educação
Conflito, Diálogo e Permanência: o Professor Mediador, o Adolescente que Cometeu Ato Infracional e a Escola	Maria Fernanda Jorge Rocha	Marisa Bittar / Co-orientadora: Roseli E. Lopes	Universidade Federal de São Carlos, São Carlos	2014	Mestrado	Terapia Ocupacional
O "Professor Mediador Escolar e Comunitário": uma mirada a partir do cotidiano escolar	Beatriz Cristina Possato	Dirce Djanira Pacheco e Zan	Universidade Estadual de Campinas, Campinas	2014	Doutorado	Educação
Sistema de Proteção Escolar: é instrumento de proteção da cidadania?	Sueli Aparecida Leandro	Júlio Gomes de Almeida	Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo	2014	Mestrado	Educação
Adolescência e conflitualidade: desafios para o Professor Mediador Escolar e Comunitário no cotidiano da escola	Alexandre Cesar dos Santos	Rosa Elisa M. Barone	Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo	2015	Mestrado	Profissionalizante em adolescente em conflito com a lei
Conflitos em sala de aula como demandas para o professor mediador: um estudo em três escolas estaduais da cidade de São Paulo	Isac de Souza	Isa Maria Ferreira da Rosa Guará	Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo	2015	Mestrado	Profissionalizante em adolescente em conflito com a lei
Violência na escola pública? O estudo de uma realidade no município de Franca/SP	Marília Borges Diogo	Célia Maria David	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca	2015	Mestrado	Serviço Social

A Escola e o Sistema Socioeducativo: a atuação do P MEC na inserção escolar do adolescente em conflito com a lei	Flozina Lopes Lages	Lavínia Lopes Salomão Magiolino	Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo	2016	Mestrado	Profissionalizante em adolescente em conflito com a lei
As manifestações do Professor Mediador Escolar e Comunitário (P MEC) acerca da resolução de conflitos: estudo sobre os elementos que constituem essa função nas escolas públicas da rede estadual paulista	Patrícia Paloma Gonçalves Soares	Carlos Antônio Giovinazzo Júnior	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo	2016	Mestrado	Educação
Biografia e Formação: aportes do Professor Mediador Escolar e Comunitário	Leda Helena Galvão de Oliveira Farias	Virginia Mara Próspero da Cunha	Universidade de Taubaté, Taubaté	2016	Mestrado	Educação
Indisciplina e violência na escola: concepções e discursos de educadores	Ariel Cristina Gatti Vergna	Maria Cecília Luiz	Universidade Federal de São Carlos, São Carlos	2016	Mestrado	Educação
Novas configurações do trabalho docente na rede estadual paulista: o caso do professor mediador escolar e comunitário	Rita de Cássia Arruda Galdino	Luiz Carlos Novaes	Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos	2016	Mestrado	Educação
O Sistema de Proteção Escolar e Comunitária do Estado de São Paulo: O entendimento do Professor Mediador Escolar e Comunitário sobre suas práticas funcionais	Alessandra Simão da Costa	José Eduardo de Oliveira Santos	Universidade Nove de Julho, São Paulo	2016	Mestrado	Educação
Professor Mediador Escolar e Comunitário - (P MEC): Problematizando as consideradas boas práticas	Edileuza Donizete Rocha Miranda	Vagner Matias do Prado	Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente	2016	Mestrado	Educação

Fonte: Elaboração da autora

Após essa apresentação inicial, iremos apontar os dados mais importantes das produções selecionadas, com a finalidade de conseguirmos compor um quadro da produção sobre a temática. Nesse momento faz-se importante lembrar que existem informações que vários autores apontaram em suas investigações, principalmente no que diz respeito ao resgate histórico da definição da mediação de conflitos, do seu surgimento, da seleção dos professores para atuar na função, da metodologia escolhida por cada um deles, dentre outros. Nossa leitura buscou localizar dentro de cada trabalho, levando em consideração primordialmente os objetivos propostos por cada autor, e a partir deles informar na elaboração de nossa síntese, aquilo que tais autores relataram e saltaram aos nossos olhos. Para tanto, utilizamos as questões de pesquisa como norteadoras e elaboramos os eixos de análise a seguir: A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino; Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar; O PMEC e as atribuições previstas na legislação; Condições de trabalho dos PMECs no espaço escolar e Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua.

## **2.1. A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino**

Apesar de nossa investigação estar pautada em analisar o papel do PMEC, função criada especificamente na Rede Estadual Paulista de Ensino, dois trabalhos referentes às experiências com mediação de conflitos fora do Estado de São Paulo foram selecionados. A tese de Almeida (2009) pertencente à Universidade Federal do Ceará e a dissertação de Oliveira (2012) efetuada na Universidade Católica de Brasília/DF são pesquisas que procuraram abordar os programas de mediação de conflitos implantados, analisando dessa maneira suas vantagens para a comunidade escolar. Uma particularidade desses trabalhos é que nesses Estados não existia uma função de Mediador Escolar desempenhada por docentes e que tenha sido criada pelas Secretarias da Educação, mas sim foram situações isoladas em que, tanto alunos, docentes e até mesmo pais ou responsáveis tiveram a possibilidade de atuarem como mediadores dentro das escolas. Portanto, tal escolha justifica-se por permitir que visualizemos os principais pontos sobre o processo de mediação abordado pelas referidas autoras e que venham a contribuir para compor nosso quadro de produção da área.

No Estado de São Paulo a implementação da função de PMEC não foi uma medida que tenha sido discutida com a comunidade escolar, mas sim veio para ser inserida nas

escolas sem um diálogo anterior. Tal fator acarretou um não conhecimento, por parte dos sujeitos escolares, sobre como seria ao certo essa nova função.

A **implementação da função de PMEC** foi abordada por Scotuzzi (2012) e Possato (2014). As autoras acompanharam o processo de criação do Sistema de Proteção Escolar (SPE), observando sua implementação, que foi de forma gradativa, e a formação inicial e continuada proporcionada a esses docentes. Possato (2014) efetua uma crítica quanto ao enfoque sistêmico da SEE/SP que criou um sistema para prevenir ou amenizar as violências escolares, mais no caráter de segurança pública e monitoramento do que prevenção dos conflitos de maneira não punitiva. Foi criado também, conforme Scotuzzi (2012), Possato (2014) e Galdino (2016) três “ferramentas” que serviriam de auxílio para inserção de função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino, sendo elas o Registro de Ocorrências Escolares (ROE) e dois manuais de orientações denominados “Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania” e as “Normas Gerais de Conduta Escolar”. Os manuais, segundo Possato (2014) tinham como objetivo principal o de subsidiar as escolas estaduais no sentido de proporcionar o conhecimento dos direitos civis, constitucionais e conceitos relacionados à segurança.

Scotuzzi (2012) e Possato (2014) apontaram que o ROE consistia em um banco de dados estatísticos que possuía a finalidade de demonstrar à SEE/SP um mapeamento dos conflitos que aconteciam nas escolas da Rede Estadual, porém não foi possível ter um panorama claro uma vez que nem todos os conflitos eram registrados nessa plataforma, sendo seu gerenciamento considerado incipiente. Scotuzzi (2012) Possato (2014) e Diogo (2015) informam que foi possível perceber que os sujeitos escolares tinham medo de cadastrar os casos no ROE. Um dos motivos principais seria quanto a serem tachados dentro da Rede Estadual como escolas inferiores mediante as demais, ou ainda, se poderia haver por parte da SEE/SP punições e não auxílio como era amplamente divulgado.

Carvalho (2013) e Diogo (2015) corroboram com essa afirmação, uma vez que apontam para o caso de duas das escolas indicadas pelo SPE para receberem PMECs não possuírem histórico de ocorrência de violências graves, no entanto foram selecionadas, pois efetuavam cadastros no ROE. Fator esse que não ocorreu em escolas com ocorrências mais graves, pois a direção escolar evitava fazer o registro no sistema. Essa situação ainda é comum nos dias atuais em que muitas escolas deixam de cadastrar por alegarem falta de tempo, ou por não quererem ser tachadas como violentas perante as outras unidades escolares. No trabalho de Souza (2015), por exemplo, analisando o ROE foram encontrados apenas dois registros.

Já quanto aos manuais, Scotuzzi (2012), Leandro (2014), Diogo (2015) e Galdino (2016) apontaram que neles prevaleciam as ideias de controle e punição dos alunos, deixando de lado a vertente de mediação. Percebia-se que neles havia, implicitamente, a intenção de controlar e punir os alunos que não se enquadravam nos padrões e normas estabelecidas pela SEE/SP, ajudando a coibir sob a justificativa de proteção.

No que se refere à delimitação de **quem é o professor que se candidata à função de PMEC**, Scotuzzi (2012), Costa (2016), Farias (2016), Galdino (2016) e Soares (2016) apontam que a grande maioria dos docentes que atuavam como mediadores no momento da realização da pesquisa eram do sexo feminino e pertenciam à Categoria F<sup>16</sup>, principalmente porque a SEE/SP restringiu os docentes que poderiam se candidatar à função que, conforme a Resolução SE nº 07/2012 poderiam ser, respectivamente, apenas os docentes adidos, readaptados, com jornada reduzida ou os ocupantes da função-atividade. Tal fator, segundo Scotuzzi (2012), acarretou em problemas na seleção, uma vez que a maioria dos docentes já possuía o número máximo de aulas, não sendo possível efetuar uma seleção que levasse em consideração aqueles de melhor perfil para atuarem com a mediação de conflitos. A autora, porém, revelou que o Estado esperava que o docente que assumisse a função de PMEC agregasse recursos e somasse esforços à equipe gestora, docente e discente, sem que sua função fosse confundida com a de outros atores escolares.

Uma afirmação realizada por Scotuzzi (2012), portanto, dizia que, mesmo com os problemas de candidatura, a seleção de PMEC foi concebida com resultados positivos, uma vez que por se tratar de função que eliminaria a possibilidade de realização de concursos públicos, seria necessário um acompanhamento do trabalho docente com vistas à recondução do professor que a assumisse. Portanto, o Diretor teria autonomia na escolha dos membros evitando casos de nepotismo e decisão arbitrária sem que houvesse o interesse da comunidade escolar.

Os trabalhos de Esquierro (2011), Costa (2012), Luqui (2013) e Costa (2016) nos deram algumas pistas para entendermos **quais são as percepções dos PMECs sobre sua própria função**. Luqui (2013) e Costa (2016) possuem uma particularidade em suas investigações, pois ambos tiveram como objetivo de pesquisa o de tentar identificar o que os PMECs “pensavam” ou “entendiam” sobre a função por eles desempenhada. Nos relatos obtidos os autores observaram que os docentes não possuíam clareza em relação ao seu papel

---

<sup>16</sup> Refere-se aos “docentes ocupantes de função-atividade”, mais conhecidos como OFA ou Categoria F. Os docentes dessa categoria são aqueles profissionais que têm estabilidade na escola, porém não são efetivos porque não passaram por concurso público de provas e títulos. Os direitos são garantidos pelas Leis Complementares nº 1.010/2007, de 01 de junho de 2007 e nº 1.093, de 16 de julho de 2009.

como PMEC, nem sobre sua função já que em nenhum momento colocaram foco no trabalho de mediação de conflitos como papel primordial de atuação. Diante das mais variadas situações, como conflitos ou violências, os PMECs adotavam as mesmas condutas em sua atuação pela falta de clareza dos conceitos sobre conflitos, violências e mediação.

Esquierro (2011) apontou que os PMECs acreditavam ter a função de prevenir e mediar os conflitos por meio do diálogo, além de ser canal de comunicação entre as partes. Costa (2012) pontuou que os PMECs também relataram que não possuíam propostas de trabalho para prevenir conflitos, nem uma infraestrutura básica para o funcionamento do programa.

Cabe aqui também uma colocação referente às questões relativas à **identidade do professor**. Costa (2012), Carvalho (2013) e Menezes (2013) relataram que os PMECs ainda estavam em busca de uma identidade, espaço e reais funções a serem desempenhadas. Os resultados conseguidos nas pesquisas apontaram que os PMECs ainda tinham uma participação muito tímida nas escolas, mas que, era perceptível que a função começava a ganhar uma identidade e visibilidade que se manifestava através das percepções dos sujeitos que reconheciam seu trabalho como elemento diferencial dentro das escolas.

Outra perspectiva refere-se ao **pertencimento à escola**. Possato (2014) e Santos (2015) relatam em seus trabalhos que os PMECs não sentiam pertencimento à escola, outras vezes a direção, professores e alunos viam seu papel como "Salvadora da Pátria" ou "Inspetoras de Alunos de Luxo". Possato (2014) aponta que havia uma responsabilização de um único sujeito para melhorar toda a convivência da escola. Parte dos integrantes da comunidade escolar havia sentido pequenas mudanças na escola após a inserção da função de PMEC, porém, uma atuação solitária ainda era entrave para um trabalho mais efetivo. Santos (2015) complementa essa afirmação apontando que os PMECs não possuíam autonomia para resolverem os casos, que eram encaminhados diretamente à direção. Também não existia, segundo ele, uma articulação entre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a atuação das PMECs e muitos professores desconheciam a função.

Outro dado importante informado por Galdino (2016) diz respeito à **precarização do trabalho docente**. A hipótese da autora era de que essa nova função podia ser compreendida como uma maneira de reconfiguração do trabalho docente que alterava o papel do professor no âmbito escolar, sendo, portanto, na visão da autora, um modo de empobrecimento desse trabalho. Uma das inquietações trazidas por ela dizia respeito à dissociação entre "trabalho docente" e "trabalho do PMEC", pois como não sabiam ao certo o que era essa nova função, pensavam que assumindo tal atribuição estariam se desvencilhando do trabalho como

professores. Na visão da autora, a função de PMEC foi mais uma forma de reconfiguração do trabalho, alterando o papel do professor no âmbito escolar e descaracterizando a profissão, visto não ser eficiente e suficiente para resolver os problemas de violência ou conflitos na escola.

O que fica evidente nos trabalhos é que a criação da função de PMEC foi utilizada como maneira de **suprir a perda de carga horária** dos professores. Tal constatação surge nos trabalhos de, Costa (2012), Scotuzzi (2012), Gomes (2013), Menezes (2013), Possato (2014), Diogo (2015), Santos (2015), Costa (2016), Farias (2016), Galdino (2016), Miranda (2016) e Soares (2016). Os autores pontuaram que tais professores escolheram assumir a função por não terem outra opção, para complementar os horários das poucas aulas que possuíam na rede, após ficarem adidos e, principalmente, como maneira de obter uma complementação salarial. Costa (2016), efetuando a caracterização dos PMECs relatou que maioria deles assumiram 32h/a (equivalente à 26h40min) e que trabalhavam nos dois períodos, informação complementada por Farias (2016) que apontou ainda o fato de que muitos PMECs acumulam as atividades com a docência, lecionando tanto na rede pública quanto na rede privada.

Galdino (2016) apresentou os fatos que motivaram o estabelecimento dessa nova função, pois, segundo a autora, a mudança na forma de contratação realizada pela SEE/SP originou grande número de profissionais em que o Estado tinha compromisso de garantir uma jornada de trabalho mínima, mas que, devido à legislação, esses docentes não podiam assumir salas de aula uma vez que não haviam sido aprovados em concurso público. Quando indagados sobre o trabalho que realizavam antes de assumirem a função de PMEC os motivos apresentados correspondiam ao fator de estarem sem sala de aula, serem readaptadas, ou com o mínimo de aulas estabelecidas pela categoria.

Portanto, o que fica evidente é que os professores que assumiram a função de PMECs foram levados a tomarem essa decisão devido a condições objetivas de trabalho, como complementação de renda e preenchimento de carga horária.

As características de **formação dos PMECs** foram abordadas nos trabalhos de Esquierro (2011), Costa (2012), Lima (2012), Scotuzzi (2012), Luqui (2013), Menezes (2013), Possato (2014), Santos (2015), Costa (2016), Galdino (2016), Lages (2016), Miranda (2016) e Soares (2016). Todos os autores apontaram a deficiência no processo de formação dos professores para assumirem a função de mediadores. Cabe lembrar aqui que não estamos falando sobre formação inicial dos docentes, mas sim de uma formação específica para atuarem com a mediação de conflitos no ambiente escolar.



Esquierro (2011), Scotuzzi (2012) e Possato (2014) explicaram que os primeiros candidatos à função receberam uma primeira formação em mediação realizada na cidade de Serra Negra/SP, porém, prestes a começarem a atuar na escola, os PMECs não sabiam ao certo qual seriam suas atribuições, conhecendo apenas superficialmente o que deveriam executar nas escolas. A grande maioria dos professores tinha consciência que não haviam recebido uma boa formação para atuarem e, conforme Galdino (2016), os conteúdos discutidos se mostravam ineficazes nas práticas cotidianas da escola. Após esse primeiro encontro, ocorrido no ano de 2010, os processos de formação foram sendo proporcionados por meio do ambiente *on-line* e encontros esporádicos promovidos pelas Diretorias de Ensino (DE), que conforme Santos (2015), ainda assim não proporcionam uma formação efetiva para o exercício diário da função dos mediadores. Scotuzzi (2012) apontou ainda que, um dado significativo referente aos processos de formação dos docentes dava-se pelas dificuldades apresentadas, por alguns PMECs, em lidar com o ambiente virtual de aprendizagem e entender as atividades propostas.

Luqui (2013) relatou também que alguns PMECs assumiram a função sem receber formação sobre a atividade de mediação, procedendo à mesma somente depois de já estarem atuando nas escolas, corroborando com os resultados das entrevistas conseguidas por Costa (2012) no sentido de que a implantação do programa na Rede Estadual Paulista de Ensino ocorreu de maneira improvisada.

Lima (2012) e Lages (2016) discutem outro problema relacionado à formação dos PMECs. No que diz respeito aos Adolescentes em Conflito Com a Lei<sup>17</sup>, a falta de qualificação dos professores sobre as competências e habilidades para abordagem com esses jovens surge como fator de dificuldade para a realização da mediação de conflitos. A maioria dos PMECs desconhecia o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o socioeducador, configurando um entrave no desenvolvimento de ações mais efetivas de inclusão desses jovens nas escolas, uma vez que o trabalho do mediador deveria ser articulado com esses órgãos especializados. Todavia é preciso ponderar que a SEE/SP não estabelece políticas articuladas com outros setores, acarretando, portanto, toda a responsabilidade para os PMECs.

A falta de formação adequada ocasiona, conforme Menezes (2013) e Soares (2016), em uma atuação de acordo com suas experiências de vida e incorporam à sua definição

---

<sup>17</sup> Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (BRASIL, 1990).

percepções de senso comum, de tentativa e erro, uma vez que não possuem formação específica para promover no ambiente escolar a mediação que se é demandada.

Outra questão que alguns dos pesquisadores colocavam é se haviam ocorrido **mudanças com a inserção da função** nos ambientes escolares. Almeida (2009), Esquierro (2011), Oliveira (2012), Souza (2012), Possato (2014), Costa (2016) e Miranda (2016) indicaram que em suas pesquisas obtiveram visões positivas relatadas pelos sujeitos pertencentes às comunidades escolares no que se referia à função de PMEC, apesar dos contrapontos apresentados aos critérios de seleção, perfil dos ocupantes da função e carga horária.

Possato (2014) informou que parte dos integrantes da comunidade escolar havia sentido pequenas mudanças na escola, apesar de toda a indefinição das atribuições. Almeida (2009) e Souza (2012) apontaram que as respostas diziam que a mediação havia mudado significativamente a escola para melhor, os alunos ressaltaram que passaram a serem ouvidos perante a direção escolar, houve a mudança de atitude de alguns docentes e que a partir da mediação as decisões eram tomadas em conjunto. Oliveira (2012) destacou ainda que, segundo os entrevistados, destacavam-se o espírito de coletividade, a mudança de comportamento dos alunos por meio da reflexão dos próprios atos, elevação da autoestima, tornaram-se líderes positivos, com capacidade de dialogar e a segurança em conversar e entender o outro. Um aspecto importante da pesquisa referia-se aos docentes que, de início, mostraram-se resistentes ao projeto de mediação, mas que após a verificação da mudança de comportamento dos alunos, passaram a valorizar as ações realizadas. Esquierro (2011) e Costa (2016) disseram ainda que os docentes relatavam significativa diminuição da violência após a criação da função, além da melhoria no relacionamento interpessoal e na convivência.

Diogo (2015), porém, na contramão dos demais autores, relatou que o Sistema de Proteção Escolar (SPE) após cinco anos ainda parecia não ter grande impacto na escola e que ocorria, por parte dos alunos, desconhecimento do sistema e da figura do Professor Mediador.

Em síntese verificamos que a implementação da função de PMEC foi realizada sem um diálogo anterior com a comunidade escolar, acarretando a falta de conhecimento sobre as atribuições dos docentes que assumiram tal função. Verificamos que ainda faltava uma identidade para esse professor, uma vez que quando questionados sobre suas percepções a respeito de seu próprio trabalho os mesmos não possuíam clareza em relação ao seu papel como PMECs, nem sentiam pertencimento à comunidade escolar. Outro fator dizia respeito ao empobrecimento do trabalho docente, pois ocorria uma reconfiguração do trabalho do professor que pensava que ao assumir tal função estaria se desvencilhando do trabalho em

sala de aula. Também pudemos verificar que a grande maioria dos docentes que se tornaram PMECs eram aqueles que necessitavam de complementação de renda, os que estavam com jornada de aulas reduzidas ou ainda, aqueles que estavam na condição de adidos, reforçando a ideia de que a criação da função serviu para suprir a perda de carga horária desses docentes. No quesito formação dos PMECs tal fator foi apontado como insuficiente para uma atuação adequada, uma vez que os momentos de formação oferecidos pela SEE/SP, normalmente, efetuados de maneira *on-line*, ou em encontros presenciais que ocorriam em datas esporádicas, não mostravam-se suficientes. Apesar de toda essa indefinição, os pesquisadores mostraram que haviam ocorrido mudanças positivas no ambiente escolar com a inserção do Professor Mediador.

## **2.2. Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar**

O desenvolvimento do trabalho do Professor Mediador foi abordado em todos os trabalhos localizados. No que se referem às **estratégias utilizadas pelos PMECs** para exercerem sua função encontramos os trabalhos de Esquierro (2011), Carvalho (2013) e Soares (2016). Tais autoras relataram que como o PMEC ainda vinha ganhando espaço nas escolas estaduais paulistas e por se tratar de uma nova função, até então desconhecida por muitos sujeitos desses conflitos, caberia aos docentes a tarefa de criarem estratégias que possibilitassem uma atuação mais efetiva. Participar, portanto, dos intervalos e conversar com os alunos era uma maneira de ganhar a confiança para que eles mesmos procurassem a mediação e assim houvesse melhor efetividade de ações. Uma das atitudes encontradas por esses professores era a de circular pelo pátio na tentativa de criar uma aproximação com os alunos e posterior confiança que possibilitasse um diálogo efetivo. Tal fator torna-se importante, pois um dos procedimentos de mediação mais recorrentes encontrados é a utilização do diálogo entre os envolvidos para intervenção nos casos atendidos.

**Há mediação de conflitos nas escolas?** Essa questão foi colocada nos trabalhos de Carvalho (2013), Possato (2014), Costa (2016), Galdino (2016) e Soares (2016), e todas afirmaram que não havia um processo de mediação de conflitos. Costa (2016) explicou que a maneira como atuavam frente a uma situação de conflitos consistia, primordialmente, em conversar e dialogar sem tomar partido, seguida por efetuar a justiça restaurativa e o desenvolvimento de projetos. Carvalho (2013) também trouxe em seu trabalho a informação de que não existiam registros dessa técnica. Soares (2016), em sua análise, identificou que a

mediação de conflitos estava em um processo de mecanismo de controle sobre os alunos, especialmente quando o assunto era a indisciplina e o diálogo como forma de persuasão. Nos manuais, segundo ela, prevaleciam definições operacionais que não levavam em consideração o processo de formação dos professores, mas sim pressupunham sua adesão acrítica. Já Galdino (2016) comentou sobre o plano de trabalho da escola analisada, que consistia em um projeto que deveria ser desenvolvido. A referida autora verificou que o projeto havia sido elaborado de maneira aligeirada, sem a participação dos demais membros da escola, somente para cumprir uma formalidade administrativa, situação confirmada pela PMEC da escola. Também é importante frisar que em nenhum momento houve relatos de mediação nas ações da PMEC observada pela autora.

Possato (2014) corrobora com as afirmações de que não existia processo de mediação dentro das escolas, pois para mediar não se pode utilizar punição, tampouco dar respostas e soluções aos conflitos. Talvez pela falta de formação necessária para aplicar essas técnicas e também pela responsabilização de um único sujeito para melhorar toda a convivência da escola. A função era voltada mais para a vertente punitiva e burocrática do que mediadora. A autora também evidenciou que o ambiente não proporcionava diálogo entre os sujeitos, fator preponderante para ocorrer à mediação. Sentiam-se presos e as famílias não tinham proximidade com a comunidade escolar.

Em síntese podemos apontar que, nas pesquisas analisadas, a estratégia corriqueiramente utilizada pelos PMECs era a de criar laços mais estreitos com os sujeitos escolares de maneira que conseguissem ganhar a confiança dos mesmos na tentativa de resolverem mais adequadamente os conflitos. Para tanto, visando ganhar seu espaço nas unidades escolares, a participação do PMEC nos momentos dos intervalos tornava-se o procedimento mais utilizado. Quanto à mediação de conflitos, a maioria dos pesquisadores concorda de que não havia esse processo nas escolas, devido a falta de coletividade entre os sujeitos e aos métodos punitivos e hierárquicos que ainda eram encontrados nesse ambiente e que impediam que um diálogo restaurativo fosse efetuado. Conseqüentemente, como vertente não punitiva, a mediação ainda não havia sido realmente utilizada pelos docentes em sua totalidade.

### 2.3. O PMEC e as atribuições previstas na legislação

As Resoluções da Secretaria da Educação apontam as atribuições previstas para os PMECs, porém, cabe nesse momento verificarmos, a partir das pesquisas analisadas, quais são as **principais atividades exercidas pelos PMECs**. Os trabalhos de Scotuzzi (2012), Carvalho (2013), Luqui (2013), Rocha (2014), Costa (2016), Farias (2016), Galdino (2016), Miranda (2016) e Soares (2016) possibilitaram a verificação de um panorama dessas atividades. No quadro 3 efetuamos um comparativo das atividades relatadas pelos autores com base nos dados de suas pesquisas:

**Quadro 3 – Principais atividades exercidas pelos PMECs**

<b>Principais Atividades Exercidas pelos PMECs</b>	Scotuzzi (2012)	Carvalho (2013)	Luqui (2013)	Rocha (2014)	Costa (2016)	Farias (2016)	Galdino (2016)	Miranda (2016)	Soares (2016)
Efetuar levantamento de faltas para comunicar às famílias na tentativa de diminuição da evasão escolar.		X	X	X	X		X		X
Promover maior proximidade com os alunos e também com a família, efetuar diagnóstico para compreender quem são os alunos e atender pais ou responsáveis.				X	X		X		X
Realizar projetos para combater o <i>bullying</i> , uso de drogas e sobre saúde em geral.	X			X	X			X	
Tentar minimizar indisciplina, conflitos e violência efetuando atendimento aos alunos indisciplinados.			X	X	X				X
Acompanhar a entrada e saída de alunos, observar os intervalos e idas ao banheiro, "inspecionar os alunos".					X		X		X
Utilizar a mediação de conflitos (tendo o diálogo como principal ferramenta).				X		X			X
Intervir nos mais variados casos que os professores solicitam: agressões, excesso de faltas, furto de materiais, recusa do aluno em efetuar a lição, falta de materiais, atrasos para chegar às aulas, alunos dormindo, saindo sem autorização ou fora do mapa da sala.					X		X		

Acompanhar os alunos em situações de risco.				X				
Orientar pedagogicamente os alunos.				X				
Fazer campeonatos e Organizar o Grêmio Estudantil.								X
Encaminhamento de alunos para órgãos de saúde.								X
Prezar pela conservação do ambiente escolar, limpando pichações realizadas pelos alunos.						X		
Assumir o papel de Coordenadora Pedagógica dizendo aos professores a forma que considera mais correta para o manejo da sala de aula.						X		
Entregar materiais escolares diversos.						X		
Utilizar saberes ligados à experiência de vida para guiar a prática como PMEC.					X			

Fonte: Elaboração da autora

É importante lembrar que os 25 trabalhos que estamos analisando foram efetuados até o ano de 2016, portanto, até aquele momento era a Resolução SE nº 07/2012 que estava em vigor. Dessa maneira, iremos abordar as atribuições relacionando-as com a referida Resolução.

Analisando o quadro 3 verificamos que seis pesquisadores apontaram a realização do controle de faltas para comunicação à família na tentativa de diminuir a evasão escolar como atribuição primordial no trabalho diário dos PMECs. Porém, tal atribuição não encontrava-se descrita na Resolução SE nº 07/2012. Cabe lembrar que é de responsabilidade do PMEC, conforme a Resolução citada, “orientar os pais dos alunos, ou responsáveis, sobre o papel da família no processo educativo”. Talvez essa ação esteja colocada subjetivamente, todavia efetuar o controle não seria o papel do PMEC, mas sim atuar em cima dos dados das faltas que lhe fossem repassadas por outro sujeito escolar.

Também verificamos que atribuições para promover maior proximidade do PMEC com alunos e responsáveis, atendimentos aos alunos e aos seus responsáveis e realização de projetos surgem em segundo lugar nas pesquisas, condizendo com o que está descrito na Resolução SE nº 07/2012 que aponta que essa proximidade deve ser realizada, além de “identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares”.

Utilizar a mediação de conflitos (tendo o diálogo como principal ferramenta) foi apontada em apenas três trabalhos, corroborando com os dados que trouxemos até este

momento em que relatam que a mediação ainda não ganhou campo dentro das unidades escolares. Outras atribuições que fazem parte das atividades que o PMEC deve desempenhar surgiram em apenas um trabalho cada, sendo elas: acompanhar os alunos em situações de risco e orientar pedagogicamente os alunos.

Por fim surgiram atribuições que não seriam de responsabilidade do PMEC, mas que foram apontadas nos trabalhos analisados. Uma delas é a de acompanhar a entrada e saída de alunos e entregar materiais diversos muitas vezes fazendo do PMEC uma espécie de “inspetor de aluno” ou da figura do antigo “bedel”. Foi possível verificar nas pesquisas que o PMEC deveria prezar pela conservação do ambiente escolar efetuando a limpeza de pichações, responsabilidade essa dos Agentes de Serviços Escolares (ASE), ou ainda a de assumir o papel de Coordenação Pedagógica, interferindo no trabalho dos demais professores. Tais fatores confirmam a falta de conhecimento de seu real papel pelos demais professores da comunidade, pois surgiram também os mais diversos casos de situações que deveriam ser dialogadas entre professores e alunos dentro da sala de aula, mas que são delegadas aos PMECs como: recusa do aluno em efetuar a lição; falta de materiais; alunos dormindo, saindo sem autorização ou fora do mapa da sala.

É importante frisar que no trabalho de Galdino (2016) a autora faz uma colocação sobre a dificuldade de conseguir desenvolver projetos com os alunos pela falta de tempo e apoio dos professores, também relata ainda que a falta de tempo impossibilitava a realização de atividades com o Grêmio Estudantil. Tais fatores são explicados pela grande demanda de atribuições que os PMECs acabam por realizar e que, por esse motivo, deixam de efetuar atividades que seriam as apontadas nas Resoluções.

Em síntese podemos verificar que as atribuições do PMEC ainda não tinham uma definição por parte dos integrantes escolares e até mesmo por parte do próprio PMEC. Além disso, a mediação de conflitos, que deveria ser sua atribuição principal, acaba por ficar em segundo plano devido à variedade de atividades que demandam um tempo precioso desse docente.

#### **2.4. Condições de trabalho dos PMECs no espaço escolar**

Para desenvolver sua função dentro dos ambientes escolares os PMECs necessitam de apoio de toda a comunidade escolar. Como são as condições de trabalho que o PMEC encontra dentro desse espaço foi um de nossos questionamentos.

Cabe nesse tópico relatarmos algumas das **dificuldades apontadas pelos PMECs no exercício da função**. Esquierro (2011), Costa (2012), Lima (2012), Scotuzzi (2012), Souza (2012), Carvalho (2013), Luqui (2013), Menezes (2013), Possato (2014), Rocha (2014), Santos (2015), Costa (2016), Galdino (2016), Miranda (2016) e Vergna (2016) realizaram observações pertinentes quanto aos relatos desses docentes. Apresentamos as principais dificuldades compiladas no quadro 4 a seguir:

**Quadro 4 – Principais dificuldades apontadas pelos PMECs**

<b>Dificuldades apontadas pelos PMECs no exercício da função</b>	Esquierro (2011)	Costa (2012)	Lima (2012)	Scotuzzi (2012)	Souza (2012)	Carvalho (2013)	Luqui (2013)	Menezes (2013)	Possato (2014)	Rocha (2014)	Santos (2015)	Costa (2016)	Galdino (2016)	Miranda (2016)	Vergna (2016)
Assumir várias atribuições que não são de responsabilidade do PMEC, como questões burocráticas, inspecionar os alunos, controle de faltas, ou ainda, resolver os mais variados casos que ocorrem cotidianamente dentro da sala de aula e tornavam o trabalho aviltante e impediam o desenvolvimento da mediação, a constituição de uma função, a continuidade de ações do projeto e dedicação a cursos de formação.	X	X		X		X	X	X	X	X		X	X		
Relação de autoridade, falta de apoio da direção escolar, falta de autonomia para resolverem os mais variados casos, que muitas vezes eram encaminhados diretamente à direção e iniciativas de cunho punitivo impediam as estratégias de ação dos mediadores.		X	X			X		X	X	X	X		X		X
Ausência, incompreensão e falta de apoio dos pais/responsáveis.	X				X	X		X				X	X	X	X
Desconhecimento, resistência, incompreensão, ausência de coletividade e falta de compromisso por parte dos sujeitos escolares sobre a função	X		X	X		X					X	X	X		X



de PMEC.																		
Ausência de um espaço próprio para realizar os atendimentos aos alunos, falta de propostas de trabalho para prevenir os conflitos, ausência de uma articulação entre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a atuação do PMEC impediam qualquer tentativa de realizarem projetos voltados à mediação.	X	X				X		X	X			X				X		
Problemas quanto a quem pode se candidatar à função de PMEC, não sendo levadas em consideração as características para atuação. Carga horária muito restrita diante das necessidades de trabalho.					X			X										

Fonte: Elaboração da autora

O quadro 4 aponta que as principais dificuldades abordadas pelos autores das pesquisas referem-se ao PMEC assumir diversas atribuições, que não seriam de sua responsabilidade, acarretando falta de tempo para desenvolverem a mediação. Também verificamos que a relação de autoridade, falta de autonomia e iniciativas de cunho punitivo impediam a ação dos mediadores. A cultura da “punição” ainda surge como alternativa para resolução dos casos de indisciplina, conflitos e violência. Identificamos que a inserção da cultura de mediação e da justiça restaurativa ainda caminha em direção a uma aceitação dos integrantes da comunidade escolar que, por muitas vezes, veem a punição como principal meio de resolução.

Outro fator apontado referia-se à falta de compreensão e apoio ao trabalho, tanto por parte dos sujeitos escolares quanto das famílias. O PMEC, em muitos casos, tem uma atuação realizada de maneira isolada, não se sentindo pertencente à gestão escolar. Com o pouco conhecimento de sua função e atribuições, o que acontece é a idealização de uma imagem de “inspetor de alunos de luxo” ou de “Salvador da Pátria” conforme verificamos nos estudos de Possato (2014) e Santos (2015).

A ausência de um espaço próprio para realização de atendimento, falta de propostas de trabalhos para prevenção de conflitos e pouco tempo para se dedicarem às formações

impediam um trabalho mais efetivo. Por último, a restrição dos docentes que poderiam se candidatar à função, a desconsideração do perfil adequado desse professor e a carga horária restrita foram relatadas como situações que desfavoreciam o projeto de mediação.

Em síntese, podemos verificar que as dificuldades no exercício da função de PMEC decorrem, na maioria das vezes, por fatores de desconhecimento da função que, caso fosse abordada em profundidade para todos os componentes da comunidade escolar, poderia trazer resultados mais efetivos.

## **2.5. Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua**

A seguir efetuaremos um apontamento das relações existentes dentro da comunidade escolar entre os PMECs e os sujeitos escolares e, a partir dessa informação, conseguiremos visualizar as características e dificuldades da função. No que se refere à **relação dos mediadores com os sujeitos escolares**<sup>18</sup>, identificamos que elas não foram os objetivos específicos dos trabalhos analisados. Dessa forma, justifica-se nossa pesquisa que poderá contribuir para uma análise mais aprofundada dessas relações.

A relação dos PMECs com os **alunos** surge no trabalho de Possato (2014). A referida autora aponta que, apesar do papel mais punitivo, a relação entre o PMEC e os alunos era de grande proximidade. Já Menezes (2013) revela que os alunos relataram que o PMEC resolvia os conflitos, ouvia e orientava. Nas situações que precisaram da intervenção do mediador, como em ocorrências de brigas e desrespeito às regras, eram sempre ouvidos. No que se refere à importância do PMEC na escola todos os alunos concordaram que eram importantes, ressaltando a promoção de paz e o entendimento dos PMECs sobre os problemas que atingiam os alunos, efetuando sempre aconselhamentos que melhoravam o ambiente.

Outra informação importante é a relação dos PMECs com os **adolescentes em conflito com a lei**. Cinco trabalhos localizados em nosso levantamento bibliográfico possuem uma vertente que engloba o trabalho e a relação do PMEC com o Adolescente em Conflito com a Lei, sendo eles elaborados por Silva (2011), Lima (2012), Rocha (2014), Santos (2015), Souza (2015) e Lages (2016). É importante apontar que os trabalhos de Silva (2011), Lima (2012), Santos (2015), Souza (2015) e Lages (2016) pertencem ao Programa de Mestrado

---

<sup>18</sup> É importante frisar que durante a leitura dos trabalhos não localizamos análises que abordavam todos os sujeitos escolares em cada um dos trabalhos. Porém, visando um melhor entendimento, identificamos aqui como sendo alguns dos sujeitos escolares: Alunos; Equipe Gestora: Diretor, Vice-Diretor, Coordenador Pedagógico; Professores e Agente de Organização Escolar (AOE).

Profissionalizante em adolescente em conflito com a lei da Universidade Anhanguera de São Paulo, portanto englobam análise de um grupo específico de estudantes no âmbito da escola. A partir das leituras, verificamos também, o trabalho de Rocha (2014) pertencente ao Mestrado em Terapia Ocupacional da UFSCar que se encaixou na mesma vertente dos trabalhos ditos anteriormente.

A relação dos mediadores com os Adolescentes em conflito com a lei era bem distante. Silva (2011), Lima (2012), Rocha (2014) e Santos (2015) afirmaram que os alunos indicados e que eram rotulados pelos professores como criminosos ou infratores não cumpriam medida socioeducativa. Eles ainda eram "invisíveis", pois nem os PMECs nem os professores sabiam dizer exatamente quais eram os jovens nessa situação. Nas escolas os PMECs não tinham acesso em saber quem eram esses adolescentes dificultando a atuação. Relatavam ainda que somente quando o aluno se sentia à vontade para contar sobre sua situação é que esses casos chegavam até o PMEC.

Silva (2011), Lima (2012) e Lages (2016) relataram que algumas escolas procuravam meios para dificultar as matrículas desses adolescentes, tentando analisar seus históricos com a finalidade de impedir a matrícula. Tais adolescentes têm direito à educação previsto em lei, mas nem sempre isso acontece na prática escolar. Porém, quando os adolescentes eram recebidos isso acontecia cercado de estigmas que definiriam as relações escolares, acarretando muitas vezes na evasão desses estudantes que não se sentiam aceitos pelos professores.

Silva (2011) e Souza (2015) apontaram em seus estudos que os adolescentes não eram encaminhados para a mediação de conflitos, pois aceitavam bem as normas e regimentos internos da escola. Os autores não identificaram nenhuma ocorrência em que esses adolescentes estivessem envolvidos, pois na verdade esses jovens não estavam de fato "inseridos" na escola, sendo que pouco se envolviam nas atividades diárias.

Lages (2016) abordou que muitas vezes ocorria, por parte da escola, a adoção de medidas disciplinares coercitivas, indo contra o caráter de mediação proposto pela Secretaria da Educação. Rocha (2014) trouxe ainda outras considerações importantes. Para ela os PMECs relataram que os adolescentes em conflito com a lei eram como os outros jovens integrantes da comunidade escolar, mas sempre possuíam um "porém" nas respostas relacionadas ao cumprimento das medidas socioeducativas. Por vezes eram generalizados como aqueles adolescentes que não cumpriam as regras da escola e as estratégias de ação para permanência desses adolescentes se resumiam à conscientização do corpo docente e ao estabelecimento do diálogo com o jovem em questão.

No que diz respeito à relação do PMEC com a **equipe gestora**, Galdino (2016) efetuou entrevista com uma Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora Pedagógica. A finalidade, segundo a autora, foi de compreender como a equipe avaliava a existência da função de PMEC, uma vez que a mediadora havia relatado que a equipe gestora não apoiava seu trabalho. Partindo dos relatos, constatou que a equipe gestora se dizia muito atarefada para acompanhar e auxiliar o trabalho da PMEC, mesmo sabendo da importância da função, portanto não se poderia esperar que os demais professores e agentes escolares fizessem algo diferente disso.

Outro fator importante para analisarmos as características e dificuldades da função trata-se em verificar qual é o **papel do PMEC na visão dos sujeitos escolares**. A maneira como tais sujeitos enxergam a função de mediação e a importância que dão para esse docente que assume um papel de ponte entre toda a comunidade escolar acaba por definir se existirá uma atuação efetiva ou não.

Luqui (2013) aponta que na visão da Vice-Diretora o papel do PMEC era de realizar a intermediação de conflitos, orientar pais e responsáveis pelos alunos sobre a importância do papel da família, orientar a procura de serviços de proteção social e trabalhar com medidas de prevenção, como palestras e atividades pedagógicas dentro da escola. Para Carvalho (2013), no que se refere à função de PMEC, a direção informou que eles deveriam atuar em trabalhos preventivos por meio de diálogos e da mediação de conflitos.

Já para a Coordenadora Pedagógica, conforme Luqui (2013), o PMEC deveria trabalhar diretamente com a mediação de conflitos, orientar pais e responsáveis quanto ao processo educativo, desenvolver ações educativas pensando no entorno da escola, orientar a realização de atividades pedagógicas e apoiar o aluno quanto à prática dos seus estudos.

Esquierro (2011), ao entrevistar duas diretoras, informou que ambas relataram que o professor que assumia tal função ainda estava despreparado, pois partia de sua vivência para tentar intervir e resolver as situações. Também faltava envolvimento dos demais integrantes da escola, porém a presença do PMEC, mesmo com as dificuldades, era vista como auxiliadora no trabalho de prevenção e solução de conflitos. Alguns professores e pais ainda desconheciam a função e acreditam que os problemas deviam ser solucionados imediatamente.

Esquierro (2011) e Carvalho (2013) apontam que os alunos reconheciam que a função de PMEC era ligada à resolução de conflitos, uma vez que ele fazia aconselhamentos quando havia ocorrência de conflitos entre alunos. Reconheciam também que após a implantação da função de PMEC os casos de violência diminuíram e que eles (alunos) também podiam

contribuir para redução das violências aprendendo a conviver e a utilizar o diálogo para resolver as diferenças e estavam começando a sentir segurança em expor os problemas aos PMECs. Queixam-se ainda da falta de projetos, passeios culturais e campeonatos esportivos para promoção da aproximação dos alunos.

Carvalho (2013) abordou que um dos Agentes de Organização Escolar (AOE) demonstrou que a função de PMEC ainda era mal interpretada, pois muitos achavam que elas agiam como “amiguinhas” dos alunos.

Esquierro (2011), Oliveira, (2012), Souza (2012) e Carvalho (2013) trouxeram os apontamentos efetuados pelos **professores**. Tais autores relataram que os professores entendiam que o papel do PMEC era de realizar a resolução de conflitos por meio do diálogo e fazer trabalhos de prevenção, porém alguns ainda apontavam que a atuação era tímida e outros que as práticas deveriam ser mais punitivas. Quando indagados sobre o trabalho do PMEC, todos os professores diziam conhecer a função, porém ainda acreditavam que o trabalho não tinha mostrado efetividade na questão da violência. Nos relatos dos professores e funcionários encontramos visões em que eles consideravam a escola violenta, porém acreditavam ser função dos PMECs de realizar o trabalho preventivo entre escola, comunidade, responsáveis e demais segmentos que auxiliavam contra a violência. Também surgia a tarefa de evitar a evasão escolar, mediar os conflitos e quando esse não desse resultado suspender ou expulsar.

Os **encaminhamentos dos casos aos PMECs** surgem como uma das características que pode influenciar positiva ou negativamente as atribuições que a eles são demandadas. Scotuzzi (2012) e Possato (2014) relataram que os professores acreditavam que o papel de PMEC era de punição e enviavam para que o mediador resolvesse os contextos mais corriqueiros que aconteciam nas aulas.

Os docentes, na visão das autoras, procuravam transferir as responsabilidades para os PMECs que, deveriam restaurar as relações e corrigir os alunos. Scotuzzi (2012) apontou que ficava subentendido nessa colocação que o problema estava sempre no aluno, desconsiderando as disfunções do meio escolar. Possato (2014) apontou ainda que nos livros de ocorrências surgiam punições referentes à indisciplina dentro da sala de aula como: atirar materiais, bolinhas de papel, não fazer as tarefas, fazer brincadeiras em sala de aula, atrapalhar e desrespeitar o professor, dentre outros, e as punições impostas pela direção não eram justas, na visão da PMEC entrevistada e dos alunos.

Lima (2012) apontou também que os professores esperavam que a atuação dos mediadores fosse mais efetiva. Em referência aos encaminhamentos dados a esses casos,

Souza (2012) e Souza (2015) perceberam que os professores relataram aquilo que acontecia cotidianamente. Geralmente os alunos eram advertidos, os pais chamados na escola, e em alguns casos ocorriam à suspensão. Não houve relato de nenhum trabalho diferenciado nas escolas para articular a comunidade com vistas em diminuir os conflitos. O diálogo ainda era pouco utilizado pelos professores que, conforme as respostas percebiam mais as estratégias punitivas dentro do ambiente escolar. A ação dos PMECs, portanto, consistia em caráter mais emergencial do que preventiva.

Para complementar esse tópico temos o apontamento de Soares (2016) que verificou que os casos que eram atendidos pelos PMECs, normalmente, eram encaminhados primeiramente pelos professores, seguidos dos gestores. Em poucos casos eram os próprios envolvidos nos conflitos que procuravam auxílio do PMEC.

Outro fator que influencia a atuação do PMEC é a falta de conhecimento das **definições sobre conflitos e violência nos ambientes escolares**. Almeida (2009), Costa (2012), Oliveira (2012), Scotuzzi (2012), Souza (2012), Carvalho (2013), Luqui (2013), Possato (2014), Diogo (2015), Souza (2015), Costa (2016), Galdino (2016), Miranda (2016), Soares (2016) e Vergna (2016) abordaram tais vertentes em seus trabalhos.

Scotuzzi (2012), Luqui (2013), Souza (2015), Costa (2016) e Vergna (2016) relataram que realmente os sujeitos integrantes da comunidade escolar não apresentavam objetividade nas respostas, possuindo grande dificuldade em diferenciar conflitos e violência.

Possato (2014) efetuou a definição sobre as violências, não tendo como intuito o de negar a existência das violências nas escolas, até porque o entendimento demanda uma série de manifestações. Para ela faz-se necessário desenvolver estudos que acompanhem o cotidiano das escolas para que seja possível entender de uma maneira real essa temática.

De maneira geral, Almeida (2009), Costa (2012), Scotuzzi (2012), Carvalho (2013), Luqui (2013), Possato (2014), Diogo (2015), Miranda (2016), Soares (2016) e Vergna (2016) apontaram algumas situações definidas como violência que encontraram nos relatos dos sujeitos escolares. Surgiram os seguintes apontamentos: Atribuem a violência à falta de respeito; casos de depredação; roubos; furtos de materiais; agressões físicas, verbais e psicológicas; pichações; uso de drogas; ausências, sobretudo dos professores, e a impossibilidade que os alunos, sujeitos principais da instituição escolar, tinham de ter seu direito a uma educação de qualidade garantida; brigas; violência simbólica, que raramente era percebida pelo professor ou aluno e falta de respeito ao pensamento do outro.

É importante frisar que Almeida (2009), Costa (2012), Souza (2012), Luqui (2013), Diogo (2015), Miranda (2016), Soares (2016) e Vergna (2016) trouxeram em seus trabalhos

um fator relevante. Parte dos sujeitos escolares abordava que a violência que ocorria nas famílias era trazida para o ambiente escolar, sendo, portanto, a causa do que acontecia em outros espaços sociais. Souza (2012) traz algo ainda mais específico, pois relatou que os professores viam na família fortalecida e estruturada a solução para a maioria dos problemas de violência dentro da escola.

Luqui (2013) conseguiu relatos de que a violência escolar decorria da massificação da educação, ou seja, com grande diversidade dentro da escola os sujeitos não conseguiam trabalhar as diferenças desencadeando a violência. Já Carvalho (2013) apontou que existiam também queixas quanto à relação desigual entre professores e alunos no ambiente escolar, sendo, portanto, uma violência exercida pela escola e que nem sempre era declarada pelos alunos. Souza (2012) apontou que todos os professores relataram já terem sofrido agressões dentro da escola, sendo a violência verbal a mais comum e que ocorria diariamente, além da agressão física que também ocorria, mas em menor demanda.

No que se refere à tentativa de definir o que eram os conflitos, Oliveira (2012), Souza (2015), Miranda (2016), Soares (2016) e Vergna (2016) apontaram o que os sujeitos definiram como principais conflitos dentro das escolas: xingamentos; brigas; ameaças; *bullying*, desinteresse; atrasos; correrias; provocações; pequenos danos ao patrimônio; desrespeito às regras da escola; uso de celular; ausência de adultos controlando o dia; discussões; divergências; intrigas; diversidade que geram intolerância e problemas do ambiente externo que os alunos traziam para dentro da escola. Mesmo com toda a indefinição, Oliveira (2012) trouxe em seu trabalho, no que se refere à compreensão de conflitos, que todos os entrevistados perceberam o mesmo como sendo algo inerente às relações humanas, que se encontrava presente no dia a dia do ambiente escolar. Portanto, torna-se necessário efetuar um trabalho no sentido de saber resolver essas situações para proporcionar um ambiente mais harmonioso.

É possível verificar a confusão existente entre as definições de conflitos e violência. Tal fator acarreta outro problema, que se refere aos encaminhamentos dos casos aos PMECs. Com a indefinição de conceitos toda e qualquer situação, seja ela de conflito, violência ou indisciplina acaba por ser passada aos PMECs. Galdino (2016) e Soares (2016), no que se refere aos conflitos mais recorrentes encaminhados aos PMECs surgem em primeiro lugar a violência verbal seguida da física e indisciplina. No que se refere aos principais problemas enfrentados no cotidiano os PMECs relataram a: indisciplina, pouco interesse dos alunos, falta de apoio dos professores, uso de drogas e conflitos diários.

Em síntese a relação dos PMECs com os sujeitos escolares é, de maneira geral, amistosa. Porém, por ocorrer falta de conhecimento, principalmente vinda dos professores, algumas situações que demandam a utilização da mediação não eram realizadas de maneira satisfatória, uma vez que a cultura da punição ainda estava presente nos ambientes escolares.

A questão envolvendo “conflitos” e “violências” surgiu com frequência como sendo um conceito único e pouco discutido nas escolas. Em vários relatos analisados verificamos que, não só os PMECs, mas também membros das equipes gestoras possuíam grande dificuldade em definir o que é um conflito e diferenciá-lo de violência. Tal fator acarretava no encaminhamento dos mais variados casos aos PMECs transferindo para eles a responsabilidade dos demais integrantes da comunidade escolar.

O referido levantamento buscou apurar nosso olhar a respeito da função de PMEC a partir dos dados apresentados por pesquisadores da área. Levamos em consideração, na composição desta seção, as definições de problemas e objetivos abordados por tais autores e assim, conseguimos efetuar nossa análise de dados. Na seção a seguir apresentaremos os caminhos para a construção de nossa pesquisa, para que, na última seção possamos apresentar a análise de dados e percepções efetuando uma triangulação com os resultados das pesquisas e bibliografia referente à mediação de conflitos.



## SEÇÃO 3. CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção será apresentada a metodologia adotada para elaboração do presente estudo, os caminhos da pesquisa contendo os critérios para seleção da escola e dos participantes da pesquisa, finalizando com os instrumentos e procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados.

Inicialmente faz-se importante informar que, considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, esta investigação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara/SP – UNESP sendo acatadas as normas apresentadas na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, incluindo a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>19</sup>, sendo que este foi aprovado em 21 de fevereiro de 2018 sob o nº CAAE 82076918.6.0000.5400.

### 3.1. Opção Metodológica

O presente estudo é de abordagem qualitativa a qual é defendida por Lüdke e André (2014):

O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado. (2014, p. 13).

O ambiente escolar é rico em situações que envolvem diferentes sujeitos diariamente. Um olhar cuidadoso e diferenciado faz-se necessário para captar percepções que talvez, não seriam percebidas se o estudo não fosse qualitativo.

A abordagem de pesquisa foi documental e empírica, em que o levantamento bibliográfico e documental surgiu como fator crucial para a realização da análise de dados, tendo ocorrido ao longo de todo o processo. Segundo Gil (1991, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ainda na visão desse autor, quanto à pesquisa documental, ela em muito se assemelha à bibliográfica. Porém, a diferença essencial é de que a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que

---

<sup>19</sup> TCLE disponível no Apêndice 3.

ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. (ibid, p. 51). Também levantamos informações sobre a implementação da mediação dentro do ambiente escolar utilizando-se da legislação da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) que instituiu o Sistema de Proteção Escolar (SPE) e proporcionou a partir daí a criação da função de PMEC e de documentos elaborados pela escola, tais como as “Fichas de Registro de Ocorrências” e anotações em cadernos de uso da equipe gestora e da PMEC relacionados aos casos ocorridos dentro da escola e atendidos por elas.

A coleta de dados empíricos por meio de **observações** e de **entrevista semiestruturada** foi realizada em uma escola pública de uma Diretoria de Ensino (DE) pertencente a uma cidade do interior de São Paulo. A observação, segundo Lüdke e André (2014), permite ao pesquisador o contato direto com o fenômeno pesquisado, pois dessa maneira ele pode chegar o mais próximo possível das “perspectivas dos sujeitos”. Porém, conforme abordam as referidas autoras, para que o instrumento torne-se válido é necessário que haja uma observação controlada e sistemática. É importante lembrar ainda que é necessário aguçar os sentidos para captar os aspectos mais relevantes da realidade.

No que se refere às entrevistas semiestruturadas, Lüdke e André (2014) também destacam a vantagem dessa abordagem, pois, segundo as autoras, a entrevista permite que se capte de forma imediata e corrente a informação desejada dos informantes sobre os mais diversos tópicos.

### **3.2. Percursos metodológicos: o desenho da pesquisa**

O percurso metodológico foi sendo delimitado no decorrer da elaboração do Projeto de Pesquisa apresentado como requisito inicial na disciplina obrigatória de “Produção de Pesquisa” cursada no Mestrado em Educação Escolar. A princípio efetuamos uma revisão bibliográfica, como já apontamos anteriormente nesse trabalho, e posteriormente elaboramos um conjunto de questões norteadoras e objetivos de pesquisa. A partir daí foram sendo elaborados os eixos de análise para os trabalhos selecionados na Seção 2 e, conseqüentemente, verificamos a necessidade de trabalhar com os mesmos eixos para análise dos dados de nossas observações e entrevistas na Seção 4.

A opção em efetuarmos observações e entrevistas semiestruturadas vem desde o projeto inicial, e foi sendo verificada sua importância, durante as leituras das referências bibliográficas sobre pesquisas qualitativas. A dúvida que restava era referente a quantas unidades escolares deveríamos nos debruçar para atingir os objetivos propostos. Depois de

realizar as leituras dos resumos dos 25 trabalhos selecionados durante a revisão bibliográfica, decidimos focar nosso estudo em uma única unidade escolar, pois a função de PMEC ganha inúmeras particularidades dependendo do ambiente em que esse professor atua. Portanto, para uma análise a ser desenvolvida durante o período de realização do mestrado, uma escola seria o suficiente para conseguirmos identificar particularidades desse ambiente visando uma futura expansão do estudo em outra oportunidade.

Durante o projeto elencamos a quantidade e os possíveis sujeitos da pesquisa. No início das observações captamos a importância de alterar alguns pontos. Decidimos incluir a Coordenadora Pedagógica nas entrevistas semiestruturadas e aumentar o número de professores a serem entrevistados. A justificativa para inclusão da Coordenadora Pedagógica se deu pelo fato de que a PMEC dividia a sala com a mesma, permanecendo a par dos atendimentos realizados. No que se refere aos professores, o aumento no número se justificou pela grande variedade de comportamentos acerca dos conflitos existentes na escola. Alguns deles registravam muitos conflitos, outros não registravam nenhum. Cabia a nós, compreendermos melhor o motivo pelo registro ou falta dele e isso somente seria possível ouvindo um maior número de sujeitos.

### **3.2.1. Instrumentos de coleta de dados**

Para iniciarmos as observações na escola elaboramos um Roteiro de Observação<sup>20</sup> que nos possibilitasse o direcionamento das nossas atividades. Tal roteiro foi sendo construído visando conseguir responder aos objetivos de nossa pesquisa.

As observações visaram, primeiramente, obter informações para efetuarmos a descrição dos sujeitos da pesquisa, lembrando que não acompanhamos apenas os participantes das entrevistas semiestruturadas, mas sim o conjunto de sujeitos da escola. Esses momentos de observações possibilitaram também uma descrição do ambiente escolar com suas características físicas, conforme apontaremos nesta seção, e aquelas que somente são perceptíveis a partir da nossa inserção diária nesse ambiente.

Outro item constante em nosso roteiro dizia respeito à tentativa de descrever o trabalho cotidiano realizado pela PMEC, mais precisamente em verificarmos as atribuições reais exercidas para que, posteriormente, comparássemos com as estabelecidas nas legislações. As alternativas utilizadas pela PMEC para resolução de conflitos também fazem parte do nosso roteiro, assim como as características e dificuldades encontradas no trabalho.

---

<sup>20</sup> Roteiro de Observação disponível no Apêndice 1.

Da mesma forma buscamos efetuar a descrição dos atendimentos realizados e seus encaminhamentos pela PMEC. Cabe aqui lembrar que a escola criou um método próprio para registro e controle dos conflitos ocorridos, portanto, nos momentos de observações esses dados seriam mais perceptíveis.

Também um dos objetivos de nossas observações foi tentar captar as relações entre os sujeitos escolares, tanto alunos, professores, equipe gestora e demais funcionários da escola. Essas relações permitiram a construção mais apurada de nossas percepções a respeito dos encaminhamentos das mediações que ocorrem, ou até mesmo o motivo pelo qual determinados sujeitos agem dessa ou daquela maneira. Tal quesito tornou-se imprescindível para conhecermos as percepções dos sujeitos que se envolvem diretamente com as atribuições exercidas pela PMEC.

Já no que se refere à elaboração dos Roteiros de Entrevistas Semiestruturadas podemos relatar que tal procedimento ocorreu em longo prazo. Durante a realização do TCC, no ano de 2015, já tendo como objeto de estudo o Professor Mediador, a opção por entrevistas semiestruturadas esteve presente na metodologia escolhida. Portanto, os primeiros roteiros foram elaborados e aplicados nesse momento, servindo para nós como um pré-teste. Já como pesquisadora no Mestrado em Educação Escolar, no decorrer da disciplina sobre produção de pesquisa e com o levantamento bibliográfico, tais roteiros foram sendo editados e atualizados conforme as necessidades que surgiam e, principalmente, visando atingir os objetivos propostos.

Foram elaborados quatro roteiros de entrevistas voltados a sujeitos diferentes. Portanto, elaboramos um roteiro para a equipe gestora, um para a PMEC, um para os demais professores e outro para os alunos. Os roteiros possuem questões comuns, ou seja, que se encaixavam para ambos os sujeitos, mas também tivemos o cuidado de analisar questões específicas para cada um deles.

Os roteiros foram organizados em dois blocos, o primeiro com questões gerais que contemplam a obtenção de dados sobre os sujeitos. Já o segundo bloco contempla as questões específicas sobre o trabalho do PMEC visando obter a percepção dos sujeitos quanto à função, a mediação de conflitos, os elogios, as críticas e reclamações sobre a atuação da PMEC, além de questões relativas às relações interpessoais existentes na escola.

### 3.2.2. A escola escolhida

Para realização das observações e entrevistas semiestruturadas escolhemos uma escola pertencente à Diretoria de Ensino (DE) localizada no interior do Estado de São Paulo. Os primeiros contatos com a referida DE ocorreram durante a elaboração do TCC no ano de 2015, portanto, a indicação e acesso à escola foram facilitados devido ao relacionamento anteriormente obtido com a responsável pela Supervisão do Sistema de Proteção Escolar.

Após conversa inicial na DE foi solicitado autorização para efetuarmos as primeiras observações na escola tomando-se cuidado neste processo, pois, sabíamos que a coleta de dados dependeria da disponibilidade dos sujeitos que compõe o ambiente escolar e de nada adiantaria observar uma escola na qual os profissionais não aprovassem a presença de pesquisadores. Esse contato foi realizado no mês de janeiro de 2018 quando foi esclarecido que os PMECs ainda não estavam atuando nas escolas da referida Diretoria. Na realidade, naquele momento a SEE/SP não havia autorizado a continuidade do projeto e os docentes responsáveis pela função estavam sem uma definição se continuariam no exercício das atribuições. A Diretoria de Ensino, no momento desse contato, aguardava a autorização por parte da SEE/SP de um pedido realizado para dar continuidade ao projeto.

Tal definição sobre a continuidade do projeto foi comunicada na última semana do mês de fevereiro de 2018, data em que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) encontrava-se aprovado. Nesse momento, uma única escola contava com a atuação de um PMEC na cidade sede da DE, sendo assim foi autorizada a minha inserção na referida unidade. Antes de começar as observações fomos até a escola para explicar o motivo da presença e para certificação da receptividade dos sujeitos. Nesse primeiro momento houve contato com a Diretora, Vice-Diretora e a PMEC, que se mostraram interessadas e abertas para colaborar com a pesquisa. Desejando conhecer a atuação do PMEC sob o olhar e as percepções de diferentes sujeitos que com ele se envolvem no ambiente escolar foram iniciadas as observações na escola aqui denominada de “Blocos de Concreto<sup>21</sup>” na última semana do mês de fevereiro de 2018.

A relação estabelecida visava também a conquista da confiança dos sujeitos, para que os mesmos entendessem que a presença do pesquisador no cotidiano não tinha o intuito de criticar ações e posturas, mas sim de compreender e analisar o trabalho do mediador. No primeiro dia houve a permanência na sala da Professora Mediadora com anotações julgadas

---

<sup>21</sup> Escolhemos esse nome fictício pela arquitetura da escola, pois uma das maiores características são os blocos de concretos vazados que compõe as paredes dos corredores.

pertinentes para as primeiras percepções. Com o passar dos dias, aumentando as relações com os sujeitos escolares, foram ampliadas as possibilidades de expandir os horizontes e perceber a realidade existente naquela escola.

Nesse processo foi sendo conhecida a Escola Blocos de Concreto, localizada em um bairro próximo ao centro da cidade. Seu decreto de funcionamento foi publicado na década de 1980, sendo que no início das atividades já ocorria atendimento de alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A dimensão física da escola é considerada adequada pelos integrantes da comunidade escolar. As salas de aula, com capacidade para 41 alunos cada, não encontram-se extremamente lotadas e as demais dependências estão bem conservadas, inclusive em alguns locais, como a entrada principal, encontra-se um jardim em que os próprios alunos ajudaram a construir e vem mantendo-o desde então. Podemos caracterizar o ambiente físico das dependências da Escola Blocos de Concreto conforme o quadro 5 a seguir:

**Quadro 5 – Dimensão Física da Escola**

<b>Quadro de Dependências da Escola</b>	
Sala de Aula	10
Almoxarifado	2
Arquivo	1
Coord. Pedagógico/Sala	1
Copa	1
Cozinha	1
Despensa	1
Diretoria/Vice Direção	1
Laboratório de Informática	1
Lavanderia	1
Pátio Coberto	1
Professores/Sala	1
Quadra Coberta	1
Sala de Espera	1
Sala de Leitura	1
Sala de Recurso/Educação Especial	1
Sala para TV/Vídeo	1
Sanitário Adequado a Portador de Deficiência	1
Sanitário Aluno Feminino	1
Sanitário Aluno Masculino	1
Secretaria/Sala	1
Zeladoria	1
Sanitário Adm. Feminino	1
Sanitário Adm. Masculino	1

Recepção	1
----------	---

Fonte: Elaboração da autora

No momento da caracterização desse ambiente escolar (fevereiro de 2018) a escola possuía 206 alunos matriculados no Ensino Fundamental II e 248 alunos matriculados no Ensino Médio. Uma das particularidades da Escola Blocos de Concreto é que no período da manhã funcionam as salas de 9º ano até o 3º ano do Ensino Médio, já no período da tarde ocorre o funcionamento das classes de 6º ano até 8º ano do Ensino Fundamental II, sendo que no período noturno não há atendimento. O horário de funcionamento também é diferenciado, inicia-se, no período da manhã, das 06h55min até 12h15min devido aos alunos que trabalham e necessitam do transporte público que passa próximo à escola no horário das 12h20min. No período da tarde o horário de aulas é das 12h40min até as 18h00min. O total de alunos matriculados é de 454, sendo que destes apenas dois frequentam a Sala de Recurso de Educação Especial. A distribuição dos alunos por salas encontra-se na tabela 1 a seguir:

**Tabela 1 – Quantidade de Classes e alunos**

<b>Quantidade de Classes e alunos</b>			
<b>9º Ano e Ensino Médio</b>		<b>Ensino Fundamental II</b>	
Período: das 06h55min às 12h15min		Período: das 12h40min às 18h00min	
Ano	Alunos	Ano	Alunos
9º A	34	6º A	28
9º B	33	6º B	27
9º C	16	6º C	24
1º A	21	7º A	30
1º B	21	7º B	27
2º A	27	8º A	34
2º B	26	8º B	34
2º C	25	Educação Especial - DV - Sala de Recurso	2
3º A	22		
3º B	23		
<b>Total</b>	<b>248</b>	<b>Total</b>	<b>206</b>
<b>Total Geral: 454</b>			

Fonte: Elaboração da autora

A maioria dos alunos pertencentes a esse ambiente escolar são residentes no mesmo bairro em que a escola encontra-se localizada. O bairro é composto, prioritariamente, por uma população de classe baixa e, pelas informações conseguidas com a equipe gestora, possui problemas de infraestrutura, tráfego e consumo de drogas, dentre outros fatores que prejudicam a boa convivência entre as pessoas. Outros alunos, esses provenientes de bairros

mais distantes, utilizam o transporte público para chegarem até o ambiente escolar. Mesmo que em menor número, tais alunos muitas vezes optam por vir até essa escola pelo fato do bairro em que residem não possuir escola de Ensino Fundamental II ou Ensino Médio, ou por motivos pessoais, tais como: optar em estudar em uma escola “com menos exigência de dificuldade<sup>22</sup>” do que aquelas disponíveis mais perto das residências, a escola ser próxima ao ambiente de trabalho, ou até mesmo por motivo de desentendimentos em outros ambientes escolares.

No que se refere à equipe gestora, o quadro encontra-se composto por uma Diretora, uma Vice-Diretora, uma Coordenadora Pedagógica e uma PMEC. Cabe relatar uma das maiores particularidades desse ambiente escolar, e que talvez dê relevância ainda maior ao referido trabalho, já que a Diretora e Vice-Diretora começaram a atuar nessa escola no início do ano letivo de 2018, praticamente junto com nossa chegada. Ambas vieram de outras unidades escolares e não conheciam, em profundidade no início do ano, as características do ambiente da escola. No que se refere à Coordenadora Pedagógica, esta também iniciante na função, embora já atuasse como professora da escola. A PMEC, nesta função há cinco anos, estava na escola há pouco mais de nove anos, sendo, portanto, a docente da equipe gestora com mais tempo de atuação naquele ambiente escolar.

A escola contava em 2018 com 46 docentes no seu quadro, sendo desses 28 docentes efetivos, 10 da Categoria F e oito da Categoria O<sup>23</sup>. Porém, como é comum na rede pública, 15 docentes não estavam em exercício devido aos mais variados motivos, tais como: cinco Professores de Educação Básica I (PEB I) afastados na municipalização ou que atuavam em outras funções (um exemplo é a PMEC, a professora responsável pela Sala de Leitura e por último a professora da Sala de Recursos); três professores com licença-saúde aguardando o processo de readaptação; dois professores afastados aguardando publicação da aposentadoria; dois professores readaptados; uma professora afastada como Vice-Diretora em outra unidade escolar; uma professora afastada junto ao Centro Estadual para Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) e por último, uma professora em interrupção de exercício porque não teve aulas atribuídas no referido ano letivo.

O quadro de funcionários da escola contava com cinco Agentes de Organização Escolar (AOE), cinco Agentes de Serviços Escolares (ASE) e uma Gerente de Organização

---

<sup>22</sup> Lembramos que essa é uma concepção relatada por alguns estudantes em comparação com outras unidades escolares do município.

<sup>23</sup> Os “Docentes da Categoria O” são aqueles contratados por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Federal, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, formalizada mediante contrato. Os direitos são garantidos pela Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009 e, com posterior atualização da Lei Complementar nº 1314, de 28 de dezembro de 2017.



Escolar (GOE). Também, conforme informações conseguidas com a GOE, o quadro não está completo como deveria.

### **3.2.3. Os participantes da pesquisa**

Primeiramente faz-se importante relatar que os participantes da pesquisa, especialmente das observações realizadas, são todos os integrantes da comunidade escolar, com foco principal na observação do trabalho da PMEC e no acompanhamento das atividades realizadas por ela. Portanto, a partir das observações cotidianas, variados sujeitos foram tendo suas ações relatadas em nossas anotações, sendo eles também integrantes da nossa pesquisa juntamente com a Professora Mediadora.

Tendo em vista os objetivos da presente pesquisa também efetuamos a opção em realizar as entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos que compõe a comunidade escolar analisada. Para tanto foram escolhidos os seguintes participantes das entrevistas:

- Uma Professora Mediadora Escolar e Comunitária (PMEC);
- Uma Diretora da Unidade Escolar;
- Uma Vice-Diretora da Unidade Escolar;
- Uma Coordenadora Pedagógica da Unidade Escolar;
- Cinco Alunos do período da manhã;
- Cinco Professores do período da manhã.

Para justificar tais escolhas faz-se necessário uma breve consideração. No delinear da pesquisa, e com o processo de observação, verificou-se que a PMEC não conseguia atuar sozinha, pois necessitava do aval da equipe gestora para tomar diversas decisões. Portanto, ouvir as percepções da Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora Pedagógica tornou-se imprescindível para elaborarmos, a partir das percepções desses sujeitos, nossas próprias percepções sobre o trabalho realizado pela PMEC. Para melhor visualização e análise dessas percepções identificaremos os participantes como Coordenadora Pedagógica; Diretora; PMEC<sup>24</sup> e Vice-Diretora conforme o quadro 6 a seguir:

---

<sup>24</sup> É importante lembrar que decidimos colocar a PMEC no quadro da Equipe Gestora, pois no ambiente escolar é nessa posição que a maioria dos sujeitos “enxergam” sua função.

**Quadro 6 – Caracterização dos participantes das entrevistas – Equipe Gestora**

<b>Caracterização da Equipe Gestora</b>			
<b>Sujeito</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de Experiência no Magistério</b>
Coordenadora Pedagógica	39 anos	Licenciatura em Letras	15 anos
Diretora	45 anos	Magistério; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Pedagogia	23 anos
PMEC	44 anos	Magistério; Licenciatura em Pedagogia; Pós-Graduação em Didática, Psicopedagogia e Educação Especial.	18 anos
Vice-Diretora	47 anos	Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia, Química, Física e Matemática; Licenciatura em Pedagogia; Pós-Graduação em Psicopedagogia; Especialização em Biologia.	27 anos

Fonte: Elaboração da autora

Os alunos e professores são os que diretamente mais se envolvem com o trabalho do PMECC, portanto conhecer as características e dificuldades da função somente seria possível ouvindo e analisando as percepções desses sujeitos juntamente com as respostas da equipe gestora. É importante lembrar ainda que, alunos e professores, embora centrais na realização do trabalho, não eram consideradas de forma direta no conjunto de pesquisas analisadas, sendo uma lacuna na produção do conhecimento.

No que se refere aos alunos optamos por entrevistar cinco deles. O critério para seleção foi sendo delineado nos dias das observações. Conforme aconteciam os atendimentos dos alunos, analisando as fichas de ocorrência<sup>25</sup> fornecidas pela PMECC com base nos relatos dos professores, foi possível verificar os alunos que buscavam atendimento, ou que eram encaminhados por outros sujeitos da comunidade escolar. Também, e posteriormente, será exposto com detalhes, priorizou-se a escolha de alunos que iniciaram sua atuação como “Mediadores Mirins” em um projeto piloto implantado pela escola como alternativa para a melhoria dos conflitos no ambiente escolar. Para uma melhor organização e análise dos

<sup>25</sup> O modelo de fichas de ocorrência será apresentado na Seção 4.

resultados, os alunos participantes serão apresentados como A1, A2, A3, A4 e A5 conforme quadro 7 a seguir:

**Quadro 7 – Caracterização dos participantes das entrevistas – Alunos**

<b>Caracterização dos alunos</b>		
<b>Sujeito</b>	<b>Idade</b>	<b>Ano que está cursando</b>
A1	15 anos	9º E.F. II
A2	16 anos	9º E.F. II
A3	17 anos	2º Ensino Médio
A4	15 anos	9º E.F. II
A5	17 anos	3º Ensino Médio

Fonte: Elaboração da autora

Quanto à escolha dos professores, essa etapa foi um pouco mais complicada. Inicialmente, durante o projeto de pesquisa, indicamos a necessidade de entrevistar apenas dois professores. No decorrer das observações, análises das fichas de ocorrência e conversas informais com a equipe gestora e até mesmo com os professores, fomos percebendo a grande variedade de ações dos profissionais e seus envolvimento com os demais sujeitos escolares.

Alguns professores são temporários e permanecem muito pouco tempo na escola, somente no período em que têm as suas aulas, que normalmente são escassas. Outros professores nunca efetuavam registros de ocorrência, outros efetuavam com certa constância. Para tanto, sempre visando atingir os objetivos desta pesquisa, optamos em aumentar o número de entrevistados para cinco professores. Selecionamos aqueles que têm a maior quantidade de ocorrências registradas nas fichas e outros que não possuíam ocorrências ou registravam muito pouco. Tal variedade se fez necessária para conhecer os motivos dos registros ou a ausência deles. Os professores que registram mais o fazem por qual motivo? Os que não registram não possuem ocorrências em suas salas de aula ou existe outra razão? Essa incógnita pretende ser respondida no decorrer deste trabalho. No quadro 8 a seguir, apresentaremos a caracterização dos professores participantes das entrevistas que serão denominados como P1, P2, P3, P4 e P5:

**Quadro 8 – Caracterização dos participantes das entrevistas – Professores**

<b>Caracterização dos professores</b>				
<b>Sujeito</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Disciplina que Leciona</b>	<b>Tempo de Experiência no Magistério</b>
P1	50 anos	Licenciatura em Geografia; Tecnóloga em Navegação Fluvial; Licenciatura em Matemática.	Geografia	23 anos
P2	54 anos	Licenciatura em História e Geografia; Ciências Sociais.	Sociologia	27 anos
P3	32 anos	Licenciatura em Letras; Licenciatura em Artes, Pós-Graduação em História da Arte; Pós-Graduação em Museografia e Patrimônio Cultural.	Língua Portuguesa	7 anos
P4	51 anos	Licenciatura em História.	História	19 anos
P5	64 anos	Administração de Empresas; Licenciatura em Matemática.	Matemática	16 anos

Fonte: Elaboração da autora

### **3.3. Procedimento de coleta de dados**

A coleta de dados empíricos foi realizada, como dito anteriormente, por meio de documentos, observações e entrevistas semiestruturadas. Os documentos foram conseguidos na unidade escolar analisada e serão abordados na Seção 4 durante a análise dos dados. Tais documentos tiveram sua elaboração efetuada pelos integrantes da comunidade escolar com base nos requisitos diários que surgiam e necessitavam de registro por meio de algum apontamento.

As observações foram efetuadas de fevereiro a abril de 2018. No total foram 23 dias, distribuídos ao longo de 11 semanas (visto que não é todo dia que a PMEC atua no período da manhã) equivalentes a 88h00min de observações. Como dito anteriormente, o início dessas observações só foi possível quando houve a aprovação da continuidade do projeto “Professor Mediador” pela SEE/SP. Assim que a Supervisora de Ensino retornou o contato dizendo que

estava autorizada a inserção no ambiente escolar, começamos a frequentar a escola para realizar a coleta de dados.

A PMEC que atua na escola tem um horário específico de trabalho. No período da manhã ela está na escola de segunda, quarta e sexta-feira, das 06h55min às 12h15min, sendo que no período da tarde ela atua de terça e quinta-feira das 12h40min às 18h00min<sup>26</sup>. Quando a PMEC não está na escola, normalmente, quem atende as situações de conflitos é a Vice-Diretora que depois procura passar tudo para a PMEC. Procurávamos sempre chegar à escola a partir das 7h00min da manhã, e muitas vezes, mesmo sendo logo cedo, os conflitos já estavam em andamento, ou a PMEC estava em algum ponto da escola realizando algum atendimento ou intervenção. Nossas observações tinham como foco principal acompanhar os atendimentos referentes aos conflitos, portanto, sempre que possível acompanhávamos a PMEC ou alguém da equipe gestora que estava intervindo nos mesmos. Tais observações serão descritas e analisadas na Seção 4 – Análise dos Dados e Percepções.

É importante frisar que, durante as observações, efetuamos a descrição dos atendimentos realizados e seus encaminhamentos foram anotados no nosso Diário de Campo para que pudéssemos ter acesso às particularidades de cada dia e, não deixarmos passar detalhes importantes na posterior análise de dados. Tal fator torna-se preponderante para pontuarmos aquilo que nos é relevante e efetuar uma comparação com os demais dados levantados.

No que se refere às entrevistas semiestruturadas, elas foram gravadas com um aparelho celular a partir de um programa denominado *Voice Recorder*. Tal programa salva os arquivos em formato Mp3 e, posteriormente é possível proceder à transcrição por voz por meio de uma ferramenta disponível no *Google Docs*, sendo necessárias algumas alterações na digitação, pois muitas vezes o programa não reconhece exatamente o que o entrevistado relatou. O tempo de duração das entrevistas variou de 40 minutos a uma hora e meia, dependendo do entrevistado e de quanto ele podia relatar para responder às questões estipuladas ou até mesmo, complementar com situações por eles presenciadas. Cabe lembrar que todas as entrevistas foram realizadas presencialmente na unidade escolar. A grande maioria das entrevistas ocorreu na Sala de Vídeo da Escola, mas também necessitamos utilizar outros locais. Duas das entrevistas (com a Coordenadora Pedagógica e uma Professora) aconteceram na sala de mediação devido à falta de disponibilidade de outro local.

---

<sup>26</sup> Portanto, como a pesquisadora atua na Rede Municipal de Ensino, e o horário de trabalho é no período da tarde, foi possível realizar as observações somente durante o período da manhã em que a PMEC estava na escola.

É importante ressaltar que nesse ambiente uma das entrevistas precisou ser interrompida e retomada a seguir, pois uma professora entrou na sala e mesmo sabendo que estava ocorrendo uma entrevista não hesitou em interromper a Coordenadora Pedagógica para pedir cópias de avaliações para sua turma de alunos. Outra entrevista (com a Professora P3) aconteceu na Sala dos Professores e com a Professora P4 em uma sala de aula comum.

As entrevistas ocorreram entre abril e agosto de 2018. Tal período se justifica pelo fato de que em muitas vezes os entrevistados encontravam-se desempenhando outras funções, o que acabava por impossibilitar a realização das entrevistas ou, no caso dos alunos, a falta deles ao ambiente escolar no dia combinado para realização das mesmas. Como pesquisadoras sabemos que tais situações poderiam ocorrer e, quando alguma entrevista era cancelada, foi aproveitado o período para realizar mais observações e apontamentos.

As gravações em áudio foram, posteriormente, transcritas e analisadas tendo como base as questões norteadoras e os objetivos de pesquisa. Lüdke e André (1986) destacam ainda que:

Enquanto outros instrumentos tem seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador em que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. (1986, p. 34).

Tal afirmação foi confirmada no momento da realização das entrevistas semiestruturadas, pois, conforme as perguntas iam sendo efetuadas e as respostas obtidas, surgiam novas dúvidas e questionamentos importantes que não seriam possíveis anteriormente, no momento da elaboração das perguntas. Muitos pontos de análise e informações relevantes foram captadas nesse diálogo, o que corrobora a afirmação das autoras sobre a entrevista “ganhar vida” a partir do diálogo.

### **3.4. Procedimento de análise de dados**

Para proceder a análise dos dados, foi necessário verificar todas as anotações decorrentes dos momentos de observação da unidade escolar, as transcrições das entrevistas semiestruturadas, a verificação dos conteúdos dos documentos conseguidos e da bibliografia selecionada. Lüdke e André (1986) abordam que:

A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado. (1986, p. 45).

O primeiro passo, portanto, foi formular um “conjunto de categorias descritivas” (Lüdke e André, 1986, p. 48) para analisar os dados. Cabe lembrar, ainda segundo as autoras, que tal análise deve ser mais profunda, procurando desvendar mensagens que ficaram implícitas no conteúdo das entrevistas.

Dessa maneira, levando em consideração todo o processo de encadeamento de decisões, que fez toda a diferença na solidez de nosso trabalho de pesquisa, utilizamos os mesmos eixos que haviam sido estabelecidos para a análise das teses e dissertações já apresentadas na Seção 2, pois dessa maneira conseguimos traçar um paralelo entre os dados dos trabalhos realizados por outros pesquisadores e aqueles obtidos em nossa pesquisa. Tal processo nos levou a uma série de decisões que cabem, nesse momento, serem expostas. Nossa primeira decisão foi de propor categorias de análise para a pesquisa bibliográfica. Em seguida, a segunda decisão, foi de elaborarmos instrumentos capazes de produzir dados que contemplaram as categorias de análise. Nossa terceira decisão consistiu em analisar os dados das entrevistas e observações à luz das categorias de análises e, por fim, realizamos a quarta decisão de aproximar e contrapor os dados da literatura com os obtidos em nossa pesquisa empírica. Portanto, os eixos foram divididos em:

- A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino;
- Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar;
- O PMEC e as atribuições previstas na legislação;
- Condições de trabalho do PMEC no espaço escolar;
- Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua.

Com a elaboração desses eixos pretendeu-se organizar de maneira sistemática os dados obtidos e assim atingir ao objetivo geral do presente trabalho que é de analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) no contexto da Escola Pública Estadual Paulista sob o olhar e as percepções dos diferentes sujeitos que no cotidiano escolar convivem com a função.

Esses fatores foram imprescindíveis para analisarmos o que ocorre no dia a dia da escola e, confrontarmos posteriormente, com as Resoluções e Legislações pertinentes. Não podemos esquecer que, a partir dessas observações, retiramos nossas percepções sobre as

características e dificuldades da função de PMEC, procedendo desta maneira a análise da função.



## SEÇÃO 4. ANÁLISE DOS DADOS E PERCEPÇÕES

Nesta seção é apresentada a análise dos dados coletados por meio das observações registradas no Diário de Campo e das entrevistas semiestruturadas<sup>27</sup>, cuja a transcrição das falas está em *itálico*. A finalidade é analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de PMEC no contexto da Escola Pública Estadual Paulista a partir das percepções dos sujeitos que com ela se envolvem no ambiente escolar.

### 4.1. A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino

No que se refere à **implementação da função de PMEC** questionamos os entrevistados, primeiramente, sobre o conhecimento sobre o Sistema de Proteção Escolar (SPE) que possibilitou, posteriormente, a criação da função de PMEC. É possível verificar a falta de conhecimento de como ocorreu à criação do SPE, principalmente nas respostas dos professores entrevistados. Tal fator corrobora com nossa afirmação de que o SPE e a função de PMEC foram implementados dentro da Rede Estadual Paulista sem um diálogo prévio com os sujeitos escolares.

A equipe gestora tem um conhecimento maior, talvez pelo fato de participarem das reuniões com demais gestores. Acreditam que o SPE surgiu devido à violência que se instaurava nas unidades escolares e que o PMEC veio para auxiliar, tanto na escola como nas famílias, além de servir como um profissional a mais que tiraria a “sobrecarga” de trabalho dos Coordenadores Pedagógicos, Diretores e Vice-Diretores.

*Então o sistema ele começou exatamente pela necessidade das escolas em ter um profissional dentro da escola com o respaldo da diretoria para atender esses casos. Porque ficava sobrecarregando muito mais o coordenador tirando o coordenador do foco dele. Na escola que eu trabalhei como coordenadora era muito Vice, o Vice o Vice o Vice... aí na ausência dela que eles chamavam os coordenadores, nunca o diretor, essa [escola] que eu já estava, já tinha o PMEC que funcionava muito bem também (Vice-Diretora).*

*Não, eu pelo menos não tive conhecimento desse nome “Sistema de Proteção Escolar” o que eu fiquei sabendo foi quando criou o cargo da mediação da PMEC começou aqui com a gente a gente foi se inteirando do que era esse cargo. Ai a PMEC e a coordenadora anterior elas explicaram*

---

<sup>27</sup> Após a realização das entrevistas semiestruturadas, efetuamos a transcrição das falas exatamente como foram obtidas, podendo ocorrer alguns erros de grafia.

*em ATPC qual seria a função o que seria feito na mediação e tudo mais (Coordenadora Pedagógica).*

*Eu acho que faz uns 4 anos, fazem 4 anos. A coordenadora chegou falou que a partir daquele momento nós teríamos uma mediadora que iria tomar conta dos alunos. Com contato direto ainda mesmo casa, comunidade, escola, tudo (P1).*

*Pra dizer a verdade quando começou não, mas imagino que foi por causa da violência tá, da violência (P2).*

*Não faço ideia (P3).*

*Sistema de Proteção Escolar... esse nome para mim não é muito familiar não (P4).*

*Não (P5).*

Em relação às normas gerais do SPE, todos os professores entrevistados e a Coordenadora Pedagógica afirmaram desconhecê-las. No entanto, a equipe gestora e a PMEC traçaram alguns apontamentos:

*Sim conheço, assim não tem todas na minha cabeça agora para te falar, mas assim a gente tem as normas que são aquelas Resoluções que a própria Diretoria a supervisora passa para a gente (PMEC).*

*Quando eu já trabalhava na Diretoria nós tínhamos até no próprio site você baixava o manual como se fosse assim como proceder: primeiro a prevenção (Vice-Diretora).*

*Conheço as normas e elas são adequadas porque elas surgiram em cima de uma ... de uma dificuldade de um problema (Diretora).*

Já quanto ao surgimento da função de PMEC e os motivos que levaram à Rede Estadual Paulista à criação de tal função a Diretora afirma que a violência foi fator preponderante para isso e a Vice-Diretora complementa afirmando que a função também serviu para não sobrecarregar outros sujeitos da escola:

*Foi com relação à violência mesmo nas escolas, quando começou a surgir nos grandes centros a questão da violência começou a surgir a necessidade desse professor que trabalhasse diretamente com a violência, com a comunidade, com as famílias, porque o PMEC na verdade é para ele estar atuando não só dentro da escola mais fora da escola [...]. Eu acredito que é em função da violência. Estar fazendo essa interligação entre comunidade, família e escola, em função da violência (Diretora).*

*Então foi em consequência dos problemas que eram refletidos da sociedade na escola e existiu aí a necessidade para não sobrecarregar a função pedagógica do outro e foi maravilhoso porque tem a parceria do Vice então ele não trabalha sozinho, é um trabalho colaborativo. Muito bom, muito*

*bom os dois sentam decidem juntos no sentido assim de direcionar sempre todo mundo falando a mesma fala o mesmo perfil de trabalho (Vice-Diretora).*

Outra questão importante é sabermos **quem é o professor que se candidata à função de PMEC**. Nossa investigação corroborou o que outros pesquisadores já apontavam, como Scotuzzi (2012), Costa (2016), Farias (2016), Galdino (2016) e Soares (2016). Tais pesquisadores apontaram que a grande maioria dos docentes que atuam como mediadores são do sexo feminino e pertencem à Categoria F. A PMEC da escola por nós analisada também possui essas características:

*Então eu cheguei aqui na escola como Categoria F, PEB I, e aqui a escola não é PEB I, é Ensino Fundamental II e o médio. Então eu fiquei com 10 aulinhas e depois de algum tempo eu dava aula de eventual aqui, como eventual, mas daí depois surgiu a oportunidade do PMEC (PMEC).*

A PMEC entrevistada atuava como professora na própria escola onde exerce a função de mediadora e relatou como foi sua candidatura:

*Eu comecei aqui na escola como PMEC em 2013 já no início do ano, porque foi assim, eu fui numa atribuição de aula e eu sou PEB I e tinha [nome de uma cidade próxima] para atribuição, e no caso tava eu e uma outra amiga só nessa atribuição e foi atribuído compulsório para última lá da lista. Graças a Deus eu não peguei. Daí o Supervisor que estava lá, ele me conhecia tal, sabia que eu trabalhava aqui na escola, tava como categoria F, só 10 aulinhas, o Supervisor me falou: olha chega na sua escola que sua escola está no centro, mas perto de um bairro complicado, assim atende um bairro complicado, tem muitas ocorrências, muitos conflitos. Vê se não vai precisar de uma mediação lá. Daí eu cheguei aqui na escola conversei com a diretora, na época era a Dona [nome da antiga diretora], falei pra ela, falei com a que era Vice-Diretora, ela falou: Nossa tem um monte de ocorrência policial aqui, então vamos fazer o que precisa e vamos pedir a mediação. Daí a Dona [Diretora] fez o papel...tudo e disse: você tem o perfil para esse cargo ainda, olha que beleza, que bom, vai dar tudo certo e daí eu comecei como mediação aqui na escola entendeu? Devido aos conflitos também e uma indicação do Supervisor, porque é muito difícil a gente ir pra [outra cidade]. Então ele deu essa luz e a Diretora gostou, e ela falou que eu tinha o perfil então vai dar certinho (PMEC).*

No relato acima verificamos uma espécie de alternativa frente à uma dificuldade objetiva, pois a professora encontrou na função de PMEC uma maneira viável de não ser encaminhada a uma escola em outra cidade na qual ela não queria atuar. Também verificamos que a antiga Diretora avaliou que a professora possuía um perfil que possibilitava sua candidatura. O perfil do docente que atua como mediador é muito importante, pois conforme Torremorell (2018) a figura do mediador deve estar associada àquele que tem a habilidade de ouvir, esclarecer, e servir de ponte entre os sujeitos envolvidos nos conflitos. Todavia, o que

permanece e podemos evidenciar pela fala da mediadora foi que assumir a função de PMEC realmente surgiu como uma maneira de **suprir a perda de carga horária** dos professores, assim como verificado nos trabalhos de Costa (2012), Scotuzzi (2012), Gomes (2013), Menezes (2013), Possato (2014), Diogo (2015), Santos (2015), Costa (2016), Farias (2016), Galdino (2016), Miranda (2016) e Soares (2016). Ainda que esse seja um dos fatores principais para que ela trabalhasse como mediadora, a PMEC relatou outro motivo para escolha da função:

*Também assim, foi o que eu te falei, e eu também senti essa necessidade de estar ajudando a escola, porque eu ficava aqui com as 10 aulinhas, na escola, e ficava pouquíssimo tempo e eu vi que tinha bastante conflito, dava pra ver que ... eu observava tudo, então eu tinha essa vontade de ajudar, por isso que ela falava que eu tinha esse perfil (PMEC).*

A PMEC atua nessa unidade escolar desde o ano de 2009, portanto, ela já percebia os problemas provenientes dos conflitos diários e a necessidade de realizar algo para auxiliar a comunidade escolar, contudo, por ter uma jornada reduzida, não havia essa possibilidade. Com a indicação do Supervisor ela teve a oportunidade de atuar mais tempo, além de receber um complemento em sua renda. Mesmo assim, durante nossas observações, no início do mês de abril de 2018, a PMEC resolveu assumir aulas de Deficiência Intelectual em outra unidade escolar. Quando perguntamos sobre o motivo dessa escolha a mesma relatou que era para complementar sua renda salarial que ainda era insuficiente.

Quando questionamos à Diretora, Vice-Diretora e Coordenadora Pedagógica quanto ao horário de trabalho da PMEC, elas não souberam apontar qual era a jornada de trabalho da mediadora. Evidenciamos que a equipe gestora sabe que é um horário diferenciado, normalmente mais reduzido do que os demais professores, mas não estavam, naquele momento, familiarizadas com a jornada em horas/aula.

Uma colocação da Diretora é bastante pertinente quanto aos professores que se candidatam à função de PMEC:

*É... na verdade é perfil, mas quando você avalia perfil, depende muito, é muito subjetivo, depende muito de quem está avaliando, de repente, assim, muitas vezes o mediador ele é escolhido por indicação porque ahhh já tava então fica, ahhh já tava, ou então ele tá precisando, ele não quer mais ficar em sala de aula e o projeto mediação não é isso (Diretora).*

Nesse relato da Diretora foi possível realizarmos uma correspondência com a questão da **precarização do trabalho docente**, uma vez que acaba por coincidir com a pesquisa de Galdino (2016) em que a autora relatou que os docentes que assumiam a função de PMEC acreditavam que estariam se desvencilhando da sala de aula. Cabe lembrar nesse momento

que, a PMEC da escola analisada não apontou esse motivo para assumir seu papel na mediação. A Diretora refere-se a outras experiências que ela teve dentro da Rede Estadual Paulista.

Quanto ao perfil, novamente tal afirmação nos remete também aos estudos de Jares (2002) em que ele aponta as competências e princípios de atuação que o mediador deve possuir. Portanto, o perfil para uma atuação mais adequada é extremamente importante, porém, na Rede Estadual Paulista, nem sempre isso acontece, acarretando uma série de problemas quanto à atuação mais objetiva com mediação de conflitos:

*O projeto de mediação tem que ser uma pessoa que tenha a competência e habilidade de fazer um diálogo, diálogo restaurativo. As formações que nós temos como direção, como gestão é colocado essa questão do perfil, para poder ficar atento, mas nem sempre isso é colocado em prática infelizmente (Diretora).*

No que se refere às características de **formação dos PMECs**, nossa investigação corroborou com os trabalhos de Esquierro (2011), Costa (2012), Lima (2012), Scotuzzi (2012), Luqui (2013), Menezes (2013), Possato (2014), Santos (2015), Costa (2016), Galdino (2016), Lages (2016), Miranda (2016) e Soares (2016), pois verificamos lacunas no processo de formação da professora mediadora e dos demais integrantes da escola no que concerne à questão da mediação de conflitos.

A PMEC, que assumiu essa função no ano de 2013, não participou de nenhum encontro presencial antes de começar suas atividades como mediadora na escola. Esse fator nos remete aos estudos de Esquierro (2011), Scotuzzi (2012) e Possato (2014) que apontaram que os primeiros candidatos à função de PMEC receberam uma formação em mediação realizada na cidade de Serra Negra/SP. Porém, após esse primeiro momento, as formações acontecem em ambientes *on-line* e em encontros esporádicos nas Diretorias de Ensino (DE), como confirma a PMEC:

*A formação são esses cursos on-line pela Secretaria da Educação, então a gente assume, e eu fiz o curso novamente, apesar de já ter feito há cinco anos, eu fiz novamente o curso porque ... pra ver se tinha alguma coisa nova, mudou alguma coisinha (PMEC).*

O relato da PMEC demonstra como foi sua formação em mediação para assumir a função na escola em que atua. Ela também relatou que havia oito Orientações Técnicas (OTs) no ano, porém, devido aos cortes de verbas, esse número diminuiu para cinco ou seis encontros anuais. Nesses momentos, conforme relatos da PMEC, acontecem muitas trocas de

experiências e compartilhamento de ideias. Se os encontros já não eram suficientes no início do projeto, agora estão ainda mais escassos.

Tais características apontam para a deficiência no processo de formação dos professores para assumirem a função de mediadores assim como apresentado nos trabalhos de Esquierro (2011), Costa (2012), Lima (2012), Scotuzzi (2012), Luqui (2013), Menezes (2013), Possato (2014), Santos (2015), Costa (2016), Galdino (2016), Lages (2016), Miranda (2016) e Soares (2016).

Quando questionamos os entrevistados se tais treinamentos eram suficientes obtivemos as seguintes respostas:

*Nossa quando eu comecei eu fiquei assim meio perdida, nossa que caminho que eu vou? Então eu fiquei meio perdida, porque nessa escola nunca tinha tido outro mediador antes de mim. Eu não tinha nada para seguir, eu ficava nossa o que que eu vou fazer, que projeto eu vou seguir? Qual que é o maior problema da escola? Que tipo de violência? Que tipo de agressão? Então eu fiquei perdida. Daí eu comecei a ler bastante, pesquisar na internet e fui criando como eu poderia atuar, como eu poderia fazer pra melhorar a escola. Eu acho que poderia ter mais, pra ajudar no trabalho, mas assim são muito bons, eles passam bastante coisas novas pra gente, inclusive nessa antepenúltima a gente foi e elas passaram um vídeo muito interessante, e eu já captei e falei: nossa esse vídeo eu vou aproveitar na minha escola (PMEC).*

*Suficiente é uma palavra complicada ... foram necessários, eu acho que são necessários porque o professor acha que sabe o que é mediação, mas não sabe, mas eu só acho que vai ver se foi suficiente na prática, porque tem professor que foi muito bem no curso, mas que na prática não consegue colocar, porque pra mim é a questão do perfil, não tem perfil para estar agindo para aquela situação então é...foi necessário não diria suficiente, mas necessário (Diretora).*

*Suficiente não, mas balizam aí 50% do trabalho, porque depois eles trazendo para escola, cada escola é uma realidade, então se eu tenho 70 escolas na Diretoria, cada uma é uma realidade, o que deu certo na minha pode não dar na outra (Vice-Diretora).*

*Eu acho que não, eu acho que poderia ser um pouco melhor, mais específico. Eu diria, por exemplo, da PMEC aqui da escola, lógico eu acho que ela faz bem ... muito bem a função dela. Cada dia se aprimorando mais, mas eu acho que nas orientações eu vejo pelo meu lado, nunca fui na dela, mas teria que ser uma coisa mais específica (Coordenadora Pedagógica).*

É perceptível que as ações da SEE/SP e da DE não vêm atingindo um nível desejado de formação dos PMECs, dado esse encontrado também nos trabalhos de Galdino (2016) que apontou que a grande maioria dos professores tinha consciência de que não haviam recebido uma boa formação para atuarem nas práticas cotidianas da escola. Também podemos citar os

trabalhos de Menezes (2013) e Soares (2016), uma vez que a falta de formação adequada acarreta, em atuações de acordo com suas experiências de vida, ou ainda, de tentativa e erro. Há, portanto, uma atuação que pode ocorrer, caso não haja um bom trabalho de equipe, baseada nas iniciativas pessoais:

*Então qual é a função real? O que teria que ser feito? Quais são os tipos de registro que você tem que ter? Quais são as medidas que você pode ou não tomar? Que tudo isso eu tô pesquisando por minha conta e eu acredito que na função dela também tenha sido dessa forma. A gente tem agora uma equipe gestora muito boa, que me dão um respaldo muito grande e eu tô aprendendo com elas. Elas são minhas professoras, mas vamos supor que não fosse, e aí? O que que eu ia fazer? Ai a responsabilidade é minha né (Coordenadora Pedagógica).*

A PMEC também informou que busca cursos diversos, por conta própria para “*estar sempre melhorando, porque eu quero melhorar onde eu trabalho, o ambiente escolar*” (PMEC). Foi possível verificar que, no início de sua atuação, ela se sentia “*perdida*” e teve que “*pesquisar por conta*” para poder efetuar seu trabalho.

Ainda sobre as formações podemos apontar que para haver um processo de mediação dentro das escolas faz-se necessário um trabalho em conjunto. Morgado e Oliveira (2009) afirmam que é indispensável efetuar um diagnóstico das necessidades da escola para que assim, a formação da equipe escolar seja realizada de maneira mais objetiva. Em síntese, as formações são “*necessárias*” e não “*suficientes*” conforme relatado pela Diretora.

Outro ponto que dificulta um trabalho mais efetivo e que verificamos ser de grande importância diz respeito às formações serem voltadas somente aos PMECs e não para os outros integrantes da comunidade escolar. Porém, cabe aqui uma observação. Analisando os cursos disponibilizados pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo (EFAP), que é o ambiente em que acontecem as formações *on-line*, foi possível verificar que muitos deles têm como público alvo o PMEC, membros das equipes gestoras e professores. O que ocorre é que, por não estarem envolvidos com a função, por desconhecimento ou até mesmo falta de tempo, são poucos aqueles que acessam o ambiente *on-line* para realizarem as formações. Quando acessam buscam por cursos mais voltados para a sua própria função.

Já as OTs, conforme relatos a seguir, são momentos exclusivos para PMECs, sendo que os treinamentos *on-line* surgem como único método de formação para os demais sujeitos escolares. A seguir trazemos alguns trechos das entrevistas em que, questionados sobre a formação, nossos sujeitos entrevistados relataram se foram convidados ou não a participarem

de formações. A partir dos relatos identificamos que, apenas a PMEC e a Diretora foram/são chamadas para as formações:

*Só PMECs. Diretores e Vice-Diretores nunca foram. A gente até fala que no ambiente escolar muita gente não sabe o que o PMEC faz, então eu acho que deveria ter uma convocação para diretor, pros professores da escola para os funcionários até mesmo inspetor, porque não sabe qual é o trabalho do PMEC dentro da escola (PMEC).*

*Eu participei né agora...foi on-line, só a distância, o nosso foi oferecido só a distância, nós não participamos nas capacitações aqui na Diretoria de Ensino. Nas convocações só os Professores Mediadores mesmo (Diretora).*

*Não, agora nesses quatro meses não. É só voltado para eles, quando a mediadora chega [na escola] ela me passa todo material. Como eu trabalho em parceria com ela, e isso é muito importante para a gente, ter o mesmo perfil de trabalho, trabalhar junto então tudo que ela recebe de e-mail que ela vê no site ela me passa tudo... é uma parceria muito bacana. Seria importante a gente também participar, principalmente eu que trabalho em parceria com ela, eu acho que é uma falha aí da Diretoria, nem que fosse uma parte do dia, de manhã ela fica sozinha à tarde chamarem os Vices, olha que falha né (Vice-Diretora).*

*Eu não. Até teve um curso, mas o curso veio para Vice-Direção e mediação então eu não fiz porque não era específico, como não veio especificado o público alvo eu não fiz (Coordenadora Pedagógica).*

É possível verificar que os próprios sujeitos reconhecem a importância de receberem uma formação mais específica para conhecerem a função de PMEC e a mediação de conflitos, entretanto todos os professores afirmaram nunca terem sido convocados para tal. Para Morgado e Oliveira (2009), somente com a participação de todas as áreas da escola é que o sucesso da mediação será garantido. Para que isso ocorra torna-se indispensável que as formações sejam mais específicas, uma vez que o desconhecimento da função acarreta outros problemas:

*Às vezes atrapalha, porque assim a mediação é o diálogo, a conversa com alunos e eles [demais sujeitos] criticam muito falam: ah esse professor [PMEC] aí fica passando a mão na cabeça ... mão na cabeça, não dá uma suspensão. Então o professor já quer que puna e não é isso, a mediação é a conversa, o diálogo, a orientação, a prevenção (PMEC).*

*A mediação não é só para aluno, mediação é na escola, é comunidade e mesmo com os pais, com a família, então não dá pra tirar da situação, só por tirar, então é isso que algumas pessoas não entendem. Então eu acho que além de chamar a equipe gestora teria que trazer para a escola, para a comunidade. A mediação só não é melhor em muitas situações por falta dessa capacitação para toda a equipe escolar (Diretora).*



A última questão relativa ao primeiro eixo faz referência às **mudanças com a inserção da função** nos ambientes escolares. Nossos dados reafirmam aquilo que outros pesquisadores da área relataram em suas pesquisas. Almeida (2009), Esquierro (2011), Oliveira (2012), Souza (2012), Possato (2014), Costa (2016) e Miranda (2016) indicaram aspectos positivos relatados pelos sujeitos pertencentes às comunidades escolares, apesar dos contrapontos apresentados. Os sujeitos de nossa investigação apontaram melhorias nas relações interpessoais após a implementação da função de PMEC nas escolas:

*Melhorou bastante, principalmente com os alunos, eu acho que eles melhoraram bastante. Entre eles, estão convivendo melhor, assim depois da implementação, houve maior melhoria na relação interpessoal foi entre alunos e alunos, e entre aluno e professor também, mas foi como eu te falei, tem professor e professor. Tem os professores que já entendem, já sabem o que é a mediação (PMEC).*

*Eu estou há pouco tempo aqui. Os professores têm mais liberdade com ela [PMEC] de reclamar do que não está dando certo na mediação do que comigo, pra mim eles... são assim são professores pontuais que vem falar comigo eu percebo assim os mais sérios ... Então são conversas assim maduras e que tem fundamento e que vemos mudanças (Vice-Diretora).*

*Sim eu acho importante ter esse projeto dentro da escola ainda mais ... tem muitos problemas, bastante ... sempre teve como a nossa realidade é complicada a gente sempre teve (Coordenadora Pedagógica).*

*Muito, muito...eu tava antes [da criação da função], antes era meio sabe... cada um tomando conta do seu cantinho não tinha esse respaldo: o que aconteceu? Então você nem mandava ninguém pra lugar nenhum. Aguentava ué, isso acaba dificultando. O trabalho, sem dúvida, foi beneficiado é um respaldo a mais que a gente tem (P1).*

Verificamos que a função de PMEC, embora com limitações objetivas, tem possibilitado que as relações dentro da escola sejam beneficiadas, pois, principalmente os alunos, têm aprendido a conviver melhor. No que se refere à questão da liberdade, também podemos relatar que os alunos sentem-se seguros em contar os fatos que acontecem para a PMEC, liberdade essa que não existia normalmente com a Direção e Vice-Direção. Por último, a criação da função beneficiou o trabalho em sala de aula, pois agora os professores contam com o mediador para resolver os mais variados casos que, no andamento da aula, não são possíveis de solucionar.

Outro ponto importante diz respeito em resolver os conflitos de maneira restaurativa e não punitiva, apesar de que ainda verificamos métodos punitivos dentro da escola como a suspensão, de se esperar tal postura do PMEC, como apontaram dois professores:

*Acredito e muito, sim muito, muito, muito. Eles sabem que tem alguém de olho neles e que eles têm que trazer educação da casa deles e praticar na escola caso contrário eles queiram fazer a própria vontade tem alguém que tá de olho e que vai ser punido caso seja uma atitude negativa (P2).*

*Com certeza eu acredito sim. Como eu disse para você a clientela vem piorando ao longo dos anos ... essa clientela está vindo cada vez mais sem limites (P4).*

A função também abriu espaço para trazer a família para o ambiente escolar, pois o P MEC é responsável em ser essa “ponte” entre família e escola. Com esse apoio não identificamos nessa escola o problema apontado por Possato (2014) em que a autora relatou que a antiga direção da unidade escolar por ela analisada havia criado uma barreira que impossibilitava que os pais/responsáveis comparecessem à escola:

*No geral eu acho que sim. Eu acho que antes assim [do P MEC] a solução dos problemas nem sempre eram de maneira restaurativa nem sempre conseguia essa assistência de estar chamando o pai, porque era uma pessoa ou outra, chama não vem, e o P MEC não, ele tem que insistir para esse pai estar presente, então eu acho que, pelo menos nesse sentido de trazer a família para dentro da escola e ver que aquela criança ele também causa problema, ele tem muitas coisas boas, mas ele também causa problema dentro da escola, então muitos pais não sabiam os problemas que os filhos estavam tendo. Então com essa relação, com essa função, isso também foi alertando alguns pais e salvando e libertando algumas crianças de algum problema maior no futuro (Diretora).*

Trazemos a seguir um trecho da fala da P MEC que julgamos ser importante para entendermos como a função alterou algumas questões dentro das escolas e os resultados que são alcançados com a atuação desse mediador:

*Olha se não tivesse a mediação escolar acho que essa escola estava totalmente destruída já [risos]. Porque é muita demanda para a equipe gestora atender, é muito aluno, aqui como eu falei pra você o bairro acho que é um dos mais complicados da cidade, então é muito envolvimento com droga, tráfico, então ... assim quando eu comecei aqui era muito roubo, as paredes eram horrorosas. Você vê agora a escola não tem um risco na parede, as cortinas são perfeitas, porque foi tudo um projeto que a gente vem desenvolvendo, eu com a anterior equipe gestora e agora com a nova que foi melhorando bastante. Era cortina, era vidro quebrado quando eu comecei aqui, paredes tudo rabiscadas. Depois veio uma verba fez a pintura, a gente trabalhou em cima disso do patrimônio, livros. O projeto também do jardim ali na frente que eu fiz com a pior sala da tarde e você vê, eles não arrancam uma flor, eles valorizam porque foi eles que fizeram. Por isso que é importante a mediação ficar um bom tempo na escola e não ficar um dia aqui no outro ano mudar pra lá. Tem que ter uma continuidade no trabalho. Então eu acho que o mediador tem que ficar um bom tempo na escola pra ter resultado (P MEC).*

Em síntese verificamos que a implementação da função de PMEC foi realizada de maneira pontual, sem um diálogo com a comunidade escolar e com fragilidades de formação dos docentes que atuam como mediadores e dos demais integrantes da comunidade escolar. Contudo, mesmo com os problemas provenientes da formação e carga horária reduzida, o PMEC vem desenvolvendo um trabalho que auxilia a comunidade escolar, principalmente a equipe gestora que conta com ele para auxiliar nas questões conflituosas que ocorrem diariamente.

#### **4.2. Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar**

As **estratégias utilizadas pelos PMECs** para exercerem sua função foram abordadas nas pesquisas de Esquierro (2011), Carvalho (2013) e Soares (2016). Tais autoras relataram, como principal estratégia, a criação de vínculos com os sujeitos escolares, principalmente com os estudantes. Para tanto, participar dos momentos de intervalo tornava-se relevante para que a comunidade escolar conhecesse seu trabalho e também como maneira de verificar possíveis situações que necessitavam de mediação. Na escola analisada também verificamos que a PMEC utiliza do momento de intervalo para conversar com os alunos, ganhar a confiança e ao mesmo tempo observar atitudes que demonstrem situações conflituosas.

Quanto às estratégias utilizadas para resolução dos conflitos que surgem no ambiente escolar o diálogo foi destacado por oito sujeitos. A seguir apresentamos as falas mais representativas:

*Primeira coisa eu chamo os alunos para uma conversa, eu acho assim que a conversa é muito importante, às vezes eu fico assim duas horas conversando com o aluno, dando exemplos [...]pra ele refletir, pra ele pensar, então assim muita conversa,muito diálogo acho que essa estratégia é primordial, é o diálogo (PMEC).*

*É o diálogo ... a estratégia é o diálogo, chamar os pais, as partes envolvidas e fazer eles estarem resolvendo a situação ah... sem ferir o direito, os princípios de ninguém eu acho que o diálogo e o respeito tem que ser dentro de qualquer estrutura de qualquer situação (Diretora).*

*A observação, sempre observando essa parceria junto comigo eu observo e falo para ela e ela observa e fala para mim [...]. Aí a gente conversa. Então a observação é muito importante, ter paciência de ouvir, não ter pressa de resolver aquele problema e mandar logo voltar para a sala e sempre dar devolutiva isso é muito importante (Vice-Diretora).*

*O que eu observo é a conversa, que é o diálogo. O principal que ela faz, ela chama os alunos, conversa, expõe a parte negativa a parte positiva se tiver alguma parte positiva e ela conversa bastante com eles (Coordenadora Pedagógica).*

*Ela tem que ser calma, ela tem que escutar, o diálogo ... é porque senão, essa parte de escutar o aluno, ela tem que escutar o aluno, o pai, a mãe e tudo e a gente também [risos] (P1).*

*Aí eu sei que observei que ela leva numa sala com a direção juntos, aí eles ficam conversando [...] e aí a gente percebe que chama pai, então achei muito legal isso (P2).*

*Ela conversa, ela dá prazos para resolver. Por exemplo, assim é ... vamos supor que o aluno não esteja copiando: Olha até semana que vem eu quero esse caderno. Eu acredito também que ela chama bastante os pais, sempre tem pais aqui conversando então é mais isso mesmo. O diálogo, chamar os pais e dar sempre chances para que eles depois se mostrem melhores (P3).*

*Diálogo, principalmente o diálogo. Às vezes tem alguns projetos que ela desenvolve [...]. Então essas estratégias aí ajuda também você dá importância para aquele sujeito que é terrível na sala de aula, pra ele se sentir importante para ele se sentir valorizado (P4).*

Verificamos que as estratégias mais apontadas são o diálogo, a observação das situações para promover a proximidade com os alunos, a parceria escola e família, não ter pressa para resolver as mais variadas situações, dar prazos para que melhorem as atitudes, além de realização de atividades diversas que promovam a valorização dos alunos.

Em nossa entrevista todos os alunos apontaram como importante a abertura para o diálogo que possuíam com a PMEC, fator esse que não ocorria com a antiga Direção Escolar. Já em nossas observações verificamos a importância de valorizar os alunos. Para tanto podemos relatar um episódio que ocorreu no início de nossas observações.

A sala do 1ºB era rotulada na Escola Bloco de Concretos como uma sala “difícil de lecionar”. Inúmeros professores se queixavam dos alunos, da indisciplina e da intolerância de alguns integrantes que respondiam grosseiramente quando algum professor chamava-lhes a atenção. A PMEC relatou que no início do ano letivo houve um grande problema de indisciplina na sala e muitos alunos foram chamados para comparecerem à direção. Tais alunos acreditavam que iriam ser repreendidos e por fim “levar” uma suspensão, mas não foi esse o encaminhamento dado pela Diretora, Vice-Diretora e PMEC. Elas resolveram passar o protagonismo para os alunos, pois, segundo elas, eram alunos indisciplinados, mas muito inteligentes. Ficou acordado que eles pensariam em ideias para melhoria do ambiente escolar e eles ficaram animados com a situação.

Depois de passado alguns dias os alunos vieram até a sala de mediação com um papel em que estavam anotadas algumas sugestões que, segundo eles, poderiam beneficiar tanto os alunos como a escola em geral, sendo elas:

- Música nos intervalos;
- Abertura da Quadra de Esportes para partidas de futebol durante os intervalos;
- Recomeçar os cuidados com o jardim e posterior elaboração de uma horta na escola;
- Prêmios para as salas que utilizassem os uniformes e deixassem os ambientes mais limpos após o término das aulas e
- Organização da fila da merenda.

Primeiramente a PMEC conversou com os alunos, efetuou algumas pontuações e em seguida foram até a sala da Direção. A postura da Diretora e Vice-Diretora foi bem coerente. Conversaram com os alunos e acataram todas as sugestões por eles propostas sem criar nenhum “impedimento”, mas solicitaram o auxílio dos mesmos para que tudo funcionasse. Jares (2002) aponta que esse é o caráter educativo da mediação, em que as partes mantêm a capacidade de atuação. Morgado e Oliveira (2009) também destacam que o apoio da equipe multidisciplinar é fator preponderante para o sucesso da mediação, pois de nada adiantaria sensibilizar os jovens para agirem de uma maneira mais colaborativa se a equipe gestora mantiver a postura autoritária.

As músicas deveriam ser escolhidas por vários alunos e não somente por um grupo; Os jogos de futebol deveriam ser abertos a todos que quisessem participar, inclusive as meninas e seriam acompanhados pela PMEC ou Vice-Diretora; Os cuidados ao jardim só deveriam ocorrer quando houvesse aulas vagas, deixando bem claro que ninguém perderia aula alegando que iria cumprir essa atividade. Também efetuariam um orçamento para elaborar uma horta vertical; A Diretora se dispôs em cuidar da fila da merenda para evitar os constantes “cortes de filas”; Por fim, a PMEC ficou responsável em conduzir a elaboração de regras para premiar as salas que estivessem mais limpas e que os alunos utilizassem diariamente o uniforme.

Das ideias acima descritas e aprovadas pela Equipe Gestora duas delas não vimos serem concretizadas até o momento da redação final desta dissertação: a criação da horta e a premiação aos alunos uniformizados. Todavia, esse protagonismo dos alunos foi uma iniciativa que, se bem trabalhada, poderá gerar frutos no futuro.

Também cabe nesse momento abordarmos outras duas estratégias utilizadas na escola: as “Fichas de Registros de Ocorrências” e o “Projeto de Mediador Mirim”. Na escola observada, como maneira de organizar o trabalho do PMEC junto à comunidade escolar e prevenir futuros conflitos foi anotado em nosso Diário de Campo como a equipe gestora elaborou essas estratégias.

Sabemos que a SEE/SP disponibiliza um sistema *on-line* para registro dos mais variados tipos de conflitos que ocorrem no ambiente escolar. Esse sistema é denominado Registro de Ocorrências Escolares (ROE). Quem tem acesso ao cadastro no referido sistema é o Diretor de cada unidade escolar.

Durante as observações conseguimos verificar uma particularidade da escola e que, segundo informações dos entrevistados, ocorre em outras unidades escolares. Nem todo conflito é cadastrado no ROE, por diversos fatores, como por exemplo: se a escola cadastra demais ela é mal vista “aos olhos” das outras escolas e, conseqüentemente, dos dirigentes da SEE/SP; se não cadastra nada a escola pode perder o PMEC e não é nem um pouco vantajoso perder um professor que tem como função principal de atender os estudantes em conflitos. Scotuzzi (2012), Possato (2014) e Diogo (2015) também apontaram em seus trabalhos que os sujeitos escolares tinham medo de cadastrar os casos no ROE, corroborando com nossa pesquisa.

Em vista dessas situações cada escola acaba por desenvolver um tipo alternativo de controle dos acontecimentos envolvendo os conflitos, sem que os mesmos sejam cadastrados no sistema, ou seja, a escola desenvolveu uma estratégia. Em particular, na escola que observamos, foi elaborada uma ficha denominada **Ficha de Registros de Ocorrências**. Tais fichas são separadas em pastas de elástico, por classe e deixadas em cima da mesa da Vice-Diretora. Quando acontece algum conflito dentro da sala de aula o professor pede para o representante de sala, ou para o Mediador Mirim<sup>28</sup>, que pegue a pasta e leve até a sala de aula. A seguir apresentamos um modelo dessa ficha:

---

<sup>28</sup> O Projeto Piloto de “Mediador Mirim” será apresentado com detalhes na sequência.

### Quadro 9 – Modelo de Ficha de Registro de Ocorrências

E.E. "BLOCOS DE CONCRETO"

FICHA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

Aluno (a) \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Série/Ano \_\_\_\_\_

1	Chegou atrasado na sala de aula.	10	Envolveu-se em agressão física.
2	Desrespeitou o colega de classe utilizando-se de xingamentos e palavrões.	11	Desrespeitou o professor utilizando-se de xingamentos e palavrões.
3	Não realizou as atividades propostas.	12	Não entregou o trabalho na data estipulada.
4	Recusou-se a realizar avaliação.	13	Conversou demasiadamente atrapalhando o trabalho do professor.
5	Fez brincadeiras desagradáveis e perigosas.	14	Não trouxe material necessário.
6	Promoveu indisciplina generalizada (grupos).	15	Depredou o patrimônio.
7	Apresentou comportamento agressivo.	16	Não estava de uniforme (norma da Escola).
8	Saiu sem autorização durante a aula.	17	Aluno recusou-se a sentar no mapa.
9	Usando o celular em sala de aula.	18	Outros.

Professor, indique o(s) item(s) do fato ocorrido e **descreva com detalhes o procedimento aplicado, com nome do professor, disciplina e horário.**

**RELATO DE OCORRÊNCIA**

-----

-----

-----

-----

Fonte: Dados agregados pela autora

Analisando as fichas verificamos que muitas vezes os dados básicos como nome do professor, nome do aluno e dia da ocorrência não são apontados, o que dificulta a identificação do professor que fez a ocorrência e do aluno responsável, visto que, por ser uma escola numerosa essas informações são primordiais para que a PMEC, ou alguém da equipe gestora, efetue um encaminhamento.

Durante a entrevista semiestruturada, quando questionada sobre esse modelo de Ficha de Registro de Ocorrência, a PMEC explicou que quando iniciou sua função de mediadora no ambiente escolar analisado, havia uma ficha disponível para os professores cadastrarem as ocorrências, porém, não constava nenhuma opção que servisse de referência. O que ocorria é que os professores, segundo ela, escreviam textos enormes, registravam fatos que não eram relevantes, na visão da equipe gestora, ou ainda, recorriam à PMEC para saberem o que

deveriam escrever. Foi a partir daí que a antiga Diretora, Vice-Diretora e a PMEC (que é a mesma desde o início do projeto nessa escola) resolveram criar esse modelo com “opções” de registro visando auxiliar e padronizar o procedimento para conseguirem encaminhamentos mais objetivos.

Uma orientação da equipe gestora é de que após cada ocorrência a PMEC deve dar um encaminhamento, ou seja, anotar o que foi realizado após o registro. Também verificamos que muitas vezes não existe esse *feedback*. Quando a PMEC não está na escola quem faz esses encaminhamentos é, primeiramente, a Vice-Diretora e caso ela esteja realizando outra atividade, a Diretora realiza esse procedimento. Analisando tais fichas foi interessante verificar que a Vice-Diretora, quando fica responsável em atender alguma ocorrência, registra todos os encaminhamentos para que a PMEC tome ciência do acontecido e, o mais importante segundo relatos dela na entrevista, para que sirva de suporte caso haja reincidência da ocorrência ou de modelo para outros atendimentos. A Vice-Diretora ainda relatou que, por estar a pouco tempo atuando nessa comunidade escolar, está fazendo uma tentativa de explicar e conscientizar a PMEC de que não é viável deixar fichas sem o preenchimento do que foi realizado para solucionar as ocorrências.

Muitas vezes os alunos assinam o encaminhamento para mostrar ciência do fato, ou nos casos do aluno que possui mais de três ocorrências, o responsável é chamado na escola para ouvir o que as gestoras têm a dizer e também para assinar a ficha como forma de dizer “estar ciente” da situação, corroborando com Torremorell (2008) quando a autora aponta a importância de redigir um documento para que o acordo fique visível e cada envolvido saiba qual a parte deve cumprir. Verificamos no período das observações que alguns desses registros transformam-se em suspensão, ou seja, a velha forma de “resolver os problemas da escola”, a maneira retributiva ainda é utilizada em alguns momentos.

Outra estratégia da escola, que foi implementada no decorrer de nossas observações, foi o **Projeto Piloto “Mediador Mirim”**. Nesse ambiente escolar percebemos um fator de interferência nos atendimentos realizados pela PMEC. Em vários deles uma funcionária, que atuava como auxiliar de limpeza e agora está readaptada, ficava interferindo nos diálogos entre a PMEC e os alunos. Esse fato nos chamou a atenção porque a divergência de ideias acabava por definir o caminho do diálogo e, em muitas vezes, o processo de mediação não tomava o rumo que deveria.

Acabamos questionando com a PMEC e Vice-Diretora, em um momento de uma conversa informal, sobre essa situação e percebemos que isso também era fator de incômodo para elas. Outra questão era saber o nível de conhecimento por parte dos demais funcionários



sobre o que era mediação de conflitos e qual era o papel da Mediadora dentro da escola. Para tanto surgiu a ideia de trazer uma Professora Coordenadora de Núcleo Pedagógico (PCNP) que atua e coordena o trabalho de todos os PMECs da referida Diretoria de Ensino. Cabe lembrar que essa ideia partiu da equipe gestora após nossa conversa.

Uma semana depois a Diretora relatou que no próximo encontro para realização das Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) a PCNP viria para fazer uma fala de esclarecimento sobre o que consistia a mediação de conflitos e qual o papel da PMEC dentro do ambiente escolar. A princípio tal fala seria somente para os professores, porém, após expor nossa opinião sobre a importância da presença dos demais funcionários a diretora tomou uma iniciativa. Ela fez uma lista de presença e pediu para que a Coordenadora Pedagógica fosse até cada funcionário e efetuasse um convite para participarem da reunião. Nada foi imposto, com isso o número de participantes não foi muito grande. O que aconteceu é que os principais funcionários que atuam diretamente com os alunos estavam presentes, inclusive a auxiliar de limpeza que interferia nos atendimentos.

Durante a fala houve várias perguntas e esclarecimentos sobre a função de PMEC. Nesse momento foi divulgado um vídeo veiculado no Programa Fantástico da Rede Globo com o título **“Professores Resolvem conflitos em escola no DF na base da conversa”<sup>29</sup>** sobre o relato de sucesso de um projeto em uma escola de Brasília/DF. Na Seção 2 deste trabalho observamos que a dissertação de Oliveira (2012) tratava de um projeto de mediação que ocorria na mesma cidade descrita na matéria do vídeo exibido, São Sebastião/DF. Não podemos afirmar com clareza em se tratar da mesma escola, mas as características convergem para o mesmo modelo.

Após a exibição do vídeo foi possível perceber o semblante de surpresa dos professores. A PCNP disse, portanto, que em uma troca de ideias com a PMEC e a gestão escolar seria efetuada uma tentativa de implementar um modelo parecido na escola e que foi denominado “Mediador Mirim”.

O projeto consistia na seleção de alunos considerados “líderes negativos” e transformá-los, com a ajuda da mediação, em “líderes positivos”. Tais alunos seriam responsáveis pela sua sala de aula, buscariam as pastas de ocorrência quando solicitado pelos professores, participariam das sessões de mediação e auxiliariam a direção quanto aos possíveis conflitos que viessem a ocorrer dentro do ambiente escolar, tanto na prevenção quando na solução dos mesmos.

---

<sup>29</sup> Vídeo disponível no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=SNp6s4uS9eo>

O ATPC de esclarecimento sobre o Projeto de Mediador Miriam aconteceu no dia 27 de março de 2018, uma terça-feira. Na semana seguinte, segunda-feira dia 02 de abril de 2018 ficamos sabendo que os Mediadores Mirins já haviam sido escolhidos e estavam atuando. Tal fator nos chamou muito a atenção, pois, como escolher tão rapidamente quem seriam esses alunos e colocá-los para atuar em apenas uma semana?

Questionamos a PMEC e ela disse que anotou em um papel o nome dos alunos, considerados por ela, os mais problemáticos de cada sala de aula, tanto do período da manhã como do período da tarde. Conversou com a Diretora e Vice-Diretora e ficou acordado entre elas que tais alunos seriam os escolhidos. Após essa definição a Mediadora chamou cada aluno e explicou em que consistia tal projeto. Reuniu-os na Sala de Leitura e exibiu o vídeo sobre mediação, o mesmo que foi mostrado para os professores durante o ATPC.

Na quarta-feira, dia 04 de abril de 2018, quando estivemos na escola para continuar as observações, ficamos sabendo do desenrolar do projeto. Ainda questionamos se os professores não deveriam ser consultados sobre quais alunos eles consideravam que deveriam atuar como mediadores, mas a PMEC disse que a decisão já havia sido tomada. Para nossa surpresa, no dia seguinte, 05 de abril de 2018, aconteceria uma Formatura para entrega de certificados e crachás para os Mediadores Mirins. Não compreendemos muito bem o motivo de efetuar uma formatura antes de realmente realizar com tais alunos a formação para conhecerem melhor como devem atuar com a mediação de conflitos. Comparecemos no dia seguinte para verificar como seria esse momento.

No dia 05 de abril, quando chegamos à escola às 10h30min (pois a cerimônia estava marcada para iniciar às 11h30min), havia uma mesa de cerimonial arrumada, os alunos mediadores do período da tarde chegavam à escola para participar da cerimônia e inclusive, a equipe gestora havia convidado a PCNP e uma representante da Gestão da Diretoria de Ensino para fazerem parte da mesa.

Os inspetores, auxiliados pela PMEC, começaram a chamar todos os alunos para que trouxessem as cadeiras das salas e se acomodassem no pátio para assistir esse momento. No início uma aluna, responsável por conduzir esse momento, foi chamando todos os professores presentes na escola para comporem a mesa. Novamente foi exibido o vídeo com a reportagem sobre mediadores da escola de São Sebastião/DF e também uma apresentação de slides com fotos dos atendimentos realizados pela PMEC na escola observada. A aluna A2, no momento em que sua foto foi veiculada, soltou uma gargalhada altíssima, porém, quando realizamos a entrevista com tal aluna ela relatou que se sentiu muito incomodada com aquilo. A aluna não

gostou de ser exposta e por esse motivo, abandonou os atendimentos com a psicóloga que tinha sido encaminhada.

A cerimônia ocorreu sem interrupções, os alunos tiraram fotos com as responsáveis, receberam seus certificados e crachás e o término, previsto para ocorrer às 12h15min, aconteceu por volta das 12h00min, e eis que um improvável imprevisto ocorreu. Os alunos começavam a levar as cadeiras para dentro das salas de aulas e pegar o material para irem embora. O que nos chamou a atenção foi um aluno, bem conhecido por frequentar a sala de mediação, que saiu correndo para pegar o material e não levou a cadeira para a sala. Quando ele estava para sair pelo portão pedimos para que ele por gentileza levasse a cadeira para a sala e ele respondeu que não podia, pois tinha um compromisso importante.

Cabe frisar que os inspetores abriram os portões cinco minutos antes do horário normal de saída e enquanto estávamos ajudando a desmontar e guardar os materiais usados na cerimônia percebemos um conflito ocorrendo no portão da escola. A Vice-Diretora saiu imediatamente quando percebeu e logo retornou com uma aluna com o rosto todo ensanguentado. Nesse momento vimos que o aluno que se recusou a guardar a carteira estava assistindo a briga e veio tentar adentrar novamente a escola, pois estava achando “graça” o fato de duas meninas brigarem.

Acreditamos caber a narração desse fato como parte integrante desta dissertação devido a contrariedade do ocorrido. Enquanto estava ocorrendo a entrega dos certificados, a visualização do vídeo sobre mediação, todos os alunos já estavam sabendo que na saída haveria uma briga. Nossa percepção é que, projetos precipitados sem o devido planejamento não podem obter grandes objetivos. Posteriormente, nas entrevistas dos alunos, constatamos que dois deles, A1 e A3, escolhidos para atuarem como mediadores mirins, já haviam desistido da função.

A aluna agredida havia procurado a Vice-Diretora no início da manhã, relatando que estava sendo ameaçada. Ela procurou a Vice-Diretora alegando que a PMEC estava ocupada nos preparativos da cerimônia. A atitude da Vice-Diretora foi, em nossa percepção, correta. Ela chamou as duas alunas, escutou os dois lados e ambas aceitaram não continuar com esse conflito, inclusive assinaram a Ficha de Registro de Ocorrências tomando ciência da sessão de mediação. Mesmo assim, até por incentivo dos demais alunos, elas se agrediram na saída. O motivo para partirem à agressão foi que a aluna que procurou a mediação e foi a única que saiu da situação com ferimentos pelo rosto e corpo havia “saído” com um ex-namorado da outra.

A situação foi bem grave, pois ficamos trancadas na sala da direção<sup>30</sup> junto com a menina e sua mãe (que foi chamada à escola e logo compareceu), a Vice-Diretora e a PMEC, uma vez que a irmã mais velha da menina que começou a briga estava tentando entrar na escola a todo custo. Como a Vice-Diretora acionou a polícia, tanto a irmã mais velha como a aluna autora da agressão estavam querendo “conversar”, talvez por medo das consequências. Verifica-se, nesse caso, que houve a necessidade de acionar um agente externo para resolver uma situação que, somente os integrantes da comunidade escolar, não deram conta de solucionar.

Quando o policial chegou à escola vivenciamos uma situação de mediação de conflitos conduzida por ele. Primeiramente ele conversou com a aluna agredida e sua mãe, escutou, fez perguntas para entender o caso e perguntou: “*O que vocês acreditam que devemos fazer agora para resolver essa situação?*”. Ninguém conseguiu entrar em um consenso, ora queriam fazer o Boletim de Ocorrência (B.O.), ora estavam com medo das futuras consequências. Ao saber que a irmã mais velha estava do lado de fora<sup>31</sup> ele solicitou a entrada dela e da aluna autora da agressão na sala de mediação. Também, pacientemente, ouviu a versão delas e perguntou da mesma maneira o que elas achavam que seria o ideal a se fazer. Passada uma hora da confusão, nenhuma das partes envolvidas com as responsáveis conseguiam resolver se iriam até a delegacia ou não. Em nossa percepção tal fato ocorreu devido à falta de protagonismo dada às pessoas na hora de resolver determinadas situações. Até mesmo uma voz de prisão o policial deu para a mãe, pois ela não queria dar o seu Documento de Identidade e ficava, na visão do policial, enrolando o desenvolver do fato.

Por fim, ambas decidiram não levar o caso até a delegacia e concordaram em não mais entrar em conflito. Nos dias seguintes a aluna agredida não compareceu à escola e na próxima semana fomos informadas que ela havia pedido transferência para outra unidade escolar por medo da situação se repetir.

Acompanhamos a PMEC em conversas informais com os alunos na semana seguinte ao ocorrido e todos eles disseram já estar cientes, durante a cerimônia de entrega dos certificados, que a briga iria ocorrer. A PMEC disse que se tivesse tomado ciência do fato, quando a aluna veio relatar a ameaça, ela teria tomado a atitude de avisar a Vice-Diretora que seria melhor ligar imediatamente para a mãe da aluna, pois a estudante que cometeu a agressão já é “velha conhecida” na escola. Nos dias seguintes a Vice-Diretora ficou se

---

<sup>30</sup> Cabe lembrar que a Diretora estava de férias na semana do acontecimento.

<sup>31</sup> Cabe também pontuar que acreditamos que a irmã mais velha foi até a escola para ajudar na agressão e só não conseguiu porque os alunos foram liberados mais cedo do que usualmente.

sentindo culpada por não ter conseguido mediar o conflito com a finalidade de evitar a briga. Cabe lembrar que na mediação, conforme Torremorell (2008) e Jares (2002), as partes conflitantes tem que aceitar, conjuntamente, o acordo e enxergar, por meio do diálogo, as consequências que poderiam ocorrer se levassem adiante o conflito, não sendo possível responsabilizar a Vice-Diretora por tal situação, uma vez que ser mediador de conflitos é uma habilidade a ser aprendida e requer formação para tal, não só da parte da equipe gestora, mas também dos alunos.

Portanto, a pergunta ainda permanece: **Há mediação de conflitos nas escolas?** Essa questão foi colocada nos trabalhos de Carvalho (2013), Possato (2014), Costa (2016), Galdino (2016) e Soares (2016), e todas afirmaram que não havia um processo de mediação de conflitos dentro das escolas, mas sim uma tentativa de resolver as situações conflituosas pelo diálogo e que em muitos casos a punição ainda era utilizada.

Na tentativa de esclarecermos se há ou não mediação nos ambientes escolares, elaboramos uma questão nas entrevistas que consistia em solicitar aos sujeitos a definição de mediação. As respostas foram as seguintes:

*Bom a mediação de conflitos eu acredito assim, pra ter a paz no ambiente escolar, pra não ter os conflitos, eu acredito que seja isso (PMEC).*

*Para mim a palavra que define mediação é diálogo restaurativo (Diretora).*

*Hoje, como eu já falei, a mediação precisa começar com a prevenção primeiro, aí uma prevenção, depois uma conversa. Quando aparece algum conflito é mediar esse conflito para que ele não vá mais adiante não piore e vire uma agressão física ou verbal ou depredação do patrimônio (Vice-Diretora).*

*Bom pra mim mediação de conflitos é você ajudar a escola em relação a todos os conflitos que existem (Coordenadora Pedagógica).*

*Bom no caso aqui o que foi passado para a gente ela é.. hmmm... algum problema aqui com aluno, professor, comunidade, na escola que ela iria mediar, que ela iria intervir ver o que ela poderia resolver tal (P1).*

*Olha a mediação é que o mediador ele vai se relacionar com professor que haja algum problema em sala de aula e que ele leve à direção aos pais ele está no meio para resolver e buscar a solução, é isso que eu sei (P2).*

*É...eu já conheço o trabalho delas e a gente sabe que elas interferem quando o trabalho do professor não é o suficiente, quando aconteceu principalmente quando aconteceu alguma coisa do lado de fora da escola então às vezes você chega na sala e tá tendo uma briga e você não é capaz de entender o que tá acontecendo então esse mediador vai pegar esses alunos vai conversar com eles e descobrir se há alguma coisa por trás daquela briga (P3).*

*Então eu conhecia já lá no (outra escola da cidade) que eu quando eu tive que trabalhar lá [...] Ela não deixava esses pais violentos muitas vezes chegar até a gente, ela já fazia mediação ali, ela já controlava, ela já orientava, ela já explicava como que era a função da escola (P4).*

*Ahhh a mediação de conflito para você poder resolver algum conflito na escola com aluno, é com aluno [frisando] pra ele poder contornar, resolver da melhor maneira possível um conflito (P5).*

Em síntese percebe-se que em nenhuma das entrevistas foi definido exatamente o que é a mediação, corroborando com a pesquisa de Possato (2014) em que a referida pesquisadora afirmou que não existia um processo de mediação dentro das escolas, pois para mediar não poderia existir punição nem dar respostas aos conflitos. Percebe-se que ainda não ocorre dentro da comunidade escolar, um diálogo sobre o que é mediação. Tal fator acaba por criar barreiras de atuação do PMEC.

Em nossas observações verificamos que, principalmente na Ficha de Ocorrências, após três registros considerados mais graves ainda existia a punição com suspensão. Também foi possível ter contato com as sessões de mediação em que, por falta de tempo ou até mesmo de formação, a PMEC acabava por dar a solução ao conflito e essa não é a função da mediação. Jares (2002, p. 53) define que a mediação “é um procedimento de resolução de conflitos que consiste na intervenção de uma terceira parte [...] sem poder de decisão sobre eles, com o objectivo de facilitar um acordo por meio do diálogo e da negociação”. Portanto, o mediador tem que facilitar o diálogo levando as partes envolvidas a encontrarem uma solução viável.

Também realizamos uma pergunta aos estudantes entrevistados na tentativa de verificarmos o que eles entendiam por “mediação de conflitos”:

*Não, não sei. Mas acho que é mediador é o que ajuda a escola (A3).*

*Não sei não [risos]. Aí... ajudar os alunos quando tem problemas, esse tipo de coisa. Pode ajudar a resolver conflito físico ou de palavras (A4).*

*É ajudar nos conflitos que está tendo, é conversar e tentar entender todos os lados, bom eu acho (A5).*

Os alunos A1 e A2 disseram não saber o que era e não conseguiram explicar, apesar de termos verificado que eles estavam sempre necessitando da intervenção da mediadora. Os outros três alunos, apesar de não conseguirem definir exatamente os princípios da mediação, conseguiram traçar respostas em que abrangem a atuação do PMEC como sendo de: ajudar a escola, ajudar os alunos com os problemas e auxiliar a resolver conflitos que surgem diariamente.

Em síntese podemos destacar que as estratégias utilizadas pela PMEC consistem, primordialmente, em realizar observações dos alunos com a finalidade de perceber possíveis situações que ela possa intervir e prevenir. O diálogo é a principal maneira para resolução de conflitos, além da aproximação da família na escola. Valorizar o aluno foi uma das alternativas para que ele possa ter maior confiança na equipe gestora e na PMEC e assim possa contribuir para um melhor ambiente. Todavia, a mediação ainda não ocorre totalmente, pois em muitos casos as respostas são dadas pela PMEC e o caráter de mediação revela que as respostas para resolução de conflitos devem partir das partes envolvidas.

### 4.3. O PMEC e as atribuições previstas na legislação

Na Seção 2 trouxemos uma compilação das **principais atividades exercidas pelos PMECs** com base nos trabalhos selecionados em nossa revisão bibliográfica. As Resoluções da Secretaria da Educação definiram, previamente, quais seriam as atribuições dos PMECs, todavia compilamos as atribuições apresentadas nos trabalhos selecionados com a finalidade de enxergarmos de maneira mais clara os relatos apresentados pelos autores. Neste item, vamos explorar os dados obtidos com os sujeitos de nossa pesquisa.

Primeiramente faz-se necessário apresentar a visão da PMEC quanto suas atividades diárias. Uma das questões de nossa entrevista referia-se em questioná-la se, antes de assumir a função, ela sabia quais seriam suas atribuições:

*Então eu sabia mais ou menos, porque uma colega minha que a gente trabalhou tempo juntas na mesma escola como PEB I ela estava como PMEC em uma outra escola. Então ela já passava pra mim: ah eu faço isso, isso, isso. Então mais ou menos eu já sabia, antes de assumir eu já sabia mais ou menos (PMEC).*

Verificamos que, mediante a fala anterior, a PMEC não tinha um conhecimento real do que faria, possuía apenas uma breve impressão do que seria trabalhar como mediadora. Questionamos ainda se, após assumir a função, ela passou a saber exatamente quais eram suas atribuições e a resposta foi a seguinte:

*Então quando a gente assume, obrigatoriamente é fazer esse curso que eu falei pra você de PMEC, além desse curso a gente tem uma capacitação e elas passam pra gente toda a Resolução, tudo que a gente tem que fazer dentro da escola (PMEC).*

O trabalho é guiado pelas Resoluções da Secretaria da Educação, mas será que aquilo que está no papel ocorre dentro das escolas? A PMEC afirmou que as atribuições que exerce

diariamente estão de acordo com o que está na Resolução, porém quando questionada se exercia alguma atividade que acreditava não ser de sua responsabilidade a resposta foi a seguinte:

*Eu faço ... assim eu tento ajudar a escola da melhor forma possível, tá... tem coisas que eu acredito que nem estejam lá [nas Resoluções], mais eu faço, pra tentar melhorar, porque eu acho assim a gente tem que tentar melhorar a escola (PMEC).*

Tal afirmação demonstra que, apesar de toda a instabilidade presente nas escolas, encontramos profissionais responsáveis e que estão tentando melhorar esse ambiente, mesmo que isso implique em assumir tarefas não previstas na legislação. Diferentemente do que verificamos diariamente na mídia, muitos professores, equipe gestora e demais sujeitos estão cotidianamente lutando para uma educação pública de qualidade.

Para que ocorra uma maior compreensão do que acontece no dia a dia do ambiente escolar iremos apresentar os apontamentos de nossas observações efetuados no primeiro dia de contato da pesquisadora com a Professora Mediadora.

Nesse primeiro dia em que estivemos na escola verificamos a primeira atividade desempenhada pela PMEC: controlar as faltas dos alunos. Segundo relatado por ela, toda segunda-feira pela manhã ela efetua o controle de faltas por meio de uma planilha preenchida pelos inspetores de alunos e denominada pela comunidade escolar observada como “Dedo Duro”. É a própria PMEC que passa no sistema do computador (uma planilha elaborada pela escola) essas faltas e faz o contato via telefone com os responsáveis dos alunos, quando os mesmos não estão frequentando as aulas. Quando o aluno está na sala de aula, e teve mais faltas do que o permitido pelo regimento interno, ela solicita que o inspetor chame tais alunos para comparecerem à sala de mediação, pergunta o motivo do não comparecimento na escola, explica que não podem ocorrer mais de três faltas no bimestre, que na quarta falta ela ligaria aos responsáveis pelo aluno e na quinta ela acionaria o Conselho Tutelar. Também faz os alunos assinarem um termo de responsabilidade pelas informações por ela fornecidas para ter um documento que possa auxiliá-la caso futuramente ocorra algum problema maior com esses alunos.

Também desenvolve a atividade de controlar os Atestados Médicos trazidos pelos estudantes. Ela faz a anotação em um caderno próprio e coloca um aviso na sala dos professores, para que esses saibam que determinado aluno está de “atestado” e não fiquem questionando o motivo para os inspetores.



Nesse primeiro momento de observação pudemos perceber que a PMEC ficou das 7h10min até às 8h50min conferindo as planilhas e chamando os alunos até sua sala, dando um total de 15 alunos somente no período da manhã. Nesse tempo, ela alternou suas atividades com alguns atendimentos, que foram efetuados rapidamente, pois a mesma teria que terminar a conferência das faltas ainda naquele dia. Conforme relatado por ela, é importante efetuar esse controle, pois, se um aluno desistir, é possível abrir vaga para outro que esteja necessitando.

Analisando a Resolução da Secretaria da Educação nº 08, de 31 de janeiro de 2018, não encontramos nenhuma atribuição que justifique a atividade de controle de faltas (embora pareça ser recorrente nas escolas, como demonstraram as pesquisas). O mais próximo dessa atividade que foi encontrado refere-se a manter contato com os responsáveis, mas não no papel de cobrança e sim de orientação:

V - manter contato com os pais ou responsáveis pelos estudantes, orientando-os quanto ao papel da família no processo educativo, encaminhando para atendimento especializado nos órgãos competentes a que se refere o inciso anterior (SÃO PAULO, 2018).

Também é importante frisar que até o momento da redação desta dissertação, não verificamos essa atividade de controle de faltas em nenhum outro momento, deixando uma incógnita de quando realmente ocorre esse controle, se é feito mensalmente, semanalmente (como apontado pela PMEC) ou somente quando ela tem algum “tempo livre” ou é “cobrada” pela equipe gestora para realizar tal atividade.

Durante o controle de faltas a PMEC necessitou parar algumas vezes para realizar algumas intervenções:

**7h25min:** Atendeu uma aluna que veio pedir uma caneta azul emprestada;

**7h30min:** O Inspetor de Alunos que tentou sem sucesso contatar a família de uma aluna que estava se queixando de dores na cabeça e pediu para que a PMEC conversasse com a referida estudante. A atitude tomada por ela foi de dizer que a direção escolar “não gosta e não permite” que alunos fiquem sentados nos bancos do pátio, portanto ela orientou que a aluna arrumasse seu material e ficasse de cabeça baixa na carteira ou, como segunda opção, que ela viesse esperar na sala da mediação. A aluna voltou para a sala sem nada questionar;

**7h40min:** Um aluno veio perguntar para a PMEC, a pedido da professora de português, se as avaliações já haviam chegado. A Mediadora disse que não e que era para o aluno avisar para a professora que quando chegasse ela avisaria;

**7h50min:** Novamente atendeu ao pedido do Inspetor que trouxe outro aluno até a sala de mediação. O mesmo queixava-se estar com vômitos, porém o aluno disse que não podia ligar para o seu irmão, pois o mesmo ainda deveria estar dormindo. A P MEC orientou o aluno da mesma maneira que a anterior, que ele deveria voltar para a sala de aula e ficar quieto e que quando ele “acreditasse” que poderia ligar ao irmão ele poderia voltar até sua sala;

**8h00min:** Dois alunos compareceram à sala de mediação para relatar que vieram efetuar um projeto na escola, porém a professora que estava dando aula no momento não estava permitindo a saída dos mesmos. A P MEC escreveu um “bilhete” relatando à professora que os alunos estavam autorizados a sair;

**8h00min:** A cortina da sala de mediação estava caída devido a um problema no trilho. O inspetor foi até lá com uma furadeira para consertar o problema. A P MEC precisou arrastar sua mesa, parar de conferir as faltas e os atendimentos devido ao grande barulho e poeira;

**8h03min:** Três alunos no 1º B vieram até a sala dizer que tiveram algumas ideias para desenvolver um projeto, mas que os outros alunos envolvidos não vieram a escola nesse dia e a folha de anotações não estava com eles. A P MEC orientou que os mesmos retornassem na quarta-feira próxima;

**8h51min:** a P MEC recebeu um bilhete da professora que estava lecionando no 9º B. No bilhete ela relatava que um aluno estava dormindo dentro da sala de aula e que não acordou mesmo depois de seus pedidos. Atendendo à solicitação da P MEC, o Inspetor foi até a sala de aula e pediu para que o aluno comparecesse a sala de mediação. A P MEC perguntou a ele o que estava acontecendo, tentou ouvi-lo, mas ele negou que estava dormindo. Portanto, a P MEC disse para o aluno voltar para a aula e copiar toda a matéria, caso contrário ela chamaria sua mãe para comparecer na escola;

**8h54min:** a P MEC foi até a secretaria conferir se havia algum registro de transferência de alunos e, logo em seguida, foi em cada sala de aula para verificar se os alunos faltosos que não vieram até a sala de mediação estavam presentes na escola.

O intervalo na Escola Blocos de Concreto ocorre das **9h25min** até às **9h50min** mais ou menos, pois os estudantes demoram em voltar às salas de aula. Nesse período a P MEC, Diretora e Vice-Diretora ficam andando pelo pátio, conversando com os alunos e organizando a fila da merenda (que é bastante disputada e gera conflitos quando algum aluno “corta a fila”). Esse momento é importante, segundo relato da própria mediadora e também pelas nossas percepções, pois se torna possível estreitar os relacionamentos e perceber algum problema que está sendo gerado. Quando o sinal de entrada soa, a P MEC fica solicitando que

os alunos voltem para as salas de aula, muitos deles fazem brincadeiras, entram nos banheiros e “enrolam” bastante.

Para finalizar nosso primeiro dia de observações às **10h10min** uma aluna veio solicitar que a PMEC tirasse cópias de atividades sobre *bullying*, porém, nesse momento, a mediadora não estava na sala e a Coordenadora Pedagógica pediu para que a aluna a procurasse pela escola. Verificamos que as cópias solicitadas foram efetuadas pela PMEC que explicou, posteriormente, que tratava-se de um projeto em parceria da mediação com a Professora de Arte.

Efetuando um comparativo com o quadro 3 disponível na Seção 2 desta dissertação podemos verificar que a maioria das atribuições relatadas nos demais trabalhos também acontecem nessa unidade escolar observada. Para uma melhor visualização elaboramos o quadro 10 que possibilita uma visão mais clara das atribuições desempenhadas pela PMEC:

**Quadro 10 – Principais atividades exercidas pela PMEC**

<b>Principais Atividades Exercidas pela PMEC da Escola Observada</b>	<b>Atividades Realizadas</b>
Efetuar levantamento de faltas para comunicar às famílias na tentativa de diminuição da evasão escolar.	X
Promover maior proximidade com os alunos e também com a família, efetuar diagnóstico para compreender quem são os alunos e atender pais ou responsáveis.	X
Realizar projetos para combater o <i>bullying</i> , uso de drogas e sobre saúde em geral.	X
Tentar minimizar indisciplina, conflitos e violência efetuando atendimento aos alunos indisciplinados.	X
Acompanhar a entrada e saída de alunos, observar os intervalos e idas ao banheiro, na tentativa de manter uma proximidade*.	X
Utilizar a mediação de conflitos (tendo o diálogo como principal ferramenta).	X

Intervir nos mais variados casos que os professores solicitam: agressões, excesso de faltas, furto de materiais, recusa do aluno em efetuar a lição, falta de materiais, atrasos para chegar às aulas, alunos dormindo, saindo sem autorização ou fora do mapa da sala.	X
Acompanhar os alunos em situações de risco.	X
Orientar pedagogicamente os alunos.	X
Acompanhar atividades do Grêmio Estudantil*.	X
Encaminhamento de alunos para órgãos de saúde.	X
Prezar pela conservação do ambiente escolar*.	X
Assumir o papel de Coordenadora Pedagógica dizendo aos professores a forma que considera mais correta para o manejo da sala de aula.	
Entregar materiais escolares diversos.	X
Utilizar saberes ligados à experiência de vida para guiar a prática como PMEC.	
<b>Outras atividades que não constavam no quadro anterior</b>	
Vender ingressos para peças escolares divulgadas na escola.	X
Controlar uso de uniformes.	X
Aviso de palestras que serão realizadas.	X
Organizar cerimônias diversas.	X

Fonte: Elaboração da autora

\* refere-se a algumas pequenas modificações em relação ao quadro 3.

É possível verificar que as atribuições em muito se assemelham com as relatadas nos trabalhos da nossa revisão bibliográfica, além de termos percebido em nossas observações outras atividades que acrescentamos no quadro acima como vender ingressos de peças que são divulgadas pela escola, controlar o uso de uniformes, que conforme a equipe gestora era importante, pois um aluno uniformizado é mais facilmente identificado nas ruas evitando dessa forma problemas maiores. Também verificamos que a PMEC realiza o aviso sobre palestras que serão realizadas na escola, tanto aquelas organizadas por ela mediante temas que auxiliem o projeto de mediação, quanto outras que venham a surgir e por último, a

organização de cerimônias na escola, como entrega de prêmios, participação de membros da Diretoria de Ensino, dentre outras.

Acreditamos ser importante apresentar em nossa dissertação as percepções dos alunos quanto ao trabalho da PMEC. Quando questionados sobre quais seriam as funções dela as respostas foram as seguintes:

*Ajudar os alunos, ver o que está passando na sala, nas salas, na escola e depois passar para as diretoras (A1).*

*Ahhh... ajudar o próximo (A2).*

*Ah ela tem que ajudar os alunos. Ah ela faz serviço bacana aqui na escola, ela ajuda os professores, os alunos quando tá com dificuldade. Tipo assim, um problema em casa ou de namoro. Ela tá sempre ai pra aconselhar (A3).*

*Ajudar, esse tipo de coisa. Aconselhar os alunos quando tiver problema, quando for procurar ela, esse tipo de coisa (A4).*

*As funções dela é ajudar os alunos por causa das intrigas que tem muitas vezes, das faltas dos alunos também. E orientar... a orientação dela. Ah ela faz muito das faltas, ela passa recados, ela ajuda a gente a conversar, por exemplo, tá tendo uma briga ela conversa, tem falta ela conversa, esse tipo de coisa ela faz bastante, muito (A5).*

Na percepção dos alunos a PMEC está na escola para ajudar, aconselhar, orientar. Analisando as respostas podemos verificar que os alunos veem, na figura do mediador, uma pessoa confiável em que eles podem contar situações e que, a partir de sua experiência, conseguirá auxiliá-los a resolver os mais variados casos, corroborando com Torremorell (2008) quando a autora aponta que a figura do mediador é de uma pessoa que quer promover a paz, a justiça e que possui um senso relacional para participar dos conflitos alheios. Jares (2002) assinala que o mediador possui competências e princípios de atuação que se dividem em “competências de caráter geral” e de “procedimento”. Verificamos, por meios das características apontadas pelos alunos, que as competências gerais se sobressaíram, uma vez que ajudar, aconselhar e orientar foram apontadas muito além das capacidades técnicas que o PMEC deve possuir.

Em síntese, percebemos que as atribuições são múltiplas e ocorrem, por muitas vezes, uma seguida da outra ou, ainda, demanda deixar a realização de uma atividade para se dedicar a outra, sendo um trabalho marcado pela interrupção. O controle de falta, atestados médicos, observação dos alunos e atendimento dos mais variados casos solicitados pelos professores surgem como principais atribuições da PMEC.

#### 4.4. Condições de trabalho dos PMECs no espaço escolar

Neste tópico relataremos algumas das **dificuldades apontadas pela PMEC no exercício da função**. Efetuaremos uma comparação com as dificuldades da Seção 2, de maneira que seja possível verificar, nessa unidade escolar, como é o ambiente em que a mediação está ocorrendo.

- Assumir várias atribuições que não são de responsabilidade do PMEC, como questões burocráticas, inspecionar os alunos, controle de faltas, ou ainda, resolver os mais variados casos que ocorrem cotidianamente dentro da sala de aula tornavam o trabalho aviltante e impediam o desenvolvimento da mediação, a constituição de uma função e a continuidade de ações do projeto.

Quando questionada se ocorria desvio de funções ou se assumia demandas que não seriam suas a PMEC respondeu prontamente que não, porém, em nossas observações verificamos que ela realiza atividades que não estão nas Resoluções e que, em muitas vezes ao dia, ela tem seu trabalho marcado pela interrupção. Todavia, essas atividades, como relatado por ela mesma nessa seção, são na tentativa de melhorar o ambiente escolar. Ela efetua o controle de faltas e sempre é chamada para resolver os mais variados tipos de conflitos que ocorrem dentro do ambiente escolar, desde casos de indisciplina, alunos que discutem com colegas ou professores, alunos que não levam materiais, que não copiam a matéria, que utilizam o celular em sala de aula, que estão sem uniforme, brigas diversas dentre outras situações. É importante ressaltar que muitas das demandas levadas à PMEC relacionam-se ao trabalho do professor em sala de aula, portanto, poderiam ser resolvidas no âmbito das relações que compõem o processo de ensino.

Porém, diferentemente do que ocorre em outros relatos das pesquisas selecionadas, quando perguntamos se as condições de trabalho impediam de alguma maneira que ela realizasse a mediação de conflitos a resposta foi que não, *“não, não isso ai difícil de acontecer. Sempre a prioridade é o aluno, atendimento ao aluno”* (PMEC).

- Desconhecimento, resistência, incompreensão, ausência de coletividade e falta de compromisso por parte dos sujeitos escolares sobre a função de PMEC.

O desconhecimento da função de PMEC, relatado nas pesquisas de nossa revisão bibliográfica, surgiu como uma das maiores dificuldades para realização do trabalho de mediação. Quando perguntamos para a PMEC da unidade escolar analisada se ela havia recebido apoio da equipe gestora para trabalhar, sua resposta foi prontamente que sim. Todavia, o problema de incompreensão de sua função por parte dos demais integrantes da escola como professores, funcionários da secretaria e que atuam no pátio foi relatado:

*Ahhh não faz nada, só conversa. É mais essa visão assim. Quem tem mais essa visão são os funcionários, tipo inspetor, professores readaptados, assim que ficam na secretaria, ou que ficam no pátio readaptados. Então não tem essa visão do que é a mediação. É tipo uma visão de que eu não faço nada, só converso, registro a ocorrência, faz “projeto”. Não tem essa percepção de: nossa ela está fazendo prevenção, pra melhorar ou não, é só crítica. Já os alunos a percepção é positiva, porque eu converso bastante com eles, falo qual é minha função. Então já nos sextos anos quando eles vem de outra escola pra cá eu já vou lá na sala, falo meu nome, quem eu sou, qual é a minha função o que eu faço. A percepção mais negativa é desses funcionários (PMEC).*

Percebe-se que, nas falas da PMEC, os alunos são os que mais entendem seu trabalho. Tal fator talvez ocorra pela maior proximidade que a mediadora tenta estabelecer com os alunos, que são os mais interessados nos atendimentos que ela efetua.

Consideramos também realizar essa pergunta para a equipe gestora e para os professores. Todos afirmaram que a equipe gestora recebeu muito bem os PMECs dentro das escolas:

*Eu acredito que sim, lógico que sempre vai ter alguns professores que são contra, fala que não tem necessidade, mas eu sempre fui a favor e agora na coordenação eu vejo ainda mais a necessidade (Coordenadora Pedagógica).*

*Sim ela era muito conectada com a Coordenadora e com a Diretora [anterior a essas que estão hoje] e dava certo o serviço (P1).*

*Olha nessa escola eu achei que recebeu muito bem, porque a PMEC ela tem liberdade para trabalhar, ela é vista como uma parceira, ela é vista realmente com uma professora de fato. É uma professora só que uma professora que atua de uma forma diferenciada, mas ela não deixa de ser professora (P3).*

*Super bem, super necessário. Aqui o ano passado nós quase perdemos a PMEC, todo mundo fez uma campanha para que a PMEC ficasse, porque como eu disse para você ela veio para somar então é muito importante o trabalho dela (P4).*

Apesar de todos afirmarem que o PMEC foi bem recebido, analisamos que algumas respostas concluem que isso ocorreu pelo fato do PMEC auxiliar no trabalho de mediação,

outras por tirarem a atribuição, tanto da equipe gestora como dos professores em sala de aula, de ter que se preocupar em resolver os conflitos, mas também, problemas relativos à disciplina e indisciplina que nem sempre são sinônimos de conflitos:

*Perfeitamente, nossa porque é uma pessoa a mais que veio para auxiliar na disciplina, porque se eu não tenho disciplina eu não tenho aprendizagem não adianta mesmo se ele fica andando, se ele não se sente bem na escola, se tem alguma coisa assim reflete na aprendizagem (Vice-Diretora).*

*Sim eu acredito, porque daí eles vão conseguir fazer a parte administrativa e porque numa escola sempre haverá alguns problemas e aí a direção deixa de fazer aquilo que ela deveria fazer pra cuidar dessa parte humana (P2).*

*Ah sim, as escolas gostam, porque aí eles não tem que se preocupar tanto quando tem algum conflito eles já deixam pra ele resolver (P5).*

A função, portanto, serviria para que os outros integrantes pudessem se dedicar mais ao seu trabalho deixando de lado essa característica de resolução de conflitos. Todavia, em nossas observações, verificamos que a PMEC não efetua um trabalho solitário, mas sim em conjunto com a Diretora e Vice-Diretora que procuram sempre estar cientes de todos os encaminhamentos que são tomados na escola.

Julgamos necessário considerar as percepções dos professores quanto à PMEC. Para tanto, elaboramos uma pergunta para a equipe gestora, que possibilitou verificarmos como o Professor Mediador foi recebido nas escolas pelos demais professores:

*Eu vou falar: na minha atuação sim ... bastante, porque era uma questão que a gente precisava e é uma pessoa que vinha agregar para resolução dos problemas, para sanar essa dificuldade de... de intervenção junto aos pais... é faltas, o abandono então, sim eu acho que aceitaram bem. Aqui nessa escola como faz pouco tempo, eu acho que confundem um pouco amizade com função, então isso me preocupa um pouco e... mas, eu acho que no geral, no geral a aceitação até que é razoável sim (Diretora).*

*Eu creio que sim, porque foi uma pessoa a mais para auxiliar aí na disciplina (Vice-Diretora).*

*Eu acredito que a maioria sim, mas sempre vai ter aqueles que reclamam, que acham que não tem necessidade entendeu? Porque às vezes o professor ele vê com outros olhos a função, às vezes a PMEC está lá no pátio ajudando no intervalo, mas porque faz parte. Ela tá aqui na escola então: ahhh, mas para que ela fica aqui para fazer isso? Só que ninguém vê o que tá acontecendo por detrás disso, que é muito além disso. Esse contato no intervalo eu acho muito importante porque daí a gente conhece os alunos, a gente vê situações (Coordenadora Pedagógica).*

Apesar das respostas positivas, verificamos ainda que muitos professores não reconhecem exatamente que o PMEC, além de atuar na resolução de conflitos, também deve



realizar a prevenção e que mediação não significa punição, mas sim restauração das relações entre as pessoas. Já quanto à receptividade dos alunos verificamos que eles entenderam muito bem a função da PMEC conforme os relatos abaixo:

*Sim, pela experiência que eu tenho com as duas escolas sim. Na experiência que eu tive [anterior] esse mediador ele foi escolhido dentro da escola. Era professor da própria escola, então era um professor que já tinha um relacionamento bom com esses alunos, com a clientela, que já conhecia bem a clientela então foi super bem aceito (Diretora).*

*Eu creio que num primeiro momento não, eles viam o PMEC como um vigia, uma pessoa que ia cortar os limites. Agora, no decorrer do tempo, eu já percebo por aqui, eles já veem a PMEC como uma parceira, não só pras coisas ruins, mas para uma conversa de vida, contar ... procurar ajuda (Vice-Diretora).*

*Na nossa escola sim, sim. Porque a PMEC é uma pessoa bem carismática, então os alunos gostam dela por mais que ela chame para dar bronca. E ela tem outro lado também humano que ela tá sempre acompanhando, então eu acredito que isso ajude bastante. Porque você dar bronca e ser séria e não querer que o aluno chegue perto você afasta, é um problema muito grave que é o que acontece com alguns professores que não conseguem dominar a classe. No caso da PMEC não, ela tem a função dela ... é chamar, dar bronca, conversar e orientar, mas ela faz tudo isso assim de uma forma séria e ao mesmo tempo ela conversa com os alunos, ela tem esse contato, ela não deixa de fazer o que é certo, mas ela tem a outra parte também (Coordenadora Pedagógica).*

Também realizamos um questionamento com os alunos na tentativa de entender, de uma maneira mais significativa, se a solução dos conflitos seria alcançada da mesma maneira caso não existisse uma PMEC na escola. Abaixo apresentaremos algumas respostas:

*Seria mais difícil de resolver. Porque parece que ela tem um dom, porque ela conversa com a pessoa, ela sabe o que tá acontecendo. Porque várias vezes quando eu vinha conversar com ela, ela sabia o que acontecia. Porque várias coisas quando acontecia dentro de casa eu descontava aqui na escola pra falar a verdade. Às vezes, quando eu tava bravo algum professor vinha falar comigo eu gritava, ou tipo assim eu agredia fisicamente, verbalmente o professor, sendo que não tinha culpa nem o professor nem o aluno. E às vezes quando ela conversa com o aluno ela trata bem, ela tá conseguindo resolver, ela vê o que tá se passando (A1).*

*Ah...seria difícil, porque ela é uma pessoa amiga e tudo e ia ser difícil pra mim. Porque ela me respeita e sabe da minha história (A2).*

*Eu acho que não viu! Porque a PMEC tem muitas ideias pra escola, ela sempre quer o bem dos alunos e também da escola. Se ela não tivesse aqui, sei lá, acho que a escola não taria assim hoje não (A3).*

*Na minha opinião acho que não. A função da PMEC, na minha opinião, eu acho muito importante, porque ela entende a gente, ela deixa a gente*

*conversar e explicar o que aconteceu. E ela percebe se a pessoa está mentindo ou não. Então tipo, eu tenho uma ... totalmente confiança na PMEC. Sempre que eu preciso ela sempre tá lá pra ajudar, esse tipo de coisa (A4).*

*Não, não porque diretores os antigos: suspensão. Dava um problema: suspensão. Em que que isso ajuda? Com a mediadora é totalmente diferente, porque ela senta e conversa, não é ela que me deu suspensão todas às vezes. Me dava suspensão quando eu ia direto no diretor, aí era suspensão. Com a PMEC era sempre conversado. E conversava e resolvia. Acho que é por isso que muita gente quis fazer o abaixo assinado para ela quando queriam tirá-la daqui (A5).*

Verifica-se novamente, o papel do mediador como sendo aquele que ouve atentamente e está preocupado com o bem do aluno. Pelas respostas fica perceptível que, os alunos, sentem-se seguros em contar os mais variados casos para a PMEC sem terem o medo que o resultado seja apenas uma punição. Bonafé-Schimitt (2010) aponta para a recomposição das relações que auxiliam na aprendizagem para a cidadania. Morgado e Oliveira (2009) também nos ajudam a esclarecer a importância da comunicação e compreensão da visão do outro, de compreender os problemas e as diferenças. No relato dos alunos verifica-se a grande importância que eles dão à PMEC no fator de entendimento e auxílio nos momentos em que eles procuram uma intervenção.

Outro ponto que nos inquietou foi quanto ao suporte oferecido pela Diretora de Ensino. Mesmo relatando que recebia todo suporte da DE, a PMEC, quando possui dúvidas, procura, primeiramente, maneiras para saná-las por conta própria, em seguida solicita ajuda da equipe gestora e, por último, comunica à DE. Apesar de ser um trabalho realizado em equipe a atuação da PMEC é solitária quando tem dúvidas sobre mediação, uma vez que as formações não ocorrem para os demais integrantes da escola. Quando questionada se existia alguma manual que ela seguia para resolver os conflitos a resposta foi que “*Não tem nenhum manual não, têm livros sobre violência escolar, eu dou uma olhada lá, mas assim não tem um manual para você seguir ali*” (PMEC). A atuação dela ainda encontra-se incipiente, realizando os atendimentos conforme vão surgindo e baseando-se em suas experiências pessoais anteriores.

- Problemas quanto a quem pode se candidatar à função de PMEC, não sendo levadas em consideração as características para atuação. Carga horária muito restrita diante das necessidades de trabalho.

A questão da candidatura à função já foi discutida anteriormente na Seção 1. As Resoluções limitam os professores que podem se inscrever para atuarem como P MEC, aparentando ser uma tentativa de complementação da jornada daqueles professores que possuem poucas aulas. Ainda assim, a carga horária assumida pelos P MECs impede que eles permaneçam em todos os períodos dentro da unidade escolar, sendo que quando eles não estão em horário de trabalho os conflitos são resolvidos por algum dos integrantes da equipe gestora. A P MEC relatou que poderia ser melhorada a “*questão do horário mesmo, eu acho que o P MEC deveria fazer um horário de 8 horas mesmo por dia*” (P MEC).

Outro ponto relatado referente às condições de trabalho reafirmou uma dificuldade:

*Por isso que eu falo pra você, que eu bato de novo na tecla que esse ano eu tive que pegar outra escola como DI, Deficiência Intelectual, como eu tenho a pós-graduação para dar uma ajudinha a mais no salário, assim porque é pouco, e com isso eu tenho menos tempo pra me dedicar a mediação (P MEC).*

A questão do salário e o pouco tempo de atuação na escola permanecem como uma das principais dificuldades da P MEC. Em nossas observações verificamos que após ela assumir a sala de Deficiência Intelectual na outra unidade escolar ela tinha grande preocupação em pensar nas atividades que realizaria com os alunos. De certa maneira ela teve menos tempo para se debruçar mais sobre os projetos de mediação que ela deveria propor durante o ano letivo.

Com relação às demais dificuldades apontadas na Seção 2 não obtivemos, em nossas observações, nem nas respostas das entrevistas, os problemas que foram identificados por outros pesquisadores. Talvez, por ter passado alguns anos da criação da função e a melhoria das relações entre P MEC, equipe gestora e professores, problemas como: relação de autoridade, falta de autonomia, incompreensão dos pais/responsáveis, ausência de espaço próprio não foram identificadas na escola observada.

Em síntese, as condições de trabalho para os P MECs ainda precisam ser melhoradas, assim como o conhecimento da função dentro das escolas, articulando-se de forma mais intensa as atribuições realizadas ao projeto geral da escola.

#### 4.5. Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua

Neste último tópico realizaremos um apontamento das relações existentes dentro da comunidade escolar. Nosso trabalho visou captar a relação da PMEC com os sujeitos escolares<sup>32</sup> e, a partir dessa informação, efetuamos um comparativo com os trabalhos da nossa revisão bibliográfica. Para tanto, pretendeu-se apontar as características e dificuldades da função.

Primeiramente abordaremos a relação da PMEC com os **alunos**:

*Eu acho que eles recebem bem porque assim, eu demonstro muito carinho, eu acho que eles sentem-se assim seguros comigo aqui na escola. Eles têm a liberdade de vir contar, às vezes tem um problema em casa eu também até tento resolver. Às vezes a mãe tá com depressão, então eu busco, eu oriento, falo pra procurar uma psicóloga. Então sempre assim, acho que eu sou muito importante aqui na escola para eles, porque eles têm confiança. E eles vêm contar que tá usando droga, eu oriento então eles tem muita liberdade (PMEC).*

*Nossa é muito boa. Eles adoram ela e escutam o que ela fala. Tem isso de bom entendeu? Aconteceu alguma coisa vem para cá ela dá bronca ela fala o que que tem que fazer e tal, depois continua a amizade é recíproco (P1).*

*Ai eu vou contar um fato pra você, parece né, parece não é verdade, que ela ia sair dessa escola ... ahhhh os alunos fizeram um movimento e foi assim até a Diretoria de Ensino. Alunos, coordenadores, os supervisores se uniram e a nossa mediadora está aqui porque ela é competente os alunos gostam dela e tem o seguinte: precisa confiar. Quando você confia você consegue se abrir e a nossa mediadora ela é uma pessoa confiável, os alunos confiam nela eu percebo isso porque o relacionamento que eles têm sabe, aplaude quando tem algo aqui. Então faz a diferença e tem assim uma marquinha dela nessa escola (P2).*

*Eu acho que ela é bem harmônica aqui nessa escola. A PMEC é muito querida, ela não é vista como uma pessoa que vai puni-los, que vai fiscalizá-los. Ela é vista como uma amiga, uma pessoa que vai realmente ser parceira deles e que vai ajudá-los a se entenderem melhor (P3).*

*Como disse para você é boa a relação deles, é boa. Eles gostam dela. Eles elogiam (P4).*

*É boa apesar de ela dar bronca é boa. Eles gostam do mediador, mas não querem ir lá, porque sabem que quando vai lá...então é isso ai. Eu vô lá e falo com ela, porque sabe que ela tá lá pra resolver. Então ela vai resolver e se ele falar com outro não vai resolver então ele sente segurança (P5).*

---

<sup>32</sup> Na nossa investigação definimos os seguintes sujeitos escolares: Diretora; Vice-Diretora; Coordenadora Pedagógica; Professores e Alunos.

É importante verificar que a questão da segurança, confiança, liberdade em expor problemas tanto da escola como problemas de casa e a escuta ativa fazem com que a PMEC possa agir cotidianamente com os alunos concordando com os estudos de Freire (2010) em que a autora aponta quesitos como escuta ativa, diálogo e empatia como preponderantes para que haja uma relação harmoniosa entre mediador e mediados. Para reforçar esse fator positivo traremos as falas dos alunos quando questionados se a PMEC respeitava suas opiniões:

*Sim, cada um tem a parte de falar, o que que queria que acontecesse (A1).*

*Respeita. Quando é uma opinião boa ela concorda, respeita. Agora quando é ruim ela fala. Ela explica tudo certinho pra mim, mesmo na boa ela explica certinho assim, mas quando é ruim ela explica pior ainda (A2).*

*Sim, deixou eu falar. Em nenhuma vez ela foi mal educada comigo (A3).*

*Sim. Ela sempre me escutou e me ajudou (A4).*

*Todas as vezes. E quando ela não concordava ela dava a opinião dela e a gente se entende. Mesmo eu errada, eu escutava e entendia. Sempre me senti respeitada e ela tem mais experiência, então pode ser que eu pense de uma forma e ela não, então eu escutava e ela me escutava. Eu levo pra vida tudo que ela me fala (A5).*

Também podemos apontar alguns aspectos **em relação à atuação da PMEC junto aos alunos**. Segundo os entrevistados eles valorizam a conversa, o diálogo, algo que talvez esteja faltando na relação pedagógica em sala de aula:

*Eu acho que é esse relacionamento também, essa conversa, esse auxílio, no sentido de estar, é... tentando conhecer esse aluno fora da escola e tentando resolver esses conflitos de fora da escola para que influenciem de maneira boa dentro do andamento escolar (Diretora).*

*Eles gostam muito no sentido assim de ouvir eles, se sentem ouvidos. Ele tem com quem conversar então, principalmente, da vida particular deles. Tem uns que vêm para chorar com ela e até comigo. Então eles contam coisas que eles não tem com quem conversar em casa principalmente, a parte da escuta e a parte assim de mexer com a consciência dele ou eu fiz alguma coisa errada lá depois da conversa com o PMEC ele reconhece o seu erro para muitas vezes, ou não repetir ou amenizar o erro dele (Vice-Diretora).*

*“Ela não pode sair daqui ein!” Não, não vai tirar Dona [PMEC] daqui não. Nossa ela é uma pessoa boa, a gente precisa dela. Sabe, vira e mexe tem alguém conversando com ela. Não é aquele: não quero nem passar perto...não, pelo contrário, a gente vê que há um carinho, há um respeito e isso é bom, isso é muito bom (P2).*

*Ah, na minha opinião assim ela é muito importante aqui na escola, não só pra mim, mas pra muitos da sala, vira e mexe sobem pra falar com ela.*

*Então ela é uma ótima pessoa que sempre tá ai pra ajudar a gente e aconselhar no que precisa (A4).*

*Nossa... eu sou difícil de falar, mas ela é maravilhosa no que ela faz, porque ela sabe conversar, ela sabe escutar, entender independente se é opinião dela, ela sabe entender ela sabe escutar, ela fala: mas tem certeza? E ela não sabe escutar só quando você tem um conflito, quando eu escutava, um exemplo: ah eu não gosto dela vamos bater nela. Eu sentei e conversei e falei: dona eu não fiz nada. Então tudo isso ajuda, ela se empenha no que ela faz. E ela vai atrás e ela exerce da melhor forma possível (A5).*

Cury (2004) aponta para a valorização da autonomia dentro dos ambientes escolares. O referido autor relata que dialogar é uma forma superior de encontrar soluções para os conflitos, além de proporcionar uma gestão escolar mais colaborativa. Verificamos, portanto, que a importância dada pelos entrevistados na questão da conversa e do diálogo proporcionada pela PMEC surge como um avanço nas relações pedagógicas que, hoje em dia, estão sendo deixadas de lado devido à cobrança para cumprimento de conteúdos escolares.

Ainda nessa perspectiva, o diálogo destacado pelos entrevistados também é permeado por uma relação de confiança denominada por alguns de amizade, confirmando os estudos de Torremorell (2008) que entende que criar um ambiente de confiança é essencial para realizar a mediação, uma vez que as pessoas que participam desse momento estão expondo situações particulares que não seriam expostas para alguém em quem eles não tivessem confiança:

*Tem bastante confiança no trabalho da PMEC. Com certeza é importante, porque assim, o aluno tendo confiança ele vai contar sem querer muitas coisas para a PMEC que a gente precisa ficar sabendo. Lógico que isso não chega até eles, mas a gente conversando assim como gestão, que a gente precisa ficar sabendo de certos fatos até lá do bairro pra gente poder se precaver aqui em relação há muitas coisas (Coordenadora Pedagógica).*

*Ah eles gostam muito dela sim. Eles respeitam, eles têm uma amizade, eu acho diferente a amizade com ela do que com a gente entendeu? Confiam, contam os problemas. Quantas vezes eu venho aqui ela tá aqui com uma chorando, tá com problema em casa que não sei o que ela escuta, ela abraça, então eles tem essa confiança (P1).*

*Eu sinto que eles gostam muito dela, tem confiança e eles não reclamam se ela tem que ir até a sala, eles não reclamam se ela tem que chamar para conversar eles veem ela como uma amiga mesmo (P3).*

*Eles falam que ela é amiga. Eles não entendem como fiscalização, eles entendem como uma amiga (P4).*

*Ela é uma pessoa boa né. Que nem eu falei pra você, ela procura sempre saber o que tá acontecendo, ela tá sempre arrumando os planos para a escola, pra melhorar. Que nem agora esse negócio de Mediador Mirim ela tá vendo o que pode fazer. Então eu não tenho o que reclamar dela. Já briguei sim com ela, já discuti, já fiquei um tempo sem falar com ela só que*

*tipo assim, foi um erro meu e eu que tava perdendo ela não tava perdendo nada. Quem tava perdendo era eu, porque eu tinha a chance de melhorar, porque ela me ajudava. Ela é como se fosse uma psicóloga para o aluno, o que ela conversava o aluno chegava tranquilo na sala. Às vezes eu quando ia conversar com ela eu chorava, tipo assim eu não tenho confiança com ninguém, mas com ela eu falava o que acontecia dentro de casa, eu fala os conflitos né que eu passei, então eu não tenho o que reclamar da mediadora (A1).*

Podemos verificar que, novamente, características como bom relacionamento, conhecimento dos alunos e da escola, saber ouvir, saber aconselhar e ajudar surgem como características que fazem a função de PMEC muito relevante na comunidade escolar. Apenas o Professor P5 que destoou das respostas dizendo que não existia nenhum elogio quando à atuação da PMEC e que os alunos viam a mesma como uma vigia. Cabe lembrar que esse é o professor que mais efetua registros nas pastas de ocorrência e vem sendo a grande reclamação da escola por não entender o trabalho da Equipe Gestora com a PMEC. Em nossa realidade atual, ter tempo é difícil, então os alunos veem na PMEC um diferencial, pois no meio da correria diária a mediadora é aquela que está ali, não só para resolver conflitos graves, mas sim para dar voz aos alunos. Mesmo em sala de aula o tempo para aproximar aluno e professor, condição importante do processo de ensino e aprendizagem, é insuficiente, principalmente se considerarmos o grande número de alunos em sala de aula.

Já quanto à relação do PMEC com a **equipe gestora** podemos apontar o seguinte:

*Eu acho assim é... a anterior que estava era bem receptiva, bastante, então a gente trabalhava muito em equipe, muito juntas, então eu tinha muita liberdade pra fazer assim... se eu falava que eu ia fazer aquilo elas apoiavam o projeto, apoiavam... então deu muito certo tanto que a escola tá assim muito boa né, muito bem por causa disso e essa gestão que veio agora também eu dei muita sorte, porque a Diretora e a Vice-Diretora me dão muito apoio. Então é um trabalho que para funcionar a mediação escolar tem que trabalhar em equipe, sozinha você não vai, não adianta eu querer fazer o trabalho e elas não me apoiarem. Eu já tinha um apoio anterior e agora Graças a Deus continuou, então tá caminhando (PMEC).*

*O que nós elogiamos na PMEC é raro o dia que ela deixa uma coisa assim para resolver depois, só se ela ... é um horário que ela precisa ir embora, ela tem outros compromissos, mas assim assiduidade, o compromisso com o que ela faz, o profissionalismo. Então o que acontece, eu nunca ouço ela contando e raramente se ela vem sempre para mim: ó aconteceu isso, isso e isso. Então nós temos vários assuntos que só as duas sabem aí a gente passa para a Diretora na medida da necessidade, mas é uma coisa assim ... eu gosto muito do trabalho, ética e da confidencialidade (Vice-Diretora).*

*Conectados ... trabalhamos todos juntos (P1).*

*Eu não vejo ela [PMEC] desenvolver um trabalho sozinha, eu vejo apoio, eu vejo que elas estão juntas e é por isso que dá certo (P2).*

*Eu acredito que seja harmônica que ela receba todo respaldo para trabalhar (P3).*

*Eu penso que é muito boa, elas formam uma equipe muito boa, estamos muito contentes, porque nós passamos percalços, troca de direção várias vezes então mexeu muito com a nossa situação, com a nossa realidade e eu penso que essa equipe que agora está aí ela é uma equipe que funciona bem (P4).*

*É indiferente ai viu, eles só veem se ele resolver tá bem com a direção se começar a dar problema que ele não conseguir resolver e dar reclamação daí ele vai pegar no pé, daí é perigoso (P5).*

Tanto em nossas observações, quanto nas entrevistas, verificamos que a relação da equipe gestora com a PMEC é definida por ser um trabalho realizado em conjunto, que fornece um apoio para as tomadas de decisão. A equipe não deixa de resolver os conflitos na hora em que eles ocorrem, sempre registrando e dando os devidos encaminhamentos. A confidencialidade surge aqui como um fator importante para que os alunos continuem confiando nos gestores e na PMEC. Novamente, apenas o professor P5 destoou das respostas dizendo ser indiferente a atuação da equipe gestora com a PMEC.

Verifica-se, portanto, que fatores apontados na pesquisa de Galdino (2016) e que miravam para a falta de apoio da equipe gestora para com o trabalho do PMEC não foram encontrados na unidade escolar observada em nossa investigação. Tal fator pode ser explicado devido ao trabalho em conjunto realizado na escola e também por já ter passado alguns anos desde a criação da função que acarretou em maiores tentativas de envolver todos os sujeitos escolares com as novas atribuições da Professora Mediadora.

Já quanto à relação do PMEC com os demais **professores** podemos apontar o que segue:

*Eu percebo assim, que a maioria acho que confia no meu trabalho, me aceita e tudo, mas é o que eu falei para você, tem que tá sempre passando, orientando, tinha que ter uma orientação da Diretoria de Ensino para os professores, porque tem professor que fica falando: nossa você só fica conversando, tem que punir, tirar o aluno da escola. E a mediação não é isso. Com os professores é mais difícil do que com os alunos (PMEC).*

*Ah nessa escola eu vejo que é de boa. Eu acho que há um relacionamento sincero sabe, quando precisa da mediadora ela está sempre presente e veja o que é diálogo é na hora que tem que resolver eu percebo isso não deixa para amanhã não, nós vamos resolver agora se tiver que chamar os pais eu percebo o movimento, a direção dando apoio aí eu vejo uma firmeza aqui viu (P2).*



*Atualmente acredito que a relação é boa. Ela é chamada realmente quando tem os conflitos. Aqui a gente faz um sistema bem organizado que é de você registrar, fazer os registros das ocorrências numa pasta e então assim, não é necessariamente que ela vai invadir a nossa aula e já vai retirar o aluno e já vai criar aquela interrupção da aula (P3).*

*Eu tenho ótimas relações com ela. Sempre que eu solicito eu sou bem atendida: Ó PMEC tal aluno está fazendo tal coisa. Manda para mim. Já tira da sala, já leva, já conversa, então eu vejo assim de uma forma geral eu percebo que as pessoas aceitam bem o trabalho dela (P4).*

*Ai depende, depende, tem uns que conseguem se comunicar tem outros que não gosta do mediador, tem outro que não vai com a cara de quem faz a mediação, porque ou já tentou mediar e não resolveu. Então é isso aí é variável, mesmo que seja boa vai ter quem não gosta dele. É bom o normal é ser bom, e deveria existir em todas as escolas, mesmo nas boas, porque você tem onde ir buscar uma solução (P5).*

No geral a relação da PMEC com os professores é harmoniosa e respeitosa. Porém, a própria PMEC relatou, e também verificamos em nossas observações e nas falas dos alunos, que alguns professores não entendem que a mediação não é voltada para a questão punitiva, mas sim para a restauração das relações. Esse fator também foi apontado nas pesquisas de Esquierro (2011), Oliveira (2012), Souza (2012) e Carvalho (2013). Tais autores identificaram em suas pesquisas que os professores percebiam que a atuação do PMEC deveria abranger a prevenção e mediação, porém admitiam que deveria ser em uma vertente mais punitiva. Com os professores, portanto, a relação acaba sendo mais difícil. Bonafé-Schimitt (2010) afirma que a organização hierárquica da escola não favorece a existência de relações harmoniosas e que a oposição de certos professores impede a realização da mediação nos ambientes escolares. Também verificamos que o trabalho do PMEC não é marcado pelo imediatismo, mas sim demanda tempo e abertura dos sujeitos para que alcance os resultados esperados. Apesar desses contrapontos, os professores veem no trabalho da PMEC um respaldo para o exercício da docência.

Visando esclarecer a percepção dos professores em relação ao trabalho da PMEC julgamos ser necessário perguntar aos alunos se eles achavam que os demais professores conheciam quais eram as funções do PMEC:

*Sim. Às vezes pode até vir esses professores substitutos que podem não saber. Que nem tem um professor que sabe que não pode usar celular na sala, mas deixa usar. Fone de ouvido não pode, mas deixa usar entendeu. Eles não sabem a regra, os substitutos não sabem a regra daqui, então eles deixam fazer o que que for (A1).*

*Ah eu acho que sim, porque tem conselho [o aluno quis dizer ATPC] de terça-feira, ela deve falar não deve? Acho que todos sabem, na minha opinião (A3).*

*Eu acho que tem uns que não sabem, porque não é possível umas coisas que acontecem. Por exemplo, quando a gente pede pra ir falar com a P MEC o professor não deixa ou fica questionando o porquê queremos ir. Ai a gente fala que é pra conversar sobre algum problema e o professor diz: ah senta aqui e conversa comigo, porque eu não vou deixar você subir. Se eu pedi pra conversar com a P MEC é com ela que eu quero conversar. Ai eu esperei a troca de aula e subi conversar com ela. Isso acontece até hoje. Teve uma vez que eu tava mal e eu precisava conversar com a P MEC, eu tive que chorar pra ela deixar eu subir (A4).*

*Não, poucos sabem, sinceridade poucos. Eu acho que a dona [professora de ciências] é na minha opinião a que sabe. Mas um ou outro sabe o que tem que fazer (A5).*

Verificamos que, aqueles professores que estão esporadicamente na escola, são os que menos conhecem a mediação na visão dos alunos. Também fica perceptível que a não aceitação, por parte de alguns professores, do trabalho do P MEC impede uma atuação mais objetiva.

Nos relatos também foi possível verificar os **principais elogios dos professores em relação à atuação da P MEC:**

*Eu acho que o principal elogio é o relacionamento com o aluno, aqui nessa escola é o relacionamento com o aluno, em descobrir algumas dificuldades, alguns problemas que ultrapassam os muros da escola (Diretora).*

*Eles gostam de direcionamento e gostam também quando o P MEC liga para os pais, isso é importante em muitos casos assim nós evitamos o confronto de pai com professor, nós barramos ali conosco, porque aí a conversa às vezes se torna um ponto que não dá certo (Vice-Diretora).*

*Ela é uma pessoa muito prestativa. Se você precisar dela pra qualquer coisa, você chama ela vai, atende.. ela vê o que ela pode fazer. Isso é um ponto bom, assim o único problema é que ela é só uma né (P1).*

*O professor mediador me chama atenção: ela sabe o nome dos alunos isso daí já faz com que o aluno perceba que ele não é uma pessoa qualquer aqui na escola, que ele não é simplesmente um número. E aí já começa um relacionamento sincero (P2).*

*Eu acho assim que ela tá sempre pronta, muito prestativa. Ela tem um bom relacionamento com os estudantes, ela sabe ser carinhosa quando necessário sabe ser firme quando necessário, ela tá sempre atendendo professor quando o professor precisa e ela tá sempre aberta a fazer projetos (P3).*

*Ela é bem atenciosa com os professores sempre que a gente chama ela é solícita ela atende ela faz o melhor dela (P4).*

*Ela me auxilia, porque ela mediando bem um conflito ou outro você vai poder dar aula, vai acabar aquele conflito de um aluno com outro, ou do aluno com o próprio professor (P5).*

Os principais elogios dos professores são quanto ao bom relacionamento da PMEC com os alunos que, conseqüentemente, acaba por facilitar a busca de soluções para os problemas da escola e também aqueles além dos muros da escola. Cabe lembrar que a PMEC trabalha em parceria com órgãos de saúde que possibilita o encaminhamento de alunos para psicólogos. Os professores também elogiam o relacionamento com os pais, essa parceria escola família torna o trabalho docente mais específico. Por último, o registro e a prestatividade da PMEC em atender sempre que os professores chamam acabam por ser um diferencial positivo dentro do ambiente escolar.

Também podemos relatar a relação da PMEC com os **demais integrantes** da comunidade escolar. Na entrevista com a professora mediadora ela informou que não tinha certeza se os demais funcionários sabiam exatamente qual era o papel dela na escola. Mesmo com essa indefinição ela pontuou que a relação deles é:

*Assim é muito boa ... eu acho assim elas me veem como da equipe gestora não como um PMEC, como se eu fizesse parte da direção, então eu acho que elas me enxergam dessa forma, porque qualquer reunião que eles fazem eu estou sempre junto e porque eu acho também que é importante, porque queira ou não eu tô resolvendo muita coisa, resolvendo coisa da escola, então assim eu tenho que ficar por dentro de tudo que acontece dentro da escola (PMEC).*

Para finalizar esta seção trazemos os **encaminhamentos dos casos à PMEC**, pois essa característica pode influenciar positiva ou negativamente o trabalho de mediação. Quando questionamos qual seriam os principais casos atendidos pela professora mediadora obtivemos as seguintes respostas:

*A maioria a gente resolve dentro da sala, mas se, por exemplo, chegou uma criança e você ver que ela está alterada, deve tá com droga com alguma coisa, então aí a gente encaminha. Às vezes pega uma lá em prantos, chorando e chorando, você tem 40 lá dentro você fala: querida sobe falar com a PMEC ver o que aconteceu ou então eu mando chamar ela vai lá pega traz para cá, porque tem coisas que a gente não pode parar né eu vou parar a minha aula e vou falar assim: querida que aconteceu? Está chorando por quê? O que que foi? Sabe ... muitos vem e se cortam, já tive aluno assim e já mandei: PMEC não sei que tá acontecendo. Ela manda chamar o pai: olha tá acontecendo isso, isso e a maioria das vezes é problema dentro de casa (P1).*

*Olha .... acho que discussões em sala de aula, brigas. Ai não dá né? Porque eu acho que ai ele ultrapassou o limite. Eu tento conversar, mas como existe*

*uma mediadora eu acho que ela necessita saber o que aconteceu, porque daí eu vou estar desrespeitando o cargo dela se ele sabe que não é para brigar, não é pra discutir e existe uma mediadora ela tem que saber (P2).*

*Eu encaminho quando o aluno não reconhece a autoridade do professor, quando você assim, não questão assim faz desse jeito ah eu não quero desse jeito, não coisinha boba, coisas assim de você falar para o aluno sentar e ele não querer sentar, do aluno parar de falar ou não querer parar de falar, o aluno está mexendo no celular e ele não para de mexer um minuto. Questão às vezes de brigas também na sala de aula, se bem que aqui as duas salas que eu tenho são muito tranquilas e eles praticamente não brigam. Ou às vezes uma questão, por exemplo, do aluno estar com algum problema que ele tá chorando que ele tá com probleminha ali com ele, aconteceu alguma coisa aí a gente encaminha também (P3).*

*Principalmente as brigas e como eu disse para você a recusa de estudar a recusa de fazer aquela função que ele tem que fazer. Então você chama atenção já te responde com grosseria, você tem um mapa de classe já recusa de ir para o lugar dele já quer te afrontar já quer te desacatar. Então essas situações a gente registra. E aí manda essa pasta para a mediadora e ela chama esses alunos para conversar (P4).*

*Aqui na verdade nem precisa de mediação, mas como a mediadora tá aqui eu mando tudo que possa estar ajudando o aluno (P5).*

Os encaminhamentos apontados pelos professores dizem respeito a: discussões, brigas, jovens alterados e chorando, não cumprimento de regras como sentar fora do mapa, utilizar celulares e recusa em estudar. Porém, em nossas observações e também na Ficha de Registro de Ocorrências, verificamos os mais variados casos cotidianos como: desrespeito aos colegas, recusa em fazer avaliações, fazer brincadeiras desagradáveis, casos de indisciplina, sair da sala sem autorização, não entregar trabalhos, conversa demasiada, falta de material dentre outros. Verifica-se, portanto, que muito do que acontece na sala de mediação poderia ser resolvido dentro da sala de aula pelo próprio professor. Aqui entra, portanto, a fala de Libâneo (1994), em que o autor afirma que a didática é uma disciplina que estuda o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, talvez por falta da didática, muitos professores acabam por transferir suas responsabilidades para o PMEC que acaba atendendo diversas situações.

Em síntese, a função de PMEC está sendo bem aceita dentro dos ambientes escolares, pois é vista como um profissional que veio para somar e auxiliar na resolução dos mais variados casos diários. Ainda, por falta de formação e conhecimento, ocorrem algumas visões equivocadas sobre a atuação dos PMECs. Tal fator poderia ser solucionado com uma melhor formação de todos os integrantes da comunidade escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente chegamos ao término de nossa pesquisa que foi marcada por inquietações iniciadas ainda durante a elaboração do TCC, em que já tínhamos como enfoque principal a “mediação de conflitos” no ambiente escolar. Portanto, o **objetivo geral** deste estudo foi o de analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) no contexto da Escola Pública Estadual Paulista sob o olhar e as percepções de diferentes sujeitos que no cotidiano escolar convivem com a função.

Buscando atingir o objetivo geral tivemos como **objetivos específicos**: Analisar, por meio dos documentos legais e dados empíricos, a implantação e atuação da função de PMEC; Analisar a mediação como uma alternativa para solução de conflitos e melhoria das relações interpessoais no ambiente escolar; Confrontar as atribuições do PMEC estipuladas na legislação com as realizadas durante a atuação escolar; Analisar as condições de trabalho do PMEC na escola; e por fim, Identificar as principais características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos que com ela se envolvem no ambiente escolar.

Para realização desta investigação utilizamos como orientação metodológica a pesquisa qualitativa por possibilitar um olhar mais real do que acontecia dentro do ambiente escolar. Portanto, nossa pesquisa foi documental e empírica, em que o levantamento bibliográfico e documental surgiu como fator crucial para a realização da análise de dados, tendo ocorrido ao longo de todo o processo. Tal método trouxe para nossa pesquisa muitas vantagens, pois possibilitou que realizássemos uma compilação das pesquisas selecionadas em nosso levantamento bibliográfico, viabilizando a criação de eixos que, serviram de base para a análise dos nossos dados, sendo assim, uma grande contribuição para a área da educação. No que se refere à coleta de dados empíricos, nossa investigação foi realizada por meio de **observações** e de **entrevista semiestruturada** com os sujeitos de uma escola pública de uma Diretoria de Ensino (DE) pertencente a uma cidade do interior de São Paulo.

Partiu-se da constatação de que a função de PMEC foi criada com a finalidade de contribuir para a prevenção e resolução de conflitos, atos de violência e indisciplina nos ambientes escolares da Rede Estadual Paulista de Ensino por meio da prática de mediação. Contudo, diferentemente de outras realidades educacionais, o PMEC foi inserido nos ambientes escolares com uma breve formação complementar inicialmente promovida pela SEE/SP e, posteriormente, foi “capacitado” com cursos *on-line* e encontros presenciais nas Diretorias de Ensino que ocorriam em datas esporádicas.

A **primeira hipótese** da pesquisa foi que tal função acabava por servir para alterar questões relativas à responsabilidade e autonomia de outros agentes da escola, tais como direção e coordenação pedagógica no que concerne à resolução de conflitos. Também se supunha, **segunda hipótese**, que o PMEC assumisse no cotidiano escolar outras funções que não eram de sua responsabilidade, deixando em segundo plano as atividades de resolução de conflitos por meio da mediação, por não ter formação para tal. E, por fim, imaginava-se que por não haver por parte da SEE/SP uma preparação adequada dos sujeitos que desempenhariam no cotidiano escolar as atribuições da função, surgiam dificuldades decorrentes da própria relação com a comunidade escolar na qual o PMEC estava inserido, já que nem sempre há conhecimento sobre a referida função.

Tais inquietações e hipóteses iniciais foram refinadas a partir da análise do levantamento bibliográfico realizado sendo possível, por meio dos eixos elaborados, efetuar um comparativo com os dados empíricos da unidade escolar por nós observada. Assim, no primeiro eixo “*A implantação da função de PMEC na Rede Estadual Paulista de Ensino*”, como resultados mais significativos destacamos o pouco conhecimento, por parte dos sujeitos, quanto à criação do Sistema de Proteção Escolar (SPE) demonstrando que não houve um diálogo entre Secretaria da Educação e escola. Também atribuem às questões de violência e tentativa de tirar a sobrecarga dos demais sujeitos escolares, como Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico, os principais motivos para o surgimento da função de PMEC.

Verificamos ainda, nesse eixo, que o professor que se candidata à função, normalmente, é do sexo feminino, pertencente à Categoria F e que precisa complementar sua carga horária e renda salarial. Portanto, a função de PMEC serve como uma maneira de suprir a perda de carga horário dos professores. Além disso, identificamos fragilidades na formação em mediação, não somente dos docentes que atuam como PMEC, mas de todos os integrantes da comunidade escolar. Esse fator acaba acarretando desconhecimento das reais funções do Professor Mediador dentro das unidades escolares e impede uma atuação mais efetiva, contudo, após a criação da função foram percebidas mudanças significativas nas relações interpessoais.

No segundo eixo “*Estratégias que o PMEC utiliza para resolução dos conflitos e melhoria das relações interpessoais dentro do ambiente escolar*”, constatamos, como principais estratégias utilizadas por eles, o diálogo, a observação das situações, a criação de vínculos com os sujeitos escolares, principalmente com os estudantes e a realização de atividades diversas que promovam a valorização dos alunos. Além disso, quando verificamos se havia mediação de conflitos dentro das escolas, comprovamos que havia sim uma tentativa

de resolver as situações por meio da mediação, porém acontecia, em muitos casos a punição, ou as respostas para os conflitos eram dadas pela PMEC, sendo que o caráter de mediação revela que as respostas para resolução de conflitos devem surgir das partes envolvidas.

Já no terceiro eixo “*O PMEC e as atribuições previstas na legislação*”, efetuamos uma compilação das principais atividades exercidas pelos PMECs. Verificamos que o levantamento de faltas, a promoção de proximidade entre aluno, família e escola, a realização de projetos, observação dos alunos nos momentos de intervalo, atendimentos dos mais variados casos solicitados por professores, acompanhamento de alunos em risco, preservação do ambiente escolar, controle do uso de uniformes e realização de informes em geral surgiram como atribuições dos PMECs. Portanto, percebemos que as atribuições são múltiplas e ocorrem, muitas vezes, uma seguida da outra ou, ainda, demanda deixar a realização de uma atividade para se dedicar a outra, sendo um trabalho marcado pela interrupção. Tal informação confirma o quão complexa é a escola e as relações existentes dentro desse ambiente. É uma dinâmica incessante que requer dos sujeitos uma constante adaptação para resolução das situações.

No quarto eixo “*Condições de trabalho dos PMECs no espaço escolar*”, identificamos como principais dificuldades as questões relacionadas a assumir variadas atribuições que tornavam seu trabalho aviltante, porém eram realizadas visando o bom andamento do dia a dia da escola. Evidenciamos também que, a maior dificuldade consistia no desconhecimento da função por parte dos sujeitos escolares e que impedia que um projeto de mediação fosse realmente realizado, pois achavam que a PMEC só conversava e não aplicava punições, caráter esse que não faz parte da mediação. Todavia, verificamos que ainda assim o PMEC foi muito bem recebido dentro das unidades escolares.

Outro problema observado referiu-se à candidatura para a função de PMEC, que surge na Rede Estadual como uma maneira de complementação de jornada, não sendo levado em consideração o perfil adequado daquele docente que atuará com a mediação de conflitos.

No último eixo “*Características e dificuldades da função a partir das percepções dos sujeitos escolares com os quais o PMEC atua*”, observamos as relações existentes dentro da comunidade escolar. Abordamos a relação da PMEC com os alunos, equipe gestora, professores e demais integrantes. As opiniões demonstraram que os alunos possuem um ótimo relacionamento com a PMEC e questões como segurança, confiança, liberdade em expor problemas tanto da escola como problemas de casa, escuta ativa e diálogo favoreciam essa boa atuação para com eles. Quanto à equipe gestora evidenciamos um trabalho realizado em conjunto, que fornece um apoio para as tomadas de decisão. Já no que se referem aos demais

professores, a relação com a PMEC é, no geral, harmoniosa e respeitosa. Porém, verificamos em nossas observações e nas entrevistas, que alguns professores não entendem que a mediação não é voltada para a questão punitiva, mas sim para a restauração das relações, portanto, ocorre certa dificuldade nesse quesito. Outra lacuna é na relação PMEC e demais integrantes escolares que, por falta de formação acreditavam que ela “só conversava” ou “era amiguinha dos alunos”, não reconhecendo seu papel dentro da escola.

Diante de todo o exposto, verificamos que o trabalho coletivo surge como fator preponderante para que a mediação de conflitos possa ser utilizada dentro dos ambientes escolares. De nada adianta formar o PMEC se os demais sujeitos não souberem seu papel dentro da escola e não estejam envolvidos. Faz-se necessário nesse momento, após todo esse panorama apontado por nós, concluirmos que a função de PMEC veio para somar forças junto à equipe gestora. Torna-se ainda, nas escolas onde as equipes de trabalho estão cada vez mais reduzidas e as exigências sociais cada vez maiores, um avanço quando às questões relativas à punições, pois agora a importância do relacionamento interpessoal está em evidência e, conseqüentemente, ambientes mais sadios favorecem o processo educativo. Trata-se, obviamente, de um processo de construção e transformação das relações presentes nas escolas que, diferentemente do campo jurídico, depende de um lento e contínuo investimento, tanto pessoal como financeiro.

As inquietações iniciais que possuíamos quanto à inserção da mediação nos ambientes escolares e a relação do Professor Mediador com a comunidade escolar foram respondidas e mostraram-se positivas apesar dos problemas pontuais existentes dentro das escolas. Nossas hipóteses também foram confirmadas, pois a função acabou por alterar questões relativas à responsabilidade e autonomia, o PMEC acaba assumindo funções que não estão nas Resoluções e as dificuldades, por falta de formação e conhecimento dos sujeitos, em relação ao papel do mediador acabam por impedir um trabalho mais objetivo.

Ao término desta investigação, portanto, abrimos caminhos para outros pesquisadores que estejam empenhados, assim como nós, em proporcionar visões mais claras de como atuar no ambiente escolar utilizando-se da mediação de conflitos. A identificação de maneiras para melhorar a formação dos docentes que atuam como PMEC, possibilidades de criação de ambientes em que a mediação seja favorecida e ocorra a diminuição de atitudes punitivas são novas questões que surgiram e que possibilitam novas pesquisas na área.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.M.N. **Avaliação das Concepções de Violência no Espaço Escolar e a Mediação de Conflitos**. 2009. 189f. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, CE, 2009.
- BIANCO, D.A.D. **A importância da mediação: a situação do Professor Mediador Escolar e Comunitário na Rede Estadual Paulista de Ensino**. 2016. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia); Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, SP, 2016.
- BONAFÉ-SCHMITT, J. P. **Da mediação do bairro à mediação escolar: a outra mediação social**. In: Correia, J.A. & Silva, A.M.C. (orgs.). *Mediação: (D)Os Contextos e (D)Os Actores*, p. 45-58. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm). Acesso em: 21 jun. 2018.
- CAETANO, A.; FREIRE, I.; FERREIRA, A. **Perfis do mediador sócio-educativo – entre a diversidade, algumas convergências**. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. p. 348-358. Braga: Universidade do Minho, 2009.
- CALCATERRA, R.A. **Mediación estratégica**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2002.
- CARVALHO, P.C.A. **O Professor Mediador Escolar e Comunitário: desafios à violência escolar**. 2013. 235f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, Paranaíba, MS, 2013.
- CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.
- COSTA, A.S. **O Sistema de Proteção Escolar e Comunitária do estado de São Paulo: o entendimento do Professor Mediador Escolar e Comunitário sobre suas práticas funcionais**. 2016. 250f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2016.
- COSTA, S.F.M. **Mediação de Conflitos Escolares e Justiça Restaurativa**. 2012. 104f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2012.
- CURY, C.R.J. **Gestão democrática da educação pública**. Belo Horizonte: Educação e Revista, Belo Horizonte, v. 39, p. 19-22, 2004.
- DIOGO, M.B. **Violência na escola pública? O estudo de uma realidade no município de Franca/SP**. 2015. 106f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2015.
- ESQUIERRO, L.M.C. **Violência na escola: O Sistema de Proteção Escolar do Governo do Estado de São Paulo e o Professor Mediador Escolar e Comunitário**. 2011. 102f. Dissertação

de Mestrado em Educação, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, SP, 2011.

FARIAS, L.H.G.O. **Biografia e Formação: aportes do Professor Mediador Escolar e Comunitário.** 2016. 129f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2016.

FERNANDES, M. J. S. **O professor Coordenador pedagógico e a fragilidade da carreira docente.** *In: Estudos em Avaliação Educacional*, v. 20, n. 44, set./dez. 2009.

FREIRE, I. P. **A mediação em educação em Portugal.** *In: Correia, J.A. & Silva, A.M.C. (orgs.). Mediação: (D)Os Contextos e (D)Os Actores.* p. 59-70, Porto: Edições Afrontamento, 2010.

GALDINO, R.C.A. **Novas configurações do trabalho docente na rede estadual paulista: o caso do professor mediador escolar e comunitário.** Guarulhos, 2016. 133f. Dissertação de Mestrado em Educação. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, R.A. **O Sistema de Proteção Escolar na Rede Estadual de Ensino de São Paulo: análise de sua normatização.** 2013. 124f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

HORA, D.L. **Gestão Democrática da Educação.** 9. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

JARES, X.R. **Educação e conflito: Guia de educação para a convivência.** Porto: Edições ASA, 2002.

LAGES, F.L. **A Escola e o Sistema Socioeducativo: a atuação do PMEC na inserção escolar do adolescente em conflito com a lei.** 2016. 91f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

LEANDRO, S.A. **Sistema de Proteção Escolar: é instrumento de proteção da cidadania?** 2014. 109f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

LEDERACH, J.P. **Mediacion. Doc. nº 8.** Gernika: Centro de Investigación por la Paz Gernika Gogoratz, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LIMA, A. **Um olhar socioeducativo: mediação de conflitos no ambiente escolar.** 2012. 118f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Bandeirante de São Paulo/ Anhanguera Educacional, São Paulo, SP, 2012.

LITTLEJOHN, S.; DOMENICI, K. **Objetivos e métodos de comunicação na mediação.** In: Schnitman, D.F. & Littlejohn, S. (orgs.). *Novos paradigmas em mediação.* p. 209-223, Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. – [Reimpr]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

LUQUI, J.P.P. **Professor Mediador Escolar e Comunitário e a violência escolar: o que pensam os educadores.** 2013. 90f. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, SP, 2013.

MARIN, A.J. **Educação Continuada: Introdução a uma análise de termos e concepções.** Cadernos Cedes, Campinas, Papirus, n.36, p. 13-20, 1995.

MENEZES, E.C.A. **Mediação de Conflitos nas Escolas Públicas da Diretoria de Ensino Região de Assis-SP: estudo de caso da função de Professor Mediador Escolar e Comunitário.** 2013. 94f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2013.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online.** Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Minidicionário espanhol: 2ª edição.** – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

MIRANDA, E.D.R. **Professor Mediador Escolar e Comunitário – (PMEC): problematizando as consideradas boas práticas.** 2016. 132f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2016.

MORGADO, C.; OLIVEIRA, I. **Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade.** Educação/Formação, p. 43-55, Coimbra: Exedra Revista Científica, 2009.

OLIVEIRA, V.M.G. **Estratégias Escolares no combate à violência: a mediação em uma escola de São Sebastião – DF.** 2012. 128f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Brasília, DF, 2012.

POSSATO, B.C. **O professor mediador escolar e comunitário: uma mirada a partir do cotidiano escolar.** 2014. 195f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2014.

ROCHA, M.F.J. **Conflito, Diálogo e Permanência: O Professor Mediador, O Adolescente que Cometeu Ato Infracional e a Escola.** 2014. 157f. Dissertação de Mestrado em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.

SANTOS, A.C. **Adolescência e conflitualidade**: desafios para o Professor Mediador Escolar e Comunitário no cotidiano da escola. 2015. 78f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

SÃO PAULO. **Decreto n. 42.966, de 27 de março de 1998**. Legislação Estadual. *Diário Oficial*, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 108(60), p.7, 28 de março de 1998.

\_\_\_\_\_. **FDE. Fundação para o Desenvolvimento da Educação**. ROE – Registro de Ocorrências Escolar. Disponível em:  
<https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=211&AspxAutoDetectCookieSupport=1#>. Acesso em: 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n° 1.010, de 01 de junho de 2007**. Legislação Estadual. *Diário Oficial*, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 117(104), p.1, 02 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n° 1.093, de 16 de julho de 2009**. Legislação Estadual. *Diário Oficial*, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 119(131), p.1, 17 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n° 1093, de 16 de julho de 2009 (Atualizada até a Lei Complementar n° 1314, de 28 de dezembro de 2017)**. Disponível em:  
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/alteracao-lei.complementar-1093-16.07.2009.html>. Acesso em: 24 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE n° 19, de 12 de fevereiro de 2010**. Disponível em:  
[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/19\\_10.htm](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/19_10.htm). Acesso em: 11 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE n° 07, de 19 de janeiro de 2012a**. Disponível em:  
[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/07\\_12.HTM?Time=19/11/2015%2011:13:4](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/07_12.HTM?Time=19/11/2015%2011:13:4). Acesso em: 19 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE n° 08, de 19 de janeiro de 2012b**. Disponível em:  
[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/08\\_12.HTM?](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/08_12.HTM?). Acesso em: 29 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE n° 12, de 18 de março de 2014**. Disponível em:  
[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/12\\_14.HTM?Time=29/12/2015%2016:17:48](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/12_14.HTM?Time=29/12/2015%2016:17:48). Acesso em: 29 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE n° 08, de 31 de janeiro de 2018**. Disponível em:  
[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/8\\_18.HTM?Time=11/05/2018%2007:58:42](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/8_18.HTM?Time=11/05/2018%2007:58:42). Acesso em: 11 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **ROE. Manual do Usuário** (perfis Diretoria de Ensino e Escola) 2013. Disponível em:

[http://denorte2.educacao.sp.gov.br/Paginas/Manual\\_ROE\\_Diretoria\\_e\\_Escola\\_versao\\_4.pdf](http://denorte2.educacao.sp.gov.br/Paginas/Manual_ROE_Diretoria_e_Escola_versao_4.pdf). Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo**. Cartilha Cejusc 2011. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/SecaoDireitoPrivado/CEJUSC/CartilhaCEJUSC.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SCOTUZZI, C.A.S. **O sistema de proteção escolar da SEESP e o Professor Mediador nesse contexto: análise de uma política pública de prevenção de violência nas escolas**. 2012. 211f. Tese de Doutorado em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2012.

SOARES, P.P.G. **As manifestações do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) acerca da resolução de conflitos: estudo sobre os elementos que constituem essa função nas escolas públicas da rede estadual paulista**. 2016. 98f. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

SILVA, R.R.C. **Conflitos no ambiente escolar: indisciplina, ato infracional e mediação**. 2011. 88f. Dissertação de Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

SOUZA, C.A.F. **Violência e Indisciplina na Escola, Legislação e Solução de Conflitos: Um estudo de caso centrado no Professor Mediador Escolar e Comunitário**. 2012. 170f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, 2012.

SOUZA, I. **Conflitos em sala de aula como demandas para o professor mediador: um estudo em três escolas estaduais da cidade de São Paulo**. 2015. 88f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

TORREMORELL, M.C.B. **Cultura de Mediação e Mudança Social**. Porto: Porto Editora, 2008.

VECCHI, S.; GRECO, S. **Proposta reflexiva na prática da mediação**. In: Schnitman, D.F. & Littlejohn, S. (org.). *Novos paradigmas em mediação*. p. 243-255. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VERGNA, A.C.G. **Indisciplina e violência na escola: concepções e discursos de educadores**. 2016. 118f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

**ANEXOS**

## Anexo A

### Resolução SE 19, de 12-2-2010

Institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas

O Secretário da Educação, considerando que:

- o exercício do direito público subjetivo do aluno à educação deve-se efetivar em ambiente escolar democrático, tolerante, pacífico e seguro;
- é responsabilidade da Administração Pública zelar pela integridade física dos alunos e servidores nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, assim como pela conservação e proteção do patrimônio escolar;
- as escolas devem promover modelos de convivência pacífica e democrática, assim como práticas efetivas de resolução de conflitos, com respeito à diversidade e ao pluralismo de idéias,

Resolve:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar.

Art. 2º - o Sistema de que trata o artigo 1º desta resolução será implantado de forma descentralizada e gradativa, cabendo aos órgãos abaixo relacionados as seguintes atribuições:

- I – ao GSE - Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, a coordenação e a gestão geral do Sistema;
- II – à FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, a execução das ações do Sistema;
- III – às DEs- Diretorias de Ensino, a gestão do Sistema, em nível regional;
- IV – às UEs - Unidades Escolares, a observância das diretrizes e a execução local e diária das ações implementadas pelo Sistema.

Art. 3º - a execução das ações do Sistema de Proteção Escolar será coordenada pela Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania (SPEC), regulamentada pela Norma de Organização FDE 13, de 28-08-2009.

Art. 4º Fica instituído, no Gabinete do Secretário, um Grupo de Trabalho, coordenado pela Supervisão de Proteção Escolar e Cidadania (SPEC), com o objetivo de assessorar a formulação e execução das ações do Sistema de Proteção Escolar, composto por 1 representante de cada um dos órgãos seguintes:

- I – do Gabinete do Secretário;
- II – da Coordenadoria de Normas e Estudos Pedagógicos (CENP);
- III – da Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI);
- IV – da Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGSP);
- V – da Diretoria de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (DPE – FDE);
- VI – do Centro de Referência em Educação – CRE “Mário Covas”;
- VII – do Conselho Estadual de Educação – CEE

Art. 5º - para o cumprimento das diretrizes e execução regional e local das ações relativas ao Sistema de Proteção Escolar, as Diretorias de Ensino e as unidades escolares estaduais contarão com recursos humanos próprios, cujo provimento obedecerá a um cronograma gradativo que levará em conta fatores de vulnerabilidade e de risco a que estão expostas as escolas da rede estadual de ensino.

Art.6º - Cada Diretoria de Ensino indicará dois representantes, um dos quais, obrigatoriamente, Supervisor de Ensino, que serão, sob a orientação do Dirigente Regional de Ensino, os educadores responsáveis pela gestão em nível regional do Sistema de Proteção Escolar.

§ 1º - Os representantes de que trata o caput deste artigo poderão contar com o suporte técnico de equipes multidisciplinares, que os subsidiarão:

1 - na articulação com órgãos e entidades públicos e da sociedade civil que atuam na proteção e no atendimento do público escolar;

2 - no suporte ao diretor de escola, por requisição do Dirigente Regional de Ensino, para a identificação de fatores de vulnerabilidade e de risco vivenciados por determinada escola;

3 - no desenvolvimento de ações e projetos de prevenção, previamente submetidos à aprovação do Dirigente Regional de Ensino, que tratem de fatores de vulnerabilidade e de risco identificados numa determinada escola.

§ 2º - o perfil e o número de profissionais que irão constituir as equipes multidisciplinares de que trata o parágrafo anterior, bem como a metodologia de trabalho a ser observada, serão objeto de ato normativo específico.

Art. 7º - para implementar ações específicas do Sistema de Proteção Escolar, a unidade escolar poderá contar com até 2 docentes, aos quais serão atribuídas 24 (vinte e quatro) horas semanais, mantida para o readaptado a carga horária que já possui, para o desempenho das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, que deverá, precipuamente:

I - adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;

II - orientar os pais ou responsáveis dos alunos sobre o papel da família no processo educativo;

III - analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possa estar exposto o aluno;

IV - orientar a família ou os responsáveis quanto à procura de serviços de proteção social;

V - identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;

VI - orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos.

§ 1º - Os professores que desempenharão as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão selecionados pela Diretoria de Ensino, conforme instruções a serem divulgadas pelos órgãos centrais desta Pasta, observada a seguinte ordem de prioridade:

1 - titular de cargo docente, da própria escola, que se encontre na condição de adido, sem descaracterizar essa condição;

2 - titular de cargo docente, de outra unidade escolar mesma Diretoria de Ensino, que se encontre na condição de adido, sem descaracterizar essa condição;

3 - docente readaptado, da própria escola, com perfil adequado à natureza das atribuições de que trata os incisos deste artigo, portador de histórico de bom relacionamento com alunos e com a comunidade, e desde que respeitado o rol de atribuições estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde – CAAS;

4 - docente ocupante de função-atividade da mesma Diretoria de Ensino, de que trata o inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009.

§ 2º - Os docentes que desenvolverão as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão capacitados e observarão, no desenvolvimento de suas atividades, metodologia de trabalho a ser definida por esta Pasta.

§ 3º - o Professor Mediador Escolar e Comunitário poderá, no exercício de suas atribuições, contar com a colaboração de professores auxiliares da própria unidade escolar, selecionados pelo Diretor de Escola dentre aqueles abrangidos pelo disposto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Complementar 1.010/2007, que se encontrem na situação prevista no inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009.

§ 4º - Os professores auxiliares de que trata o parágrafo anterior apoiarão o Professor Mediador Escolar e Comunitário no desenvolvimento das atividades relacionadas nos incisos deste artigo, no período em que não lhes forem atribuídas outras atividades pelo Diretor da Escola durante o cumprimento da carga horária mínima prevista em lei.

Art. 8º - Os órgãos centrais da Pasta, de acordo com as respectivas atribuições e competências, determinarão, em conjunto com as Diretorias de Ensino, a prioridade para a formação dos quadros de recursos humanos nos termos dos artigos 6º e 7º desta resolução.



Art. 9º - Fica regulamentado o “Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares – ROE”, que se constitui em um instrumento de registro on-line, acessível pelo portal da Fundação para Desenvolvimento da Educação – FDE, [www.fde.sp.gov.br](http://www.fde.sp.gov.br), para o registro de informações sobre:

I - ações ou situações de conflito ou grave indisciplina que perturbem sobremaneira o ambiente escolar e o desempenho de sua missão educativa;

II - danos patrimoniais sofridos pela escola, de qualquer natureza;

III - casos fortuitos e/ou de força maior que tenham representado risco à segurança da comunidade escolar;

IV - ações que correspondam a crimes ou atos infracionais contemplados na legislação brasileira.

§ 1º - As informações registradas no “Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares – ROE” serão armazenadas para fins exclusivos da administração pública, sendo absolutamente confidenciais e protegidas nos termos da lei.

§ 2º - Caberá, ao Diretor da Unidade Escolar, a responsabilidade pela inserção e proteção dos dados registrados, podendo, discricionariamente, conceder ao Vice-Diretor e/ou o Secretário de Escola autorização de acesso ao sistema.

§ 3º - o registro das situações elencadas nos itens deste artigo é compulsório e deverá ser efetuado em até 30 dias da data da ocorrência.

§ 4º - Os Dirigentes Regionais de Ensino, assim como os servidores da Diretoria de Ensino por eles indicados, terão acesso às informações registradas no “Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares – ROE” relativas às escolas de sua região, ficando esses servidores responsáveis pelo sigilo e proteção dos dados registrados.

Art. 10- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Notas:**

Norma de Organização FDE 13/09;

Lei Complementar nº 1.093/09;

Lei Complementar nº 1.010/07, à pág. 25 do vol. LXII.

Alterada pela Resolução SE 74, de 27-12-2016

Alterada pela Resolução SE 2, de 6-1-2017

Alterada pela Resolução SE 42, de 22-9-2017

**Anexo B****Resolução SE nº 07, de 19-1-2012**

*Dispõe sobre o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar, e dá outras providências*

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, à vista do disposto na Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas, e considerando a necessidade de implementação de ações que assegurem a eficácia e a eficiência desse sistema nas escolas estaduais, resolve:

Artigo 1º - O Professor Mediador Escolar e Comunitário exercerá suas atribuições com carga horária correspondente à da:

I – Jornada Integral de Trabalho docente; ou

II – Jornada Inicial de Trabalho docente.

§ 1º - O Diretor de Escola procederá à atribuição da carga horária destinada ao projeto compatibilizando-a com a carga horária constituída de aulas que o docente já possua, observado, no somatório, o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Caberá ao Diretor de Escola distribuir a carga horária do docente de acordo com o horário de funcionamento da unidade escolar, em 5 (cinco) dias úteis da semana, respeitado o limite máximo de 8 (oito) horas diárias de trabalho, incluídas as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo.

§ 3º - A distribuição da carga horária de trabalho deverá prever a disponibilização de até 4 (quatro) horas quinzenais, ou 8 (oito) horas mensais, a serem cumpridas em reuniões de planejamento e avaliação, agendadas pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar.

§ 4º - Quando se tratar de docente readaptado, o Professor Mediador Escolar e Comunitário cumprirá a carga horária que já possui, fixada na respectiva apostila de readaptação, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

Artigo 2º - Para a seleção dos docentes que desempenharão as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade:

I - titular de cargo docente da disciplina de Psicologia, que se encontre na condição de adido, classificado na própria escola, sem descaracterizar essa condição;

II - titular de cargo docente da disciplina de Psicologia, que se encontre na condição de adido, classificado em outra unidade escolar da mesma Diretoria de Ensino, sem descaracterizar essa condição;

III - titular de cargo docente de qualquer disciplina, que se encontre na condição de adido, classificado na própria escola, sem descaracterizar essa condição;

IV - titular de cargo docente de qualquer disciplina, que se encontre na condição de adido, classificado em outra unidade escolar da mesma Diretoria de Ensino, sem descaracterizar essa condição;

V - docente readaptado em exercício na escola, que seja detentor de perfil adequado à natureza das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário e que apresente histórico de bom relacionamento com alunos e com a comunidade, verificada a compatibilidade do seu rol de atribuições, estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde - CAAS;

VI - titular de cargo docente, classificado preferencialmente na própria escola, ao qual se venha atribuindo, por mais de um ano letivo, somente a carga horária correspondente à Jornada Reduzida de Trabalho docente;

VII - docente ocupante de função-atividade, abrangido pelo disposto no § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, e que se encontre na situação prevista no inciso II do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009:

a) da própria escola;

b) de outra unidade escolar, da mesma Diretoria de Ensino;

VIII - docente ocupante de função-atividade, abrangido pelo disposto no § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.010/2007, e que se encontre na situação prevista no inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.093/2009:

a) da própria escola;

b) de outra unidade escolar, da mesma Diretoria de Ensino.

Artigo 3º - Os docentes devidamente inscritos para atuar como Professor Mediador Escolar e Comunitário serão selecionados pelos responsáveis pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar, juntamente com a Comissão de Atribuição de Classes e Aulas da Diretoria de Ensino, mediante avaliação do perfil apresentado, observada a ordem de classificação.

§ 1º - A avaliação de perfil de que trata o caput deste artigo consistirá de:

1 - apreciação de carta de motivação, a ser apresentada pelo docente, contendo exposição sucinta das razões pelas quais opta por exercer as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, elencadas nos incisos I a VI do artigo 7º da Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, com a redação dada pelo artigo 10 desta resolução.

2 - realização de entrevista individual, com a participação do diretor da escola selecionada;

3 - análise de certificados de cursos ou comprovação ou participação do docente em ações ou projetos relacionados aos temas afetos à Proteção Escolar, tais como mediação de conflitos, Justiça Restaurativa, bullying, articulação comunitária, entre outros.

§ 2º - Os responsáveis pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar na Diretoria de Ensino, acompanhados pela Comissão de Atribuição de Classes e Aulas e ouvida a equipe gestora da escola selecionada, ponderarão, a critério próprio, sobre os requisitos indicados no parágrafo anterior, para cada candidato submetido à avaliação de perfil, e procederão à sua seleção, bem como à classificação dos docentes selecionados.

Artigo 4º - As escolas interessadas em contar com docentes para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário deverão encaminhar solicitação à respectiva Diretoria de Ensino contendo:

I - manifestação de interesse acompanhada de exposição de motivos que contemplem, no histórico da unidade escolar, elementos indicativos da existência e recorrência de situações de conflito ou de graves problemas de indisciplina;

II - plano básico de trabalho, elaborado em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela unidade escolar em sua proposta pedagógica, a ser desenvolvido pelo docente que irá atuar como Professor Mediador Escolar e Comunitário, observado o disposto nos incisos I a VI do artigo 7º da Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, com a redação dada pelo artigo 10 desta resolução.

Parágrafo único - As escolas interessadas serão selecionadas pela Diretoria de Ensino, com base na avaliação dos documentos referidos nos incisos I e II deste artigo e na disponibilidade de docentes candidatos com perfil aprovado.

Artigo 5º - A Diretoria de Ensino poderá abrir, a qualquer tempo e de acordo com o grau de necessidade de suas escolas, novo período de inscrições para a atribuição do projeto, até a data-limite de 30 de novembro do ano em curso.

Parágrafo único - A atribuição da carga horária referente ao projeto deverá ser revista pelo Diretor de Escola, sempre que na unidade escolar venham a surgir aulas disponíveis da disciplina, correspondente à habilitação/qualificação do docente que se encontre atuando como Professor Mediador Escolar e Comunitário.

Artigo 6º - Poderão ser reconduzidos para o ano letivo subsequente os docentes que se encontravam no exercício dessas atribuições no ano anterior, desde que, na avaliação de seu desempenho, este seja considerado satisfatório, observada a carga horária prevista no artigo 1º desta resolução.

§ 1º - A avaliação de desempenho de que trata o caput deste artigo será realizada por Comissão composta pelo Diretor de Escola, pelo Supervisor de Ensino da unidade escolar e pelo Supervisor de Ensino responsável pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar.

§ 2º - Caso a Comissão não recomende a recondução do docente, em decorrência de incompatibilidade com o plano de trabalho elaborado pela escola, o Supervisor de Ensino responsável pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar poderá, se for o caso, propor a atribuição do Professor Mediador Escolar e Comunitário em outra unidade escolar da mesma Diretoria de Ensino, ouvida a equipe gestora da escola de destino.

§ 3º - Em caráter excepcional, poderá ser reconduzido no projeto candidato à contratação temporária que tenha atuado, com desempenho satisfatório, como Professor Mediador Escolar e Comunitário, na condição de docente ocupante de função-atividade a que se refere o parágrafo único do artigo 25 da Lei Complementar nº 1.093/2009.

§ 4º - A recondução dos docentes no exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário ocorrerá previamente à seleção de novos docentes.

Artigo 7º - Os docentes selecionados para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão capacitados e observarão, no desenvolvimento dessas atribuições, metodologia de trabalho a ser definida por esta Pasta, estando previstas as seguintes atividades de supervisão e formação em serviço:

I - apresentação de relatórios sobre as atividades desenvolvidas, para análise e discussão pela equipe gestora da escola e pelos responsáveis pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar;

II - participação em cursos e orientações técnicas centralizadas e descentralizadas.

Parágrafo único - O desempenho e a frequência nos cursos e orientações técnicas centralizadas e descentralizadas, oferecidos com vistas à capacitação dos docentes selecionados para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, constituem elementos condicionantes para a recondução prevista no caput do artigo 6º desta resolução.

Artigo 8º - O Professor Mediador Escolar e Comunitário que, no desempenho das suas atribuições, deixar de observar a metodologia do projeto ou o plano de trabalho proposto pela escola, perderá, a qualquer momento, por decisão, devidamente fundamentada, do Diretor de Escola, ouvido o Supervisor de Ensino responsável pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar, a carga horária relativa ao projeto, sendo-lhe previamente assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Artigo 9º - Os órgãos centrais da Pasta divulgarão oportunamente instruções relativas aos prazos e critérios a serem observados pelas Diretorias de Ensino, no processo de seleção dos docentes/candidatos ao exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, bem como na definição das unidades escolares que serão contempladas, inclusive quanto à prioridade de atendimento e à quantidade de escolas que poderão ser atendidas em cada Diretoria de Ensino.

Artigo 10 - O artigo 7º da Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Na implementação das ações específicas do Sistema de Proteção Escolar, a escola poderá contar com até 2 (dois) docentes para atuarem como Professor Mediador Escolar e Comunitário, cujas atribuições consistem, precipuamente, em:

I - adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;

II - orientar os pais dos alunos, ou responsáveis, sobre o papel da família no processo educativo;

III - analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos;

IV - orientar a família, ou responsáveis, quanto à procura de serviços de proteção social;

V - identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;

VI - orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos.” (NR)

Artigo 11 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções SE nº 1, de 20.1.2011, e nº 18, de 28.3.

**Notas:**

Res. SE nº 19/10 á pág. 169 do vol. LXIX;

Lei Complementar nº 1.010/07 à pág. 25 do vol. LXII;

Lei Complementar nº 1.093/09, à pág. 31 do vol. LXVIII;

Revoga a Res. SE nº 01/11, à pág. 65 do vol. LXXI;

Revoga a Res. SE nº 18/11, à pág. 65 do vol. LXXI;

Alterada pela Res. SE nº 54/13.

## Anexo C

### Resolução SE 8, de 31-1-2018

*Dispõe sobre o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, na rede estadual de ensino de São Paulo, e dá providências correlatas*

O Secretário da Educação, à vista do que lhe representaram os responsáveis pela coordenação e gestão geral do Sistema de Proteção Escolar, instituído pela Resolução SE 19, de 12-2-2010, e considerando que:

- os significativos índices de desequilíbrio no ambiente escolar, analisados por esta Pasta, apontando ocorrências reincidentes que agridem a cultura de uma harmônica e humanista convivência escolar, geram situações que comprometem sobremaneira a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;

- a implementação de uma cultura de paz, na dinâmica de ambientação escolar, subjacente ao desenvolvimento de qualquer ação ou projeto previsto na proposta pedagógica, deverá perpassar todas as atitudes e as relações humanas presentes nos segmentos de ensino desenvolvidos pela unidade escolar,

Resolve:

Artigo 1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária, instituído pela Resolução SE 41, de 22-9-2017, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista, será implementado na conformidade do que dispõe a presente resolução.

§ 1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária deverá propiciar diálogo entre todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e a comunidade em que se encontra inserida a escola, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

§ 2º - Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

Artigo 2º - Para efeito do que dispõe esta resolução, a Secretariada Educação, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, "Paulo Renato Costa Souza" - EFAP, e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB, promoverá ações formativas, destinadas aos agentes promotores das unidades escolares e das diretorias de ensino, assistidos em suas práticas e orientações de soluções pacíficas, visando à aprendizagem emocional dos envolvidos.

Artigo 3º - Constituem características e habilidades dos responsáveis pela implementação das ações de mediação do referido Projeto:

I - reconhecer-se, em sua atuação profissional, como protagonista e agente transformador;

II - colocar-se no lugar do outro, sabendo ouvir e observar as perspectivas, os valores e as formas de pensar e agir;

III - ser articulado e estabelecer diálogos com todos, comunicando-se com objetividade, coerência e coesão;

IV - identificar o quanto a relação dos aspectos sociais, culturais e econômicos da comunidade afeta o desenvolvimento do processo educacional;

V - aprimorar sua capacidade de aprender a aprender, de criar, de transformar e de inovar;

VI - compreender as características da sociedade como um todo, identificando sua composição heterogênea e plural, bem como respeitando as diferenças.

Artigo 4º - Caberá aos responsáveis pela implementação das ações de mediação:

I - atuar de forma proativa, preventiva e mediadora desenvolvendo, diante de conflitos no cotidiano escolar, práticas colaborativas e restaurativas de cultura de paz;

II - promover a inclusão de atitudes fundamentadas por princípios éticos e democráticos;

III - articular-se com a equipe escolar na construção de ações preventivas relativas às normas de convivência que envolvem a comunidade escolar;

IV - colaborar, com o Conselho de Escola, gestores e demais educadores, na elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica;

V - assessorar a equipe escolar nas ações pedagógicas relacionadas à cultura de paz;

VI - planejar e organizar assembleias escolares sistemáticas para resolução dos conflitos coletivos;

VII - desenvolver ações junto ao Grêmio Estudantil;

VIII - esclarecer os pais ou responsáveis, sobre o papel da família e sua importância no processo educativo;

IX - mapear e estabelecer contato e parceria, em articulação com a equipe escolar e os gestores regionais, com os órgãos integrantes da Rede de Proteção Social e de Direitos, bem como com instituições culturais, sociais, de saúde e educativas, cuja atuação abranja a área territorial da unidade escolar, encaminhando estudantes e/ou pais ou responsáveis, na conformidade da necessidade detectada;

X - empenhar-se em sua formação contínua, reconhecendo a importância da auto avaliação e do aprimoramento profissional.

Artigo 5º - No desenvolvimento das ações de mediação, caberá ao Vice-Diretor de Escola atuar de forma proativa, preventiva e mediadora, deliberando e articulando-se com os demais membros da Equipe Escolar, em especial, com os professores, estudantes e pais ou responsáveis, Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres - APM, na construção de ações e normas de convivência pacífica, para:

I - organizar o acolhimento de estudantes;

II - propiciar, de forma sistemática, a efetiva participação dos gestores, professores, funcionários, estudantes e seus pais ou responsáveis, nas tomadas de decisão;

III - promover e estimular as relações entre os membros da comunidade escolar, empregando práticas colaborativas e restaurativas diante de conflitos no cotidiano;

IV - mapear e estabelecer contato e parceria, em articulação com a equipe escolar e os gestores regionais, com os órgãos integrantes da Rede de Proteção Social e de Direitos, bem como com instituições culturais, sociais, de saúde e educativas, cuja atuação abranja a área territorial da unidade escolar;

V - manter contato com os pais ou responsáveis pelos estudantes, orientando-os quanto ao papel da família no processo educativo, encaminhando para atendimento especializado nos órgãos competentes a que se refere o inciso anterior.

Artigo 6º - Para a implementação da cultura de paz, as unidades escolares que participaram do projeto em 2017, bem como as consideradas com alto grau de vulnerabilidade e as que têm registro recorrente de ocorrências graves, no Sistema de Registro de Ocorrência Escolar - ROE, do Sistema de Proteção Escolar, indicadas pelo Dirigente Regional de Ensino, com as devidas justificativas, e ratificadas por esta Pasta, contarão, com um Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, para o exercício das atribuições de mediação, observado o contido nos artigos 3º e 4º desta resolução, e de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I - docente readaptado, verificada a compatibilidade de seu rol de atribuições estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde- CAAS;

II - docente titular de cargo, na situação de adido, cumprindo horas de permanência na composição da jornada de trabalho;

III - docente ocupante de função-atividade, que esteja cumprindo horas de permanência correspondente à carga horária mínima de 12 (doze) horas semanais;

IV - docente com aulas regulares atribuídas, cuja carga horária total possa ser completada na conformidade da legislação pertinente.

Parágrafo único - O docente readaptado somente poderá exercer a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário- PMEC, em unidade escolar de sua classificação, devendo, em caso de escola diversa, solicitar previamente a mudança da sede de exercício, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 7º - O Professor Mediador Escolar e Comunitário -PMEC, a que se refere o artigo 6º, exercerá suas atribuições pela carga horária correspondente à da Jornada Integral de Trabalho Docente ou Jornada Inicial de Trabalho Docente, de acordo com as necessidades da unidade escolar.



§ 1º - Para proceder à atribuição da carga horária referente à Jornada Inicial, a Comissão Regional da Diretoria de Ensino deverá compatibilizá-la com a carga horária de aulas que o docente já possua, observado o limite máximo legal de aulas passíveis de serem atribuídas. § 2º - Caberá ao Diretor de Escola, observado o horário de funcionamento da unidade escolar, incluídas as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo - ATPC, distribuir a carga horária do docente de acordo com o horário de funcionamento da unidade escolar, respeitado o limite máximo de 9 (nove) aulas diárias de trabalho.

§ 3º - A Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar organizará, anualmente, pelo menos 5 (cinco) orientações técnicas descentralizadas de formação, planejamento e avaliação, com os Professores Mediadores Escolares e Comunitários- PMECs, em exercício nas respectivas diretorias de ensino, com uma carga horária de, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 8 (oito) horas de atividades diárias.

§ 4º - O docente readaptado, que atuar como Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, poderá cumprir a carga horária fixada na respectiva Apostila de Readaptação ou, optar pelo cumprimento da carga horária correspondente à da Jornada Integral, observado o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 5º - A atribuição da carga horária referente ao projeto deverá ser revista pela Comissão Regional responsável pelo processo de atribuição de classes e aulas, sempre que na Diretoria de Ensino vier a surgir aulas disponíveis da disciplina correspondente à habilitação/qualificação do docente e não tiver qualquer outro docente para essa atribuição;

§ 6º - Além da avaliação das habilidades e competências, o docente interessado, deverá:

1. apresentar exposição sucinta das razões pelas quais opta por exercer as ações de mediação, elencadas no artigo 4º desta resolução;
2. participar da entrevista individual;
3. apresentar certificados de cursos e ou comprovar participação em ações ou projetos relacionados a temas como Direitos Humanos, Proteção Escolar, Mediação de Conflitos, Justiça Restaurativa, Bullying, articulação comunitária, dentre outros, caso possua.

§ 7º - Os responsáveis pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar, acompanhados por integrante da Comissão de Atribuição de Classes e Aulas e, ouvida a equipe gestora da escola observado o disposto no caput do artigo 6º desta resolução, elaborarão, critérios próprios para avaliação e classificação dos docentes inscritos, para credenciamento reserva em nível de diretoria de ensino, na conformidade dos requisitos dispostos nesta resolução.

§ 8º - Na definição dos critérios de avaliação, a que se refere o parágrafo anterior, a equipe responsável deverá valorizar os docentes com sede de exercício na respectiva unidade escolar, pontuando, de forma própria, sua vivência e pertencimento junto à comunidade escolar.

Artigo 8º - A atuação do Vice-Diretor de Escola na unidade escolar, caracterizada na conformidade do contido no caput do artigo 6º desta resolução, dar-se-á na seguinte conformidade:

I - se a unidade escolar conta com o Programa Escola da Família - PEF, o Vice-Diretor da escola atuará articuladamente com o Vice-Diretor desse Programa, observando o rol de atividades programadas para os finais de semana, no desenvolvimento das ações preventivas e conciliadoras;

II - se a unidade escolar não aderiu ao Programa Escolada Família - PEF e nem dispõe de Professor Mediador Escolar e Comunitário- PMEC, o Vice-Diretor estabelecerá parceria com os docentes que, em decorrência da situação funcional, se encontrem nas situações descritas nos incisos I, II e III do artigo 6º desta resolução.

Parágrafo único - Considerando que os princípios, que norteiam a cultura de paz, são proponentes de melhoria da qualidade do processo de ensinar e de aprender, o previsto no inciso II, deste artigo, aplicar-se-á, igualmente nas demais unidades escolares estaduais.

Artigo 9º - A fim de embasar justificativa, na conformidade dos critérios previstos no caput do artigo 6º desta resolução, as unidades escolares deverão encaminhar ofício à respectiva diretoria de ensino, acompanhado de plano básico de intervenção, elaborado pela equipe escolar, durante o planejamento, e que esteja em consonância com os objetivos e metas estabelecidos na proposta pedagógica, aprovado pelo Conselho de Escola, explicitando as ações mediadoras e os critérios adotados.

Parágrafo único - As demais escolas, que não contam com o PMEC, deverão, também, implementar ações mediadoras explicitadas no seu plano de ação, aprovado pelo Conselho de Escola, em consonância com os objetivos e as metas estabelecidos pela unidade escolar em sua respectiva proposta pedagógica.

Artigo 10 - O docente, que atuar como PMEC, terá retirada sua carga horária, em qualquer uma das seguintes situações:

I - a seu pedido, mediante solicitação por escrito;

II - se não corresponder às atribuições de PMEC;

III - se entrar em afastamento, a qualquer título, por período, ou soma de períodos, superior a 30 (trinta) dias em cada ano civil;

IV - se a unidade escolar deixar de ser incluída na caracterização prevista no caput do artigo 6º, desta resolução, conforme avaliação efetuada pela Pasta; V - no 1º dia do ano letivo subsequente ao da atribuição da respectiva carga horária do ano anterior, caso não tenha sido reconduzido.

§ 1º - Na hipótese de o PMEC não corresponder às suas atribuições, a perda da carga horária de mediação dar-se-á por decisão conjunta da equipe gestora e do Supervisor de Ensino da unidade escolar, ratificada pelo Conselho de Escola, devendo, a respectiva perda ser justificada e registrada em ata, sendo previamente assegurada ao docente a oportunidade de ampla defesa e contraditório.

§ 2º - O docente que perder a carga horária de mediação, na situação prevista no inciso II deste artigo, somente poderá ter novamente atribuída a carga horária de PMEC no ano subsequente ao da retirada, a critério do Dirigente Regional de Ensino, amparado por parecer do Gestor Regional, do Sistema de Proteção Escolar.

§ 3º - Excepcionalmente, nos casos de licença-saúde, licença-acidente de trabalho, licença à gestante e licença-adoção, o docente permanecerá com a carga horária relativa a de PMEC, apenas para fins de pagamento e enquanto perdurar a licença, sendo a carga horária correspondente liberada, de imediato, para atribuição a outro docente, que venha efetivamente a exercê-la.

§ 4º - O PMEC, que estiver na situação prevista no inciso V deste artigo, deverá participar, obrigatoriamente, do processo inicial de atribuição de classes e aulas, para fins de constituição/composição de sua jornada de trabalho, se titular de cargo, ou para composição de carga horária, se docente não efetivo, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Artigo 11 - O docente, que atuou no Projeto em 2017, poderá ser reconduzido em continuidade para o ano letivo de 2018 e subsequentes, desde que, na avaliação de seu desempenho, este seja considerado satisfatório, observada a carga horária prevista no artigo 7º desta resolução.

§ 1º - A avaliação de desempenho de que trata o caput deste artigo será realizada por Comissão composta pelo Diretor de Escola, pelo Supervisor de Ensino da unidade escolar e pelo Supervisor de Ensino responsável pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar.

§ 2º - Caso a Comissão não recomende a recondução do docente, em decorrência de incompatibilidade com o plano de trabalho elaborado pela escola, o Supervisor de Ensino responsável pela Gestão Regional do Sistema de Proteção Escolar poderá, se for o caso, propor o encaminhamento do Professor Mediador Escolar e Comunitário a outra unidade escolar da mesma diretoria de ensino, ouvida a equipe gestora da escola de destino.

§ 3º - A recondução dos docentes no exercício das atribuições de PMEC ocorrerá previamente à seleção de novos docentes.

Artigo 12 - Caberá à Diretoria de Ensino:

I - receber e ratificar os documentos apresentados pelas escolas na conformidade do disposto no plano básico de intervenção, conforme disposto no artigo 10, desta resolução;

II - avaliar e classificar, por meio da Comissão Regional responsável pelo processo de atribuição de classes e aulas, os docentes devidamente inscritos para atuarem como PMEC, entrevistando-os e selecionando-os, ouvidas as equipes gestoras das respectivas escolas indicadas,;

III - reconhecer nas ações dos Gestores do Sistema de Proteção Escolar aquelas pertinentes à formação do PMEC e dos Vice-diretores de escola.

Parágrafo único - A Diretoria de Ensino poderá, a qualquer tempo, abrir novo período de inscrições para credenciamento reserva técnica para atribuição de aulas para o Projeto, na conformidade do grau de necessidade das escolas de sua circunscrição, observada a data-limite de 30 de novembro do ano em curso.

Artigo 13 - A Secretaria da Educação, por meio do Sistema de Proteção Escolar, organizará e aplicará avaliação da implementação do Projeto de Mediação Escolar e Comunitária, a cada dois anos,

Artigo 14 - Casos de absoluta excepcionalidade que fogem ao previsto nesta resolução, serão objeto de expediente próprio, devidamente justificados e comprovados, homologados pela Diretoria de Ensino e encaminhados ao Sistema de Proteção Escolar, para análise, avaliação e parecer conclusivo.

Artigo 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos do artigo 11 a 24-1-2018, e ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SE 41, de 22-9-2017, exceto o caput do seu artigo 1º.

**Nota:** Revoga Resolução SE 41, de 22-9-2017

## **APÊNDICES**

## Apêndice 1

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Descrição dos sujeitos.
2. Descrição do ambiente escolar.
3. Descrição da relação entre os sujeitos escolares – alunos, professores, gestão.
4. Descrição do trabalho cotidiano do PMEC: funções exercidas.
5. Descrição das alternativas utilizadas pelo PMEC para resolução de conflitos.
6. Relato das características e dificuldades observadas na função.
7. Descrição dos atendimentos realizados e seus encaminhamentos pelo PMEC.
8. Descrição da relação interpessoal entre PMEC e alunos observadas no cotidiano.
9. Descrição da relação interpessoal entre PMEC e equipe gestora observadas no cotidiano.
10. Descrição da relação interpessoal entre PMEC e demais professores observadas no cotidiano.

## Apêndice 2

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

#### Roteiro de entrevista com Equipe Gestora

##### Bloco I – Questões gerais

1. Nome Completo.
2. Idade.
3. Como foi sua formação inicial e continuada?
4. Conte um pouco sobre sua carreira de trabalho nas escolas.
5. Há quanto tempo atua nas escolas estaduais?
6. Nessa escola atua há quanto tempo?
7. Qual sua função na equipe gestora?
8. Há quanto tempo atua como ....?
9. Teve outras atuações dentro do sistema escolar?
10. Como é a comunidade em que está inserida a escola?
11. Quais estudantes recebem?
12. Sabe como começou o SPE – Sistema de Proteção Escolar?
13. Conhece as Normas Gerais do SPE?
14. Caso conheça, pensa que elas estão adequadas?
15. Existem muitas críticas em relação ao material?

##### Bloco II – Questões específicas sobre o trabalho do PMEC

16. Sabe dizer como foi o surgimento da função de PMEC?
17. Qual a formação que o PMEC deve possuir para ingressar na função?
18. Você sabe se o PMEC recebeu algum treinamento para auxiliar no exercício de sua função?
19. Caso a resposta anterior seja sim, Acredita que esses treinamentos foram suficientes para auxiliar o PMEC?
20. Você e os demais integrantes da equipe gestora participaram dos treinamentos oferecidos ao PMEC?
21. Você conhecia a Mediação? Sabe dizer exatamente o que é?
22. Vocês foram preparados para trabalhar com Mediação Escolar?
23. Existe formação continuada para o PMEC?
24. O PMEC tem formação específica proporcionada pela rede estadual?
25. Como são escolhidas as escolas para a atuação do PMEC?
26. Foram registradas ocorrências no ROE que indicaram a necessidade do PMEC na escola ou foi a equipe gestora que solicitou a referida função?
27. Caso tenha sido registrada ocorrências no ROE, quais foram?
28. Qual a carga horária de trabalho do PMEC na escola?
29. Como ocorre o acompanhamento da atuação dele dentro das escolas?

30. A equipe gestora recebeu bem o P MEC dentro das escolas?
31. Os demais professores receberam bem o P MEC dentro das escolas?
32. Os estudantes receberam bem o P MEC dentro das escolas?
33. Quais os principais elogios que recebe dos demais integrantes da equipe gestora referente à atuação do P MEC?
34. Quais os principais elogios que recebe dos demais professores referente à atuação do P MEC?
35. Quais os principais elogios que recebe dos estudantes referente à atuação do P MEC?
36. Quais as principais críticas ou reclamações recebe dos demais integrantes da equipe gestora em relação à atuação do P MEC?
37. Quais as principais críticas ou reclamações recebe dos demais professores em relação à atuação do P MEC?
38. Quais as principais críticas ou reclamações recebe dos estudantes em relação à atuação do P MEC?
39. Quais os principais casos são atendidos pelo P MEC dentro da escola?
40. Todos os conflitos são registrados para que você acompanhe o andamento dos mesmos?
41. Quais estratégias o P MEC utiliza para resolução dos conflitos que surgem no ambiente escolar?
42. Após a implementação da função de P MEC as relações interpessoais dentro da escola mudaram?
43. O P MEC auxilia o seu trabalho na equipe gestora? Em quais aspectos a atuação dele é mais relevante?
44. Os projetos desenvolvidos pelo P MEC tem resultado efetivo? O que poderia ser melhorado?
45. Gostaria de relatar mais algum fato que não tenha sido abordado nessa entrevista?

## **Roteiro de entrevista com Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC)**

### **Bloco I – Questões gerais**

1. Nome Completo.
2. Idade.
3. Como foi sua formação inicial e continuada?
4. Conte um pouco sobre sua carreira de trabalho nas escolas.
5. Há quanto tempo atua nas escolas estaduais?
6. Nessa escola atua há quanto tempo?
7. Como é a comunidade em que está inserida a escola?
8. Quais estudantes recebem?
9. Sabe como começou o SPE – Sistema de Proteção Escolar?
10. Conhece as Normas Gerais do SPE?
11. Caso conheça, pensa que elas estão adequadas?
12. Existem muitas críticas em relação ao material?

### **Bloco II – Questões específicas sobre o trabalho do PMEC**

13. Há quanto tempo atua como PMEC?
14. O que te motivou a atuar como PMEC?
15. Como foi o processo seletivo para sua candidatura à PMEC?
16. Antes de assumir você sabia quais eram as atribuições do PMEC?
17. Depois que assumiu sabe exatamente quais as atribuições da função de um PMEC?
18. Você conhecia a Mediação? Sabe dizer exatamente o que é?
19. Recebeu algum tipo de formação para assumir a função? Qual? Como foi?
20. Acredita que essa formação foi suficiente para o exercício de sua função?
21. Você foi preparada (o) para trabalhar com Mediação Escolar?
22. Você atua como PMEC na mesma escola onde era professor?
23. Existe formação continuada específica para o PMEC? Onde é realizada? Quem oferece a formação?
24. Você buscou cursos diversos que melhorassem sua atuação? Por quê?
25. Quais estratégias você utiliza para resolução dos conflitos que surgem no ambiente escolar?
26. Existe algum “manual” que você segue para resolver os conflitos?
27. Sua atuação no momento é mais “punitiva” ou “restaurativa”?
28. Quais os principais conflitos que você atende diariamente na escola?
29. Todos os conflitos são registrados para que você acompanhe o andamento dos mesmos?
30. A mediação é a estratégia mais utilizada na resolução dos conflitos?
31. Após sua mediação você tem um “*feedback*” das partes quanto aos resultados?
32. Os alunos são receptivos quanto à sua atuação? Como é sua formação com eles?
33. Os professores são receptivos quanto à sua atuação? Como é sua formação com eles?
34. A equipe gestora é receptiva quanto à sua atuação? Como é sua formação com eles?
35. Recebeu apoio da equipe gestora para trabalhar?



36. E a Diretoria de Ensino, fornece suporte para sua função?
37. Quais as percepções que você acredita que os demais integrantes da escola têm quanto à sua atuação?
38. As atribuições que você exerce diariamente estão de acordo com o que diz na Resolução do SPE?
39. Exerce atividades que realiza e acredita não serem de sua responsabilidade?
40. Os demais integrantes da escola sabem qual é sua função?
41. Você acredita que ocorre um “desvio” de funções ou assume demandas que não seriam suas?
42. Como PMEC você atua sozinho ou em conjunto com os demais membros da escola?
43. Sente-se incapacitado ou impossibilitado de cumprir sua função por algum motivo? Por quê?
44. Após a implementação do PMEC acredita que houve melhoria nas relações interpessoais dentro das escolas?
45. Você recebe elogios da equipe gestora referente à sua atuação como PMEC? Quais? Em quais situações?
46. Você recebe elogios dos demais professores referente à sua atuação como PMEC? Quais? Em quais situações?
47. Você recebe elogios dos estudantes referente à sua atuação como PMEC? Quais? Em quais situações?
48. Quais as principais críticas ou reclamações que recebe da equipe gestora em relação à sua atuação?
49. Quais as principais críticas ou reclamações que recebe dos demais professores em relação à sua atuação?
50. Quais as principais críticas ou reclamações que recebe dos estudantes em relação à sua atuação?
51. O que poderia ser melhorado para uma atuação mais efetiva?
52. É necessário conhecer o bairro e os alunos para uma melhor atuação?
53. Quais os resultados que você percebe que são atingidos com sua atuação e não seriam caso não existisse a função de PMEC?
54. Pretende continuar atuando como PMEC?
55. Como são as condições de trabalho do PMEC?
56. Gostaria de relatar mais algum fato que não tenha sido abordado nessa entrevista?

## **Roteiro de entrevista com demais Professores**

### **Bloco I – Questões gerais**

1. Nome Completo.
2. Idade.
3. Como foi sua formação inicial e continuada?
4. Conte um pouco sobre sua carreira de trabalho nas escolas.
5. Há quanto tempo atua como professor?
6. Há quanto tempo atua nas escolas estaduais?
7. Atua apenas nesta escola?
8. Nesta escola atua há quanto tempo?
9. Qual disciplina leciona nesta escola?
10. Teve outras atuações dentro do sistema escolar?
11. Como é a comunidade em que está inserida a escola?
12. Quais estudantes recebem?
13. Sabe como começou o SPE – Sistema de Proteção Escolar?
14. Conhece as Normas Gerais do SPE?
15. Caso conheça, pensa que elas estão adequadas?
16. Existem muitas críticas em relação ao material?

### **Bloco II – Questões específicas sobre o trabalho do PMEC**

17. Você recebeu alguma orientação ou formação para conhecer a função de PMEC?
18. Caso a resposta anterior seja sim, Acredita que foram suficientes?
19. Você e os demais professores participaram das formações oferecidas ao PMEC?
20. Você conhecia a Mediação? Sabe dizer exatamente o que é?
21. Quais suas percepções quanto à atuação do PMEC?
22. A equipe gestora recebeu bem o PMEC dentro das escolas?
23. Como é a relação dos professores com o PMEC?
24. Como é a relação dos estudantes com o PMEC?
25. Como é a relação da equipe gestora com o PMEC?
26. Quais os principais elogios que você pode relatar referente à atuação do PMEC?
27. Quais os principais elogios dos demais professores referente à atuação do PMEC?
28. Quais os principais elogios dos estudantes referente à atuação do PMEC?
29. Quais as principais críticas ou reclamações que você poderia relatar em relação à atuação do PMEC?
30. Quais as principais críticas ou reclamações dos demais professores em relação à atuação do PMEC?
31. Quais as principais críticas ou reclamações dos estudantes em relação à atuação do PMEC?
32. Quais os principais casos atendidos pelo PMEC dentro da escola?
33. Todos os conflitos são registrados para que você acompanhe o andamento dos mesmos?
34. Você encaminha quais tipos de conflitos para o PMEC? Como seleciona aqueles casos que acredita necessitar de mediação?

35. Os estudantes procuram o P MEC por conta própria, ou você que encaminha os casos?
36. Quais estratégias o P MEC utiliza para resolução dos conflitos que surgem no ambiente escolar?
37. Após a implementação da função de P MEC acredita que houve melhoria nas relações interpessoais dentro das escolas?
38. Os projetos desenvolvidos pelo P MEC tem resultado efetivo? O que poderia ser melhorado?
39. Gostaria de relatar mais algum fato que não tenha sido abordado nessa entrevista?

## **Roteiro de entrevista com Estudantes**

### **Bloco I – Questões gerais**

1. Nome Completo.
2. Idade.
3. Ano que está cursando.
4. Há quanto tempo estuda nessa escola?
5. Você reside no mesmo bairro onde está localizada a escola, ou vem de outro bairro?
6. Caso venha de outro bairro, ele fica próximo à escola?

### **Bloco II – Questões específicas sobre o trabalho do PMEC**

7. Você sabe que na escola existe um PMEC?
8. Conhece quais são as funções dele?
9. Você sabe o que é mediação de conflitos?
10. Você recebeu alguma informação proveniente da equipe gestora sobre como seria a atuação desse professor?
11. Você já foi atendido pelo PMEC?
12. Caso nunca tenha sido atendido pelo PMEC, conhece colegas que foram? Como foi?
13. Esse atendimento foi procurado por você ou foi encaminhado por outro integrante da comunidade escolar?
14. Você participou espontaneamente ou foi algo imposto a você?
15. O conflito foi gerado por você ou por outro integrante da comunidade escolar? Diga qual o integrante, se foi professor, aluno e etc?
16. Acredita que o conflito foi solucionado da melhor maneira?
17. Caso não existisse a função de PMEC, a solução dos conflitos seria alcançada da mesma maneira?
18. Você teve sua opinião respeitada pelo PMEC?
19. Durante a sessão de mediação a solução encontrada foi proposta pelo PMEC, ou as partes em conflito que a localizaram?
20. O acordo proposto foi cumprido?
21. Você sentiu que o PMEC atuou para seu bem e dos demais integrantes da escola?
22. Precisou voltar ao atendimento do PMEC para relatar como foi o andamento da situação após a atuação do PMEC?
23. Quantas vezes já precisou da intervenção do PMEC?
24. Você conhece quais são as atribuições de responsabilidade do PMEC?
25. Acredita que os professores saibam quais as funções do PMEC?
26. Quais os principais elogios referente à atuação do PMEC?
27. Quais as principais críticas ou reclamações em relação à atuação do PMEC?
28. Quais as principais críticas ou reclamações dos demais estudantes em relação à atuação do PMEC?
29. O que poderia ser melhorado para uma atuação mais efetiva?

30. O ambiente escolar favorece um bom convívio, ou algo poderia ser modificado para a melhoria das relações?
31. Quais os resultados que você percebe que são atingidos com a atuação do PMEC e não seriam caso não existisse essa função?
32. Gostaria de relatar mais algum fato que não tenha sido abordado nessa entrevista?

### Apêndice 3

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a),

Eu, Daiana Aparecida Del Bianco, mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP Araraquara, sob a orientação da professora Dra. Maria José da Silva Fernandes, convido você a participar da pesquisa intitulada: **“Percepções sobre o trabalho do Professor Mediador Escolar e Comunitário na Rede Estadual Paulista de Ensino”**. Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) no contexto da Escola Pública Estadual Paulista sob o olhar e as percepções de diferentes sujeitos que no cotidiano escolar convivem com as atribuições realizadas pelo PMEC.

Na pesquisa empírica, de base qualitativa, utilizarei como instrumentos de coleta de dados a observação da escola, para verificar como ocorre a atuação do PMEC, e a entrevista semiestruturada. A entrevista será gravada e algumas anotações serão possivelmente redigidas, de acordo com aquilo que eu julgar viável no momento da entrevista. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome. Será garantido o sigilo, conforme exigências éticas do Conselho Nacional de Pesquisa, para que sua identidade seja preservada e todos os depoimentos assegurados. Para isso, serão utilizados nomes fictícios em substituição de seu nome tanto na redação da dissertação final, como nos trabalhos apresentados em eventos acadêmicos e nos artigos publicados em revistas científicas.

Cabe observar que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não implicará quaisquer prejuízos na relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Cumprir informar que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, no entanto, serão tomadas todas as providências para evitá-los. O risco que pode estar contido nesta pesquisa diz respeito às possíveis críticas/comentários que, posteriormente, poderão ser realizados por leitores sobre trechos citados na dissertação referentes às suas declarações. Outro risco decorrente de sua concessão à entrevista está associado ao caso de constrangimento ou desconforto provocado por alguma questão e, embora eu pretenda impedir ao máximo que este risco se manifeste, seu surgimento acarretará em interrupção da entrevista se for de sua

preferência. Explicitamos, contudo, a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Seu consentimento não irá ocasionar-lhe bônus ou ônus financeiro ou prejuízos de outras naturezas, sendo de responsabilidade da pesquisadora o ressarcimento de seus gastos com a pesquisa caso ocorram.

Você assinará duas vias deste termo e receberá uma via, no qual constam o telefone e o endereço da pesquisadora responsável pela entrevista, podendo entrar em contato em qualquer etapa da pesquisa para esclarecer as dúvidas que emergirem de sua participação a qualquer momento.

Se concordar em participar desta pesquisa nos termos mencionados acima, por gentileza, assine a seguinte autorização:

“Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, Eu, (nome completo) aceito participar da pesquisa intitulada "Percepções sobre o trabalho do Professor Mediador Escolar e Comunitário na Rede Estadual Paulista de Ensino” nas condições mencionadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Grata por sua colaboração,

**Daiana Aparecida Del Bianco**

daiana.bianco@hotmail.com

Telefone: (14) 3624-5348

## AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, declaro que, após a leitura deste documento e a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, entendi os objetivos, riscos, benefícios e a confidencialidade de minha participação na pesquisa intitulada **“Percepções sobre o trabalho do Professor Mediador Escolar e Comunitário na Rede Estadual Paulista de Ensino”** e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara – UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 –

Araraquara/SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

Araraquara, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do sujeito da pesquisa